

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

VALÉRIA MARIA RODRIGUES

**O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PROEXT
NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO
DE 2003 A 2012: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

UBERLÂNDIA-MG

2014

VALÉRIA MARIA RODRIGUES

**O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PROEXT
NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO
DE 2003 A 2012: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Dissertação apresentada à Banca de defesa para o Título de Mestre em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Soares Pereira da Silva

UBERLÂNDIA-MG

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R696p
2014

Rodrigues, Valéria Maria, 1970-

O programa de extensão universitária – Proext – no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012 : uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia / Valéria Maria Rodrigues. - 2014.

130 f. : il.

Orientador: Marcelo Soares Pereira da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Educação e Estado - Teses. 3. Extensão Universitária - Brasil - Teses. 4. Universidade Federal de Uberlândia Extensão universitária - Teses. I. Silva, Marcelo Soares Pereira da. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

VALÉRIA MARIA RODRIGUES

**O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PROEXT – NO CONTEXTO
DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DE 2003 A 2012: UMA ANÁLISE
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Dissertação apresentada à Banca de defesa para o Título de Mestre em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, 29 de Agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Soares Pereira da Silva
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Catarina de Almeida Santos
Universidade de Brasília - UnB



Profa. Dra. Mara Rúbia Alves Marques
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos fazem jus a todos que direta e/ou indiretamente foram imprescindíveis nesse processo de aprendizagem, produção e construção do saber. Pela colaboração, apoio, incentivo e, principalmente, pelos esforços daqueles que se empenharam comigo à conclusão desta pesquisa.

Em especial aos meus filhos, meus pais, familiares e aos amigos e colegas de trabalho pela paciência e compreensão nas minhas ausências e pelo apoio dedicado à mim durante esse tempo de luta.

Ao MEC/SESu, na pessoa de Fabiana de Souza Costa e ao Forproex, na pessoa da Prof.^a Ana Inês Sousa, que não mediram esforços sendo solícitas e disponíveis em todos os momentos que necessitei de documentos oficiais e informações pertinentes à esse estudo.

À PROEX/UFU, minha família de coração, em especial à Pró-Reitora Prof.^a Dalva Maria de Oliveira Silva e à Diretora de Extensão Prof.^a Gláucia Carvalho Gomes.

Ao Prof. Gabriel H. Muñoz Palafox e ao meu orientador Prof. Marcelo Soares Pereira da Silva, pelas contribuições e pelas palavras de conforto e motivação nas horas difíceis.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Programa de Extensão Universitária – Proext, no contexto das políticas de educação superior e suas implicações na extensão universitária no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Situa-se na Linha de Pesquisa de Estado, Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação - Faced. Tem como objetivo geral situar o Proext no âmbito das políticas educacionais para a educação superior, no contexto das transformações no papel e significado da universidade na atualidade, e seus desdobramentos na UFU no período de 2003 a 2012. Orientado por alguns objetivos específicos, procurará analisar as políticas educacionais no período de 2003 a 2012 no cenário da sociedade brasileira de modo a compreender sua articulação com as transformações na universidade e, mais especificamente, na UFU, neste mesmo período; situar o debate em torno da extensão universitária no contexto do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex, de modo a apreender suas implicações nas políticas de extensão universitária e no âmbito da própria UFU; compreender o Proext no contexto do debate e das políticas de extensão no Brasil e suas implicações na UFU. Metodologicamente se situa no espectro da pesquisa qualitativa e recorreu à análise de conteúdo por meio de pesquisa documental. As principais fontes documentais foram a legislação sobre a extensão universitária no Brasil, especialmente em relação ao Proext, e os documentos produzidos pelo Forproex. Ao longo deste estudo discutimos sobre os significados e contornos que a universidade tem assumido no seu desenvolvimento histórico e as políticas educacionais que vem sendo implementadas no âmbito da educação superior em geral e da extensão universitária em específico. Resgata o debate e algumas experiências no campo da extensão universitária nas universidades públicas e, nesse movimento de análise, discute os sentidos, caminhos e contornos que a extensão universitária vem assumindo nestas universidades. Recupera, também, a contribuição do Forproex neste debate de formulação de propostas para implantação de políticas de extensão e dentre elas, são destacadas o Projeto Rondon, o Programa Brasil Alfabetizado, o Programa de Concessão de Bolsas de Extensão e o Proext, objeto principal da pesquisa realizada. Neste movimento de análise, a UFU é situada de modo a evidenciar as implicações, nesta instituição, das políticas e debates que se desenvolvem no campo da extensão universitária. Ao final foi possível demonstrar que no contexto das políticas educacionais e das políticas implementadas no âmbito da UFU a extensão universitária ainda encontra-se marginalizada, não havendo ações mais consistentes em torno dela. Nesse sentido, foi possível demarcar alguns princípios como o da indissociabilidade ensino- pesquisa- extensão e a extensão enquanto canal, não apenas de produção, mas também de difusão e troca de saberes, já reafirmadas nas formulações sobre extensão universitária, porém ainda não consolidadas nas práticas e nas políticas de extensão. Demonstramos, também que o Proext tem se constituído em uma importante estratégia de fomento às ações de extensão, mas ao mesmo tempo, acaba por contribuir para que a universidade se limite a atuar no seu âmbito uma vez que ele se constitui, essencialmente, na única fonte de fomento à extensão universitária nas instituições públicas de ensino superior do Brasil, o que põe em xeque-mate a autonomia destas instituições.

Palavras-chave: Políticas de Educação Superior, Extensão Universitária, Proext, UFU.

ABSTRACT

This research has as a survey object the University Extension Program - Proext (in Portuguese), in the context of the university education's policies and its implication in the university extension inside Federal University of Uberlandia - UFU. It is situated in the State, Policies and Education Management of the Pos-Graduated Program of Education College - Faced (in Portuguese). Has as general subject situate the Proext within the educational policies for the superior education, in context of the transformations in the role and significance of the university actually, and its developments at UFU between 2003 and 2012. Oriented by some particular objectives, will try to analyze the educational policies between 2003 and 2012 in the scenery of Brazilian society in such a way to understand its articulation with the transformations at the university and, more specifically, at UFU, in this period; situate a discussion around the university extension in context of The Pro-Rector Extension Forum of Brazilian Public Universities - Forproex (in Portuguese), in such a way to capture its implications at the university extension policy and in scope of UFU; understand the Proext in the context of the discuss and the extension policies in Brazil and its implications at UFU. Methodologically it is situated in the spectrum of the qualitative research and sought to the content analyses through the documental research. The main documental sources were the law about university extension in Brazil, specially related to Proext, and the documents produced by Forproex. Throughout this study we discussed about the meaning and outline that the university has accepted in its historical development and the educational policies that has been implanted of the superior education ambit in general and of the university extension specifically. Rescue the discuss and some experiences in the field of university extension at public university and, in this analysis movement, discuss the directions, ways and outlines that the university extension has been accepting in these universities. Recover, also, the contribution of Forproext in this discussion of making proposals to providing the extension policies and between them, are highlighted the Rondon Project , the Literacy Program of Brazil, the Provide Extension Funds Program and the Proext, the main subject of this search. In this analysis movement , UFU is situated in such way to evidence the implications, in this institution, of the policies and debates which are developed in the university extension field. At the end it was possible to show that in context of the educational policies and implemented policies at UFU the university extension is still sidelined, there aren't more consistent actions around it. In this sense , was possible to demarcate some values as the nextricable connection between education - research - extension and the extension while a channel, not only of the production, but also of diffusion and exchange of knowledge, already reiterated in the formulations about university extension, however it isn't yet consolidated in practices and in extension policies. We demonstrated also, that the Proext has been constituted in a important strategy of foment to the extension actions, but at the same time, it contributes with the limitation of the university in acting in its ambit once that it is made, essentially, at the unique funding source to university extension in the public institutions of Brazil superior study, what gave checkmate the autonomy of these institutions.

Key-words: Superior Education Policies; University Extension; Proext, UFU.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDES	Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CONSEX	Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
CONSUN	Conselho Universitário/UFU
DEPEM	Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior
DIFES	Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES
DIPES	Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior
DIREC	Diretoria de Extensão Comunitária
ESTES	Escola Técnica de Saúde
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Educação das Universidades Brasileiras
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MCid	Ministério das Cidades
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Humano
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MPA	Ministério da Pesca e Agricultura
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPEs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNExt	Plano Nacional de Extensão
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PT	Partido dos Trabalhadores
RENEX	Rede Nacional de Extensão
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEIF	Secretaria de Educação Infantil e Ensino Fundamental
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESu	Secretaria do Ensino Superior
SIEX	Sistema de Informações de Extensão
SIGProj	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1	Evolução do número de bolsas ofertadas pelo Prouni (2005 a 2012)	31
FIGURA 1	Evolução do número de instituições de ensino superior federal (2003 a 2010).....	32
FIGURA 2	Evolução do número de matrículas nas instituições de ensino superior federal (2003 a 2010).....	32
TABELA 2	Percentual de estudantes por raça/cor/etnia em 2003-2004 e 2010.....	33
TABELA 3	Tipo de escola de ensino médio cursado majoritariamente pelo estudante em 1996-1997, 2003-2004 e 2010.....	33
QUADRO 1	Estrutura UFU/2007.....	36
QUADRO 2	Corpo discente - UFU/2007.....	36
FIGURA 3	Evolução expansão UFU (2008 a 2011).....	39
GRÁFICO 1	Analfabetismo no Brasil.....	66
QUADRO 3	Participação da UFU nas operações do Projeto Rondon – 2005 a 2012..	69
QUADRO 4	Discentes/ UFU participantes do Projeto Rondon – 2005 a 2012.....	70
QUADRO 5	Docentes/UFU participantes do Projeto Rondon – 2005 a 2012.....	70
QUADRO 6	Ministérios/ Órgãos parceiros por Edital/ ano (2009 a 2012).....	80
QUADRO 7	Áreas temáticas contempladas por Edital/ano (2003 a 2007).....	81
QUADRO 8	Linhas temáticas contempladas por Edital/ano 2009.....	82
QUADRO 9	Linhas temáticas contempladas por Edital/ano 2010.....	83
QUADRO 10	Linhas temáticas contempladas por Edital/ano 2011.....	86
QUADRO 11	Linhas temáticas contempladas por Edital/ano 2012.....	91
QUADRO 12	Desenvolvimento das parcerias no Proext X recursos.....	95
GRÁFICO 2	Total de propostas aprovadas Proext com recursos (2003 a 2012).....	96
QUADRO 13	Objetivos constantes nos Editais/ano 2003 a 2012.....	97
QUADRO 14	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext- Edital 2004.....	102
QUADRO 15	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital 2005.....	103
QUADRO 16	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital 2006.....	103
QUADRO 17	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital 2007.....	104

QUADRO 18	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext- Edital 2008.....	105
QUADRO 19	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital 2009.....	106
QUADRO 20	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital 2010.....	107
QUADRO 21	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital 2011.....	108
QUADRO 22	Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital 2013.....	109
QUADRO 23	Panorama geral X Participação UFU no Proext (2003 a 2012).....	110
GRÁFICO 3	Linha de evolução da UFU - Propostas X Recursos recebidos (Editais 2003 a 2013).....	112
GRÁFICO 4	Panorama geral por linha temática – UFU (Editais 2003 a 2013).....	113
GRÁFICO 5	Proext - Panorama geral por linha temática/edital - UFU - 2003 a 2013.....	114
GRÁFICO 6	Panorama Geral , em porcentagem, por linha temática – UFU (Editais 2003 a 2013)	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
 CAPÍTULO 1 - MARCOS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2012 E SUAS IMPLICAÇÕES NA UFU.....	 16
1.1 Antecedentes históricos da universidade.....	16
1.2 Políticas da educação superior no governo FHC (1995-2002).....	25
1.3 As políticas de educação superior nos governos Lula e Dilma (2003 – 2012)	28
1.4 A Universidade Federal de Uberlândia frente às políticas de educação superior no período de 2003 a 2012.....	34
 CAPÍTULO 2 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, TRAJETÓRIAS, DEBATES, POLÍTICAS NO PERÍODO DE 2003 A 2012: A EXPERIÊNCIA NA UFU.....	 42
2.1 A extensão universitária no Brasil: trajetórias.....	42
2.2 A extensão em debate: as contribuições do Forproex.....	48
2.3 As políticas de extensão no período de 2003 a 2012 e suas implicações no contexto da UFU.....	53
2.3.1 <i>Ferramentas de gestão.....</i>	<i>53</i>
2.3.2 <i>Institucionalização da extensão e flexibilização curricular.....</i>	<i>56</i>
2.3.3 <i>A UFU e a sua participação em programas governamentais: Programa Brasil Alfabetizado, Projeto Rondon e Programa de Bolsas de Extensão.....</i>	<i>66</i>
 CAPÍTULO 3 - O PROEXT: DIMENSÕES, CONTORNOS E A PARTICIPAÇÃO DA UFU.....	 75
3.1 O Proext e sua regulamentação: o Decreto nº 6.494/2008.....	76
3.2 Por dentro do Proext: uma análise a partir dos Editais no período de 2003 a 2012.....	78
3.3 O Proext no contexto da UFU.....	102
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 117
 REFERÊNCIAS.....	 122

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na Linha de Pesquisa de Estado Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, e tem como objeto de estudo o Programa de Extensão Universitária – Proext, no contexto das políticas de educação superior e suas implicações na extensão universitária no âmbito desta universidade.

As razões que me motivaram a investigar este objeto têm suas raízes em minha formação acadêmica como Assistente Social, no meu trabalho científico desenvolvido no Curso de Especialização em Política e Pesquisa em Saúde Coletiva, e a experiência desenvolvida ao longo da minha carreira profissional, enquanto servidora desta Universidade, principalmente, dos últimos seis anos de atuação à frente na coordenação da Divisão de Relações Comunitárias – DIVCO, da Diretoria de Extensão – DIREC, da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX/UFU.

Ingressei como servidora da Universidade Federal de Uberlândia em janeiro de 1995 e o início do meu trabalho deu-se na Escola Técnica de Saúde – ESTES/UFU, com a função de assistente em administração. Ali, dentre outras atividades realizadas, auxiliei na elaboração, organização e execução de vários projetos de cunho extensionista, acompanhando, efetivamente, as ações de educação em saúde junto às comunidades interna e externa à UFU.

A partir de 2008, algumas funções atribuídas a mim no âmbito da extensão universitária na UFU foram: coordenar na elaboração e realização de eventos de caráter extensionista, como encontros, seminários, e congressos; emitir pareceres nas ações de extensão, advindas de toda a comunidade UFU, para o Sistema de Informação de Extensão – SIEX; fazer parte de comissão de análise interna para análise de propostas de extensão em resposta à editais internos da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e aos editais publicados pelo Ministério da Educação dentro do Programa Proext; gerenciar as ações de extensão para serem executadas pelos editais internos e externos à PROEX, incluindo aqui, os advindos do Proext; coordenar bolsistas de extensão; participar de fóruns e conferências na área de extensão universitária em representação institucional da PROEX e, ainda, elaborar e participar de capacitações pertinentes à extensão.

Ao longo desse percurso, identifiquei-me muito com os princípios e o debate no campo da extensão universitária e a participação nesse conjunto de atividades muito contribuiu em minha formação. Ao mesmo tempo, procurei ampliar essa formação por meio

de estudos, elaboração de artigos, participação em encontros, seminários, congressos e, ainda, formulação e execução de projetos de extensão.

Assim, toda essa minha experiência acumulada e a vivência em projetos assistidos, particularmente naqueles cujos recursos são advindos do edital do Proext, me fizeram refletir e me inquietar, cada vez mais, por questões e dimensões da extensão universitária de um modo geral e na UFU, de modo particular. Esta inquietação se aprofundou e me mobilizou ainda mais, na medida em que tomava corpo e se fazia cada vez mais presente no âmbito desta instituição, o Proext, especialmente quando começava a reparar este programa no contexto mais amplo de desenvolvimento da educação superior no Brasil nos últimos anos.

A partir destas inquietudes, algumas indagações se colocaram e passaram a orientar este estudo:

- De que forma estão situadas as políticas de educação superior no Brasil, no período de 2003 a 2012, frente ao debate sobre o papel da universidade na atualidade?
- Como se deu a implantação do Programa de Extensão Universitária - Proext, no período de 2003 a 2012, frente ao desenvolvimento histórico das políticas de extensão universitária no Brasil?
- A partir da implantação do Programa de Extensão Universitária – Proext, quais foram suas implicações no âmbito da UFU no período de 2003 a 2012.

Entendemos que a relevância desta pesquisa justifica-se pela importante e crescente necessidade de se investigar e produzir conhecimentos acerca das políticas públicas educacionais, em especial da educação superior, com ênfase na extensão universitária, uma vez que ainda há um escasso material documental científico, publicado na área, visando demonstrar resultados de estudos que venham a contribuir para uma visão crítica e ampliação dos debates no campo da extensão universitária.

Portanto, o objeto a ser investigado nesta pesquisa, é o Programa de Extensão Universitária – Proext, com o objetivo de situar este Programa no contexto das políticas educacionais para a educação superior, no contexto das transformações no papel e significado da universidade na atualidade, e seus desdobramentos na UFU no período de 2003 a 2012. Este Programa foi escolhido como objeto desse estudo, por se constituir em um dos programas de maior relevância nacional enquanto ação extensionista em articulação entre a Universidade e o Estado.

A partir deste objetivo geral, procuramos considerar os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as políticas educacionais no período de 2003 a 2012 no contexto da sociedade brasileira, de modo a compreender sua articulação com as transformações na universidade e, mais especificamente, na UFU, neste mesmo período;
- Situar o debate em torno da extensão universitária no contexto do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex, de modo a apreender suas implicações nas políticas de extensão universitária e no âmbito da própria UFU;
- Compreender o Proext no contexto do debate das políticas de extensão e suas implicações na UFU no período de 2003 a 2012.

Portanto, o presente trabalho propõe um estudo sobre a extensão universitária da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, tendo como unidade de observação, a própria universidade numa abordagem qualitativa.

No desenvolvimento da pesquisa, a abordagem, qualitativa, nos possibilitará uma melhor compreensão de nosso objeto de estudo, uma vez que "o processo de condução da investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aqueles de forma neutra" (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 51). Isto porque as análises são carregadas de sentido e de intencionalidades pelo pesquisador e não há, portanto, como ser neutros ou mesmo imparciais, o que requer do pesquisador uma maior acuidade no sentido de compreender o objeto de pesquisa sem se deixar contaminar por pré-julgamentos ou evidências aparentes.

A pesquisa será do tipo análise de conteúdo, abordando o processo de construção das políticas públicas brasileiras, em interface com a extensão universitária e suas implicações. Portanto, a pesquisa documental faz-se necessária para obter detalhes e analisar os dados coletados.

Para tanto, percorremos os seguintes caminhos metodológicos:

Realizamos uma revisão de literatura sobre a universidade, as políticas educacionais e a extensão universitária, privilegiando o período de 2003 a 2012.

Ao mesmo tempo, nos debruçamos sobre os documentos produzidos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex, em torno do tema da extensão universitária. Para tanto, foram pesquisados documentos constantes na Rede Nacional de Extensão – Renex. No entanto, em referência a esses documentos, não foram identificados, nessa fonte de pesquisa, registros de alguns documentos advindos de vários encontros nacionais deste Fórum. Ao lado destes movimentos, aprofundamos mais

especificamente sobre o Programa de Extensão Universitária – Proext, de modo a apreender sua estrutura, diretrizes, objetivos e os seus desdobramentos a nível nacional e, especificamente, no âmbito da UFU, utilizando como referenciais o Decreto de regulamentação deste Programa, bem como seus editais e resultados publicados pelo MEC no período de 2003 a 2012.

Ao final desse percurso estruturamos este trabalho da seguinte forma:

No capítulo 1 - **MARCOS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2012 E SUAS IMPLICAÇÕES NA UFU**, são discutidos os significados da universidade e alguns elementos de seu desenvolvimento histórico. São problematizadas as funções e finalidades da universidade e as contradições e crises que a permeiam. A partir dessas análises situamos os tipos de universidade que têm sido delineadas no debate educacional na atualidade. São discutidos e problematizados alguns elementos que se fazem presentes no debate sobre a universidade, a passagem da universidade da condição de instituição à de organização, no contexto de mudança da sociedade sob o domínio do capital. Ao mesmo tempo, discute a universidade no contexto brasileiro, os modelos que vêm se configurando a partir das políticas educacionais implementadas sob a lógica da globalização neoliberal, especialmente no contexto da educação brasileira, com foco no período de 2003 a 2012. Nestas análises, são trazidos dados da Universidade Federal de Uberlândia – UFU no contexto das políticas de educação superior, neste mesmo período, destacando aspectos de sua expansão, com o Plano de Desenvolvimento e Expansão – PIDE e os resultados da sua implementação.

No capítulo 2 - **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, TRAJETÓRIAS, DEBATES, POLÍTICAS NO PERÍODO DE 2003 A 2012: A EXPERIÊNCIA NA UFU**, são discutidos alguns elementos da trajetória histórica da extensão universitária no Brasil, apontando suas origens e abordando os sentidos-significados da extensão. Nesse movimento de análise, situamos as principais experiências na área de extensão universitária ao longo dos anos de 1990 e seus diferentes momentos históricos. Nesse processo histórico localizamos a constituição e desenvolvimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex, suas formulações e proposições em relação às políticas e organização da extensão universitária no Brasil.

Posteriormente, são destacadas as principais políticas de extensão no período de 2003 a 2012, as ações que sustentavam essas políticas e que impactaram nas Instituições de Ensino Superior – IES. Coloca-se em destaque, alguns dos principais pilares destas políticas, como o desenvolvimento de ferramentas de gestão, estratégias de institucionalização da extensão e

sua articulação com o ensino e o debate sobre a flexibilização curricular. Ao final analisa-se a participação da UFU frente a estes pilares das políticas de extensão no período de 2003-2012.

No capítulo 3 : **O PROEXT: DIMENSÕES, CONTORNOS E A PARTICIPAÇÃO DA UFU**, são apresentados e analisados o arcabouço normativo que sustenta o Programa de Extensão Universitária – Proext sob a coordenação do MEC, e os editais (com seus respectivos resultados) que estruturam as ações a serem desenvolvidas no âmbito deste Programa . Na análise destes editais, são privilegiados os elementos relativos aos objetivos, diretrizes e, ainda, os recursos financeiros aplicados e as temáticas contempladas, em cada edital analisado, em âmbito nacional.

Ao final deste capítulo analisamos algumas das implicações do Proext na extensão universitária, especificamente no âmbito da UFU. São apresentados e analisados dados relativos aos resultados dos pleitos da UFU nos editais no período de 2003 a 2012, averiguando suas implicações no âmbito da extensão universitária desta instituição.

Por fim, sistematizamos nossas principais conclusões a partir das análises desenvolvidas ao longo deste estudo orientadas pelas questões postas para este trabalho.

CAPÍTULO 1

MARCOS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 A 2012 E SUAS IMPLICAÇÕES NA UFU

Neste capítulo discutimos os significados da universidade e alguns elementos de seu desenvolvimento histórico. Problematicamos as funções e finalidades da universidade e as contradições e crises que a permeiam. A partir dessas análises, localizamos os tipos de universidade que vem sendo delineado no debate educacional na atualidade.

Em seguida, situamos as políticas educacionais para educação superior no período de 2003 a 2012, quando destacamos duas importantes iniciativas governamentais, o Prouni e o Reuni; por fim, são trazidos dados da UFU, nesse mesmo período.

1.1 Antecedentes históricos da universidade

Para compreender a universidade e sua configuração na atualidade, faz-se necessário apreendê-la em sua totalidade. Totalidade esta, que engloba as relações entre esta instituição, as estruturas e os processos sociais da sociedade em que ela está inserida. Nessa perspectiva, é importante apreender os sentidos da universidade, suas finalidades e ideais, como ela foi e está sendo produzida, quais as forças sociais que nela atuam, para ela e sobre ela, as formas de organização que assumiu durante seu processo histórico, e quais os seus desafios e caminhos possíveis.

Quanto aos significados da universidade, segundo Wanderley (1985. p.8-12), as visões que se tem da universidade seguem orientações bem distintas. A exemplo, em países que se viam sob regimes socialistas, as universidades tinham sua autonomia condicionada pelo Estado e por uma orientação teórica central, com rigidez e hierarquização. De outra parte, em outros países em processo de modernização, as universidades buscavam avançar em realizações científicas e tecnológicas, formar especialistas de alto nível, procurando identificar-se com o desenvolvimento e a edificação do próprio socialismo.

Tais universidades, nos países capitalistas, vieram apresentando tanto avanços tecnológicos e científicos, quanto algum grau de autonomia dentro de certas variáveis, de acordo com seu tipo de desenvolvimento, suas matizes, peculiares em consonância com as condições de cada país.

Nesses diferentes contextos, algumas concepções e visões de universidade se delinearam. Tem-se a universidade vista enquanto espaço apropriado historicamente para

produção e transmissão do conhecimento, progressão e avanço da ciência, formação e habilitação de profissionais de nível superior e de intelectuais, que os sistemas necessitam. A universidade compreendida enquanto instituição social que articula o ensino, a pesquisa e a extensão nos níveis mais elevados da política educacional de um país, satisfazendo a requisitos prefixados pela sociedade, dentro de certos limites, concedendo-a, assim, uma autonomia relativa, desde que esta não se contraponha aos propósitos dos governantes e setores privados mantenedores.

Segundo Wanderley (1985, p. 9/10), a universidade ainda pode ser entendida sob dois prismas:

enquanto um dos aparelhos ideológicos do Estado capitalista, tanto na reprodução das condições materiais e da divisão social do trabalho em intelectual e manual, quanto para garantir as funções de inculcação política e ideológica dos grupos e classes dominantes. [...] a universidade dentro do contexto contraditório do capitalismo, analisando seus limites e possibilidades que insere a luta universitária no conjunto das lutas sociais, explicitando como os intelectuais universitários podem se constituir em intelectuais orgânicos das classes subalternas e podem colaborar na conquista da hegemonia da sociedade civil por essas classes.

E num contexto mais atual, a universidade, assim como a educação, podem ser vistas enquanto molas propulsoras da mudança social e do desenvolvimento.

A universidade moderna originou-se das escolas medievais conhecidas como *studia generalia*, organismos e/ou lugares de ensino, criados para suprir as deficiências das escolas catedrais e monásticas, que só preparavam os alunos para a carreira religiosa. Assim, quanto ao seu desenvolvimento histórico, as universidades, enquanto instituições herdeiras das instituições do mundo greco-romano, foram assumindo um modelo específico, tendendo ao contexto religioso. Na época feudal, esses chamados *studia generalia* eram frequentados por estudantes advindos de todas as partes do mundo, e tais estudantes, para terem o direito de ensinar ou de conferir graus, precisavam de licença do papa, do rei ou do imperador. Uma época em que professores, estudantes e clérigos desfrutavam de privilégios e imunidades, estando seu objetivo principal voltado para o saber como um fim em si mesmo, um saber neutro de interesses.

Estas instituições vieram sofrendo mutações com o passar do tempo, de acordo com as novas condições impostas pelo desenvolvimento da sociedade. A Revolução Industrial e a

consolidação do modo de produção capitalista evidenciam essa transformação, pois a partir disso, foram surgindo exigências de novas especializações e técnicas que se ajustassem à nova divisão social do trabalho sob influência e disseminação das ideias liberais, buscando-se assim, uma maior integração entre o ensino e a pesquisa.

Em 1810 foi constituída a Universidade de Berlim, momento histórico no qual tiveram de adequar diferentes processos de desenvolvimento econômico e social, característicos de cada nação. De início esse modelo de universidade foi constituída para formar os filhos da burguesia, mas logo em seguida, se defrontou com outras pressões, como atender aos reclamos de mobilidade social dos filhos da classe média, ou constituir-se em locais apropriados para concessão de permissão para o exercício das profissões.

Coelho (1996, p. 126) destacou a concepção de universidade enquanto uma instituição particularmente acadêmica, mas num processo de constituição histórica de si mesma, uma ideia, em sentido kantiano, um fazer-se universidade, uma realidade em construção; sendo que o Estado e os vários grupos e instituições da sociedade civil participariam desta construção, mas seus agentes essenciais seriam os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.

Complementa ainda (COELHO, 1996, p.129), que somente a universidade poderia ser capaz de submeter o mundo, a sociedade e a si mesma, a uma crítica radical, pois o exercício da dúvida, do questionamento e da crítica a constitui como tal. Nesse sentido, ela não só se manteria viva, como a todo o momento surgiria como um chamamento à liberdade, à justiça, à ética, à razão, ao pensar, à renovação, à construção de novas formas de existência social. E, por isso também, deveria ser merecedora do respeito enquanto espaço de trabalho e depositária de esperanças.

Segundo Chauí (2003, p.5), a universidade é

Uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Santos (2001, p.188), em sua análise, recuperou que para Karl Jaspers, conforme tradição do idealismo alemão, a universidade seria definida como sendo um espaço que, por concessão do Estado e da sociedade, seus membros se congregariam nele com o objetivo de elucidar a verdade, sendo suas finalidades a investigação científica, a transmissão de cultura, o ensino das aptidões profissionais.

O que se observa, é que as nomenclaturas foram se modificando no decorrer do tempo. O que antes era considerado investigação, hoje é a pesquisa; antes conhecida como prestação de serviços e transmissão de cultura, hoje é a extensão universitária. Porém, ambas com concepções mais amplas e ações transformadas e multiplicadas.

De acordo com o relatório da OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, recuperado por Santos (2001, p.189), foram atribuídas à Universidade dez funções: Educação geral pós-secundaria, investigação, fornecimento de mão de obra qualificada, educação e treinamento altamente especializados, fortalecimento da competitividade da economia, mecanismo de seleção para empregos de alto nível através de credencialização, mobilidade social para os filhos e filhas de famílias operárias, prestação de serviços à região e à comunidade local, paradigmas de aplicação de políticas nacionais, preparação para os papéis de liderança social.

Trigueiro (1999, p. 6), por sua vez, defendia que no atual mundo globalizado pela revolução científico-tecnológica, especialmente a partir da segunda metade do século XX, o processo de produção de conhecimentos apoiava-se numa “tripla hélice” universidade-estado-empresa. O modo de produção sustentava-se na ciência e na tecnologia. Assim, um dos principais desafios à universidade, enquanto principal foco gerador de ciência, seria o de procurar, dentro da própria universidade, as dificuldades e as saídas neste processo de sobrevivência, na perspectiva da defesa de sua autonomia.

Autonomia, outro termo muito usado quando se descreve “universidade”, pode ser considerada como sendo condição de existência da própria universidade. Passou por modificações adaptativas devido às várias situações históricas, exigindo, hoje, responsabilidade da universidade com todas as outras instâncias da sociedade e da própria universidade como um todo, podendo ser entendida como o direito de autogoverno exercido democraticamente pelos segmentos universitários nos planos didático, administrativo, financeiro, técnico-científico e político, ainda que se admitam interferências externas em questões muito amplas de política geral do país. É sempre tensa, e sofreu muitas mudanças no decorrer da história das universidades, devendo ser conquistada permanentemente.

Wanderley (1985. p. 29,30) avaliou um possível consenso no sentido de conferir à

Universidade a função de produzir e difundir conhecimentos e de que ela seria um espaço privilegiado em que se poderia ter um contato sistemático com a cultura universal por meio do estudo das culturas locais, regionais e nacionais, das civilizações, dos conceitos, leis, teorias, pensamentos, definições, interpretações, explicações sobre diferentes assuntos, áreas e dimensões da vida em sociedade. Assim, as trocas de informações, saberes e experiências, poderiam ser aprofundadas por meio de debates, seminários, conferências, encontros, simpósios nacionais e internacionais, intercâmbio entre cientistas, técnicos, professores, estudantes e do comércio da literatura publicada a nível mundial.

Entre as finalidades primeiras da Universidade, estariam o ensino e a pesquisa. Sacudida pelas transformações históricas e acompanhada pelas inovações que os homens iam inventando em seus processos e estruturas sociais, esta foi tentando adaptar-se às diferentes realidades, mas, paradoxalmente, sempre com forte tendência a permanecer conservadora. Pressionada por novas exigências, ela se defrontou com o desafio de ampliar conhecimentos e produzir novos saberes, mantendo, ao mesmo tempo, o ensino enfatizado, por vezes enriquecido pela pesquisa, que permitia e, em boa medida, permite, a incorporação de novos temas, proposições, métodos no aprendizado científico. Nesse sentido, as universidades vão buscando articular e integrar o ensino e a pesquisa.

Outra finalidade da universidade, discutida por Wanderley (1985, p.45), estava articulada à extensão universitária, que para ele decorria de certa consciência da situação de privilégio que a universidade ocupava na sociedade, surgindo da crítica da função da universidade e da constatação de que ela poderia e deveria contribuir com outras tarefas sociais relevantes, por suas características específicas. Nesse sentido, a massa crítica de recursos acumulada na Universidade deveria ser estendida, ao máximo possível, às pessoas, por meio de serviços à comunidade. Vista enquanto finalidade básica da universidade, a extensão levaria a redefinir conteúdos de programas e cursos, a reorientar pesquisas, a prestar serviços profissionais e outros tipos de serviços, se configurando em um elo importante de ligação entre a universidade e a sociedade.

Se, por um lado, foi possível reconhecer alguns “consensos” no debate sobre o papel e funções da Universidade, por outro lado, esse mesmo debate apontava para diferentes contradições e dissensos. Esse quadro contribuiu para se reproduzir pontos de tensões, tanto no relacionamento das universidades com o Estado e a sociedade, como no interior das próprias Universidades enquanto instituições e organizações. Tensões estas, com tendência a serem sintomáticas, representam, em grande medida, a reprodução controlada de uma dada crise da Universidade.

Para Santos (2001, p. 190-192), podemos descrever esta crise sob três dimensões. A primeira, marcada pela contradição entre conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais, manifestou-se por meio da *Crise de Hegemonia*. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos científicos e humanísticos, necessários à formação das elites das quais a universidade vinha se ocupando desde a Idade Média europeia, do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos funcionais e instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada, exigida pelo desenvolvimento capitalista. Ela aconteceu na medida em que sua incapacidade de desempenhar funções contraditórias levava os grupos sociais, mais atingidos pelo seu déficit funcional, ou o Estado, em nome deles, a procurar meios alternativos de atingir os seus objetivos fora da universidade.

A segunda dimensão, derivada da contradição entre a hierarquização e democratização, apresentou-se como *Crise da Legitimidade*. A Universidade sofreu uma crise de legitimidade, na medida em que se tornou socialmente visível à falência dos objetivos coletivamente assumidos, ou seja, quando deixou de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados, por meio das restrições do acesso e da credenciação das competências, de um lado, e as exigências sociais e políticas de democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, de outro.

A terceira, suscitada pela contradição entre a autonomia institucional e produtividade social, expressou-se como *Crise Institucional*. Aconteceu na medida em que a sua especificidade organizativa, com sua definição de valores e objetivos, foi posta em causa e se lhe pretendia impor e submeter a modelos organizativos vigentes, a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial, ou de responsabilidade social.

A gestão dessas tensões, produzidas no contexto desta tríplice crise da universidade, foi bastante complexa e para um aprofundamento maior desta gestão é necessário analisar as relações entre o sistema universitário e o sistema de ensino superior, ou entre este e o sistema educativo, ou ainda entre este e o sistema social global.

O sistema educativo funcionava de modo que a contradição entre o princípio da igualdade de oportunidades e da mobilidade social, por meio das instituições de ensino, por um lado, e a continuação, a consolidação e até o aprofundamento das desigualdades sociais, por outro, não fossem socialmente explicitadas, o que contribuiu para perpetuar e legitimar uma ordem social estruturalmente fragmentada, dividida em termos econômicos, culturais, políticos e sociais.

Essa tríplice crise eclodiu nos últimos 40 anos. No entanto, são diferentes os tempos históricos dos fatores que a condicionaram, tal como são diferentes as lógicas das ações que visavam controlá-la.

Os elementos até aqui delineados nos ajudam a apreender que a Universidade é parte de um contexto global que a determina. Todavia, as contradições postas por esse mesmo contexto, poderiam colaborar na manutenção ou na transformação da sociedade. Um fator condicionante desta situação correspondia ao mimetismo cultural, característico dela, e ao seu caráter dependente; outro fator se deve ao fato de seus próprios limites institucionais, tanto das suas estruturas e funções, como da atuação dos segmentos da comunidade universitária e de seus gestores.

Esse relacionamento, entre a universidade e a sociedade, suscitou posições polêmicas e contraditórias. Nela se poderia e deveria realizar o estudo e a pesquisa científica que preparassem profissionais competentes para a política de ciência e tecnologia do país, para a crítica de teorias explicativas da realidade, para a crítica de modelos e projetos de desenvolvimento, para a formação da consciência social.

Segundo Santos (2011), nesta última década, dominada pela mercantilização, ficou clara a transformação da educação superior numa mercadoria educacional, e na universidade pública os efeitos impactaram, direta e indiretamente, numa crise financeira, na definição de prioridades de pesquisa e de formação. A incapacidade política do Estado e do projeto nacional repercutiu numa certa incapacidade epistemológica da universidade e na criação de desorientação quanto às suas funções sociais. Essa crise de identidade instalou-se no pensamento crítico e no espaço público universitário, posto na iminência de ter de se esquecer de si próprio para não ter de optar entre o nacionalismo isolacionista, ou a uma globalização que miniaturiza o pensamento crítico nacional. Identificamos, aqui, mais um aspecto dessa tríplice crise da universidade que está reconfigurada pela globalização neoliberal.

Outro fator responsável pelo abalo da universidade no século XXI, segundo Santos (2011, p.50), foi

o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação na proliferação das fontes de informação e nas possibilidades de ensino-aprendizagem à distancia.[...] A universidade é uma entidade com forte componente territorial bem evidente no conceito de *campus*. Essa territorialidade, combinada com o regime de estudos, torna muito intensa a copresença e a comunicação presencial. As novas tecnologias de informação e de comunicação vêm pôr em causa esta territorialidade. Com a conversão das novas tecnologias em instrumentos pedagógicos, a territorialidade é

posta a serviço da extraterritorialidade e a exigência da copresença está a sofrer a concorrência da exigência de estar *on line*. O impacto destas transformações na institucionalidade da universidade é uma questão ainda em aberto.

Os desafios estão postos e as possibilidades que se destacam estão ainda em construção. Nos escritos de Santos (2011, p.55), para uma reforma criativa, democrática e emancipatória da universidade pública, é preciso primeiro identificar quem são os sujeitos das ações. Porém, para identificá-los é necessário definir previamente o sentido político da resposta a tais desafios.

No contexto da sociedade brasileira este quadro também se apresentava. Chauí (2001, p.189/190), ao analisar a universidade brasileira, avaliou que a passagem da universidade da condição de instituição à de organização, inseriu-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital, e ocorreu em três etapas sucessivas, acompanhando também as sucessivas mudanças do capital.

A primeira, a Universidade funcional, dos anos de 1970, em boa medida, constituiu-se em

prêmio de consolação que a ditadura militar ofereceu à sua base de sustentação politico-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. (CHAUI, 2001, p.189).

Esse modelo de universidade foi direcionada para a formação de profissionais requisitados como mão de obra especializada para o mercado de trabalho, adaptando-se às exigências mercantis e, nesse sentido, promoveu alterações em seus currículos, programas e atividades.

A segunda etapa foi marcada pela Universidade de resultados, dos anos de 1980,

gestada na etapa anterior, mas trazendo novidades: a expansão para o ensino superior da presença crescente das escolas privadas, encarregadas de continuar alimentando o anseio social da classe média; a introdução da ideia de parceria entre universidade pública e as empresas privadas que deveriam assegurar o emprego aos profissionais universitários. (CHAUI, 2001, p.189).

Ainda neste modelo de universidade, a de resultados, os estágios remunerados aos estudantes e o financiamento de pesquisas estariam ligados às áreas de interesses desses parceiros do setor privado. Dessa forma, os empregos e a aplicação direta e rápida das pesquisas é que seriam os instrumentos que “garantiam à universidade a sua apresentação pública como portadora de resultados” (CHAUI, 2001, p.190).

Demarcando a terceira etapa, a Universidade operacional ou gerencial, dos anos de 1990, se colocava em contraposição com a universidade clássica, voltada para o conhecimento, ou a funcional, voltada diretamente para o mercado de trabalho; ou, ainda, a de resultados, voltada para as empresas.

A universidade operacional, por ser uma organização, estava voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem dos contratos. A universidade operacional, como o próprio nome sugere, operava, gerenciava e por isso mesmo não conseguindo formular, inovar. (CHAUI, 2001, p.190).

Nesse quadro, o modelo de universidade dita gerencial ou operacional, acabou por preconizar a autonomia concedida às universidades, não tendo por objetivo preservar a liberdade acadêmica, mas criando condições para as universidades se adaptarem às exigências do capital.

Assim, o ensino e a pesquisa na universidade operacional, que tinha também como características ser produtiva e flexível, foram entendidos como transmissão rápida de conhecimentos. A admissão de docentes era realizada sem levar em consideração se tinham habilitação ou não no campo de conhecimentos de suas disciplinas e nas relações entre elas e outras afins. O professor era contratado, ou pela possibilidade de se tornar um próspero pesquisador, ou por aceitar contratos de trabalho temporário e mais flexíveis. Desta forma, a docência servia, ou para habilitar e capacitar os estudantes na expectativa de transformá-los em profissionais qualificados para o mercado de trabalho, ou para preparar os novos pesquisadores e servir de correia de transmissão entre estes pesquisadores. Assim, a marca essencial do ensino, que deveria ser a formação, foi se perdendo.

Desta forma, a universidade operacional foi anulando a ideia de pesquisa enquanto produtora de conhecimentos e passou a concebê-la como uma estratégia de intervenção e de regulação de meios ou instrumentos para a obtenção de objetivos determinados. Nesse modelo de universidade não havia muito tempo para reflexões, críticas, descobertas e

criações.

A partir deste rápido resgate sobre a Universidade na atualidade, faz-se necessário, nesse contexto, situar as políticas de educação superior no Brasil, com vistas a compreender melhor alguns dos contornos que esta instituição tem assumido na sociedade brasileira e seus desdobramentos em programas como o Proext/MEC/SESu.

1.2 Políticas da educação superior no governo FHC (1995-2002)

As bases políticas educacionais implementadas no período de 2003 a 2012, devem ser compreendidas na sua relação de afirmação ou negação de políticas que foram delineadas no período imediatamente anterior, de 1995 a 2002, no contexto do governo FHC. Isto porque, é neste período que se configuraram as diretrizes da reforma do Estado brasileiro sob a égide do neoliberalismo, tendo à frente deste processo Bresser Pereira, então Ministro de Reforma do Estado em todo o 1º mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995–1998), no contexto da Emenda constitucional nº 19 de 1998, onde foi apresentado à sociedade brasileira o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

Para Bresser Pereira, “o Brasil tinha a oportunidade de participar desse grande movimento de reforma, e constituir-se no primeiro país em desenvolvimento a fazê-lo.” (Bresser-Pereira, 2001, p. 22-23). Para o então Ministro, este Plano Diretor se apresentava como resultado do consenso, que já se teria alcançado, quanto à inviabilidade do estado de *Bem-estar Social*, de um lado, e, de outro, o reconhecimento quanto à necessidade de se assegurar uma ação reguladora, corretora e estimuladora por parte do Estado.

A partir de pressupostos desta natureza, o Plano Diretor foi apresentado convergindo para a elaboração de soluções que estruturariam a máquina do poder estatal, tendo como ponto norteador a desestatização de alguns setores governamentais, de modo a diminuir a sobrecarga de demandas sobre o Estado. Pretendia-se implantar uma estrutura de Estado que visava criar condições para uma administração fundamentada em gestões voltadas para a ampliação. Nesse sentido, reformar o Estado,

significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado [...]. Neste plano, entretanto, salientamos um outro processo tão importante quanto e, que no entretanto não está claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. (BRASIL, 1995, p. 12).

A partir de meados dos anos de 1990, um conjunto de entidades, destacando-se ONGs (Organizações Não-Governamentais), fundos comunitários, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), tomou forma com maior intensidade na sociedade brasileira, configurando o chamado Terceiro Setor. Tratava-se do setor privado com função pública; sendo o Estado ainda o regulador e legislador. Para Paoli (2002, p. 386),

ao mesmo tempo esta filantropia empresarial organizada adapta-se com vantagens às formas do lucro empresarial, e, deste prisma, ecoa o discurso neoliberal que preconiza a iniciativa individual e privada contra a ineficiência burocrática do Estado e a politização dos conflitos sociais. É nesses termos que o empresariado brasileiro de agrega ao elogio da sociedade civil e do assim chamado ‘terceiro setor’[...].

Com a Reforma do Aparelho do Estado, com Bresser Pereira, essa intenção, que podemos considerar altruísta, reforçou ainda mais a sustentação da hegemonia.

O Plano Diretor da Reforma do Estado preconizava, ainda, que os interesses governamentais deveriam ser neutros no sentido de desenvolver capacidades específicas para o setor privado sem, contudo, se desobrigar das funções inerentes ao próprio Estado, partindo do pressuposto que,

O Estado reduz o seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano; para a democracia, na medida em que promovem cidadãos; e para uma distribuição de renda mais justa, que o mercado é incapaz de garantir, dada a oferta muito superior à demanda de mão-de-obra não especializada. (BRASIL, 1995, p. 13).

Orientados por pressupostos desta natureza, inúmeras reformulações políticas e econômicas foram realizadas, justificadas pela necessidade de ajuste das políticas que configuravam a reestruturação do capital. Uma das estratégias mais evidenciadas foi a redução do papel do Estado, a partir do distanciamento estatal, principalmente, das questões relacionadas aos problemas sociais, caracterizados pelo repasse de várias de suas funções de responsabilidades para a comunidade e para o setor privado, ainda que pretensamente mantendo-se a presença do Estado, no papel de regulador e controlador das políticas sociais e, em particular, do sistema educacional, em especial, na educação superior.

As reformas educacionais, principalmente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, a partir de 1995, pautaram-se pela adoção de mecanismos de flexibilização e diversificação dos sistemas e instituições de ensino, com ênfase em aspectos como eficiência, eficácia, qualidade e desempenho, balizados pela avaliação constante de resultados.

Na concretização de reformas educacionais orientadas pela modernização do Estado brasileiro, foi enfatizado o discurso e a prática de ações legitimadoras de políticas que deram ênfase à modernização educacional, interligada, diretamente, ao modo de organização do setor produtivo em articulação com interesses dos organismos internacionais. Essa premissa encontrou-se refletida, principalmente, na alteração do financiamento da educação pública, assim como na adoção de novas formas de gestão e implantação de mecanismos de avaliação e controle das instituições educacionais (DOURADO; OLIVEIRA, 1999).

O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, conduzido por Bresser Pereira, distinguiu o setor de atividades exclusivas do estado e o setor de serviços não exclusivos do Estado, estabelecendo a diferença entre agências autônomas e organizações sociais. As primeiras seriam as instituições de direito público, que realizariam as atividades exclusivas do Estado. As segundas, organizações sociais e instituições públicas não estatais, que operariam no setor de serviços. A educação estaria entre elas. As universidades estariam, assim, concebidas como organização social que prestaria um serviço ao Estado e celebraria com ele um contrato de gestão (CHAUÍ 2001, p.176 e 177).

Com efeito, o PDRAE preconizou a saída do Estado de setores da produção para o mercado, como também do setor de serviços públicos, na medida em que estabelece uma identificação imediata entre intervenção estatal reguladora da economia e direitos sociais. Assim, negligenciou as exigências democráticas dos cidadãos e acolheu apenas as exigências feitas pelo capital, como também desconsiderou e sucumbiu importantes conquistas econômicas, sociais e políticas, advindas de lutas populares no interior da luta de classes.

Desta forma, o PDRAE encolheu os espaços públicos dos direitos e ampliou o espaço privado não só ali, onde isso seria previsível, nas atividades ligadas à produção econômica, mas também onde não foi admissível, no campo dos direitos sociais conquistados e, dentre estes, o direito à educação. Dessa maneira, ao colocar a educação no campo de serviços, deixou de considerá-la um direito dos cidadãos e passou a tratá-la como qualquer outro serviço público, que poderia ser terceirizado ou privatizado.

1.3 As políticas de educação superior nos governos Lula e Dilma (2003-2012)

A partir de 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT, um novo momento político se instaurou no Brasil, podendo ser considerado um marco na história do nosso país. As expectativas eram de muitas mudanças e profundas transformações. Portanto, será que a partir deste momento ocorreria o início de uma contra reforma?

Para Zago (2013, p.55),

no início do governo Lula da Silva em 2003, ventilou-se que os rumos das políticas sociais caminhariam de forma a equanimizar as diferenças proveniente do capitalismo excludente. Além disso, dada a origem e a forma de criação do Partido dos Trabalhadores a expectativa era de que no mínimo um debate se instauraria entre as diferentes instâncias interessadas. Entretanto, percebeu-se desde o início do governo Lula que o seu alinhamento continuaria “com a parcela da sociedade civil que arrebanha os dotes industriais e comerciais, ou seja, a sociedade civil empresarial organizada” (LIMA, 2011), ou seja, uma complementaridade de reformas, que aparentemente seriam uma Contra-Reforma, mas que essencialmente tratariam de regulamentar o desmonte dos direitos sociais realizados no governo FHC. [...] Embora tenham se apresentado com alguns “ajustes”, as políticas sociais, sobretudo as educacionais, se acomodaram nos princípios gerenciais das leis de mercado. Não foi detectada uma ruptura política, mas uma transição gradativa à reconsideração do papel do Estado. Sem discussão aprofundada o material investe de indicadores matemáticos e jargões da administração, como relação eficiência-eficácia, custo-benefício, maximização de lucro-otimização de recursos, entre tantos outros, e continua a não tomar para si a tarefa de garantir os direitos sociais historicamente construídos. Na educação segundo relatório da ANDES (2004), já no segundo ano de governo o investimento para a educação caiu em mais de 800 milhões de reais. Apesar de todas as críticas que levaram o governo Lula ao poder, o trabalho empreendido foi a continuação do desmantelamento do público para investimento privado.

Dessa forma, com relação às políticas educacionais, em especial da educação superior, o início do governo Lula foi marcado por demonstrar possibilidades de aprofundamento do processo de privatização deste nível de ensino por meio da retomada do conceito de público não-estatal, que perpassou e constituiu a Reforma do Estado Brasileiro na gestão anterior, e por meio da diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas. Plataformas defendidas pela Unesco, Banco Mundial – BM, Fundo Monetário Internacional – FMI, O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e pelo governo neoliberal de FHC.

Tal possibilidade de aprofundamento da privatização e do desmantelamento da educação superior pública colocou para educadores, dentre outros desafios, a tarefa de resistência e enfrentamento de mais essa ofensiva contra as universidades públicas brasileiras.

Por sua vez, há também de ser considerado, depois de mais de uma década de governos do Partido dos trabalhadores – PT, que muitas mudanças se fizeram presentes na educação brasileira.

Sader (2013, p. 254) destacou que uma das marcas do governo do presidente Lula seria a ampliação das oportunidades de acesso e permanência no sistema educacional aos mais pobres e ignorados pelas políticas de privilégio e exclusão que se apresentaram em boa parte da história brasileira, dando assim, ênfase a uma política educacional, com o objetivo inspirador e promotor de iniciativas para os excluídos, com o intuito de fazer valer os direitos de todos ao ensino e a igualdade de oportunidades. Em outras palavras, a atenção seria dada à universalização da educação básica e sua melhoria e à democratização do acesso à educação superior.

À luz dessa considerada grande meta do PT, vamos aos dados concretos dessa política educacional, tanto das suas conquistas, como dos seus limites, com ênfase na política de educação superior, que é o foco da nossa pesquisa.

Ainda segundo Sader (2013, p. 255), o programa de governo que levou Lula à Presidência da República foi chamado “Uma escola do tamanho do Brasil”. Após mais de uma década de reformas neoliberais, na sequência de mais de vinte anos de ditadura militar, muitos eram os clamores por justiça social e democracia. A educação, considerada por alguns partidos de esquerda como um direito social indispensável ao gozo de outros direitos, estava no centro do debate. O Partido dos Trabalhadores, na sua campanha, reafirmou essa bandeira, associando-a à luta contra a desigualdade, pela necessidade de uma transformação da injusta distribuição de renda e pela retomada do crescimento econômico no país.

Ao contrário do governo anterior, de FHC, a educação não era apontada apenas como uma política pública fundamental para a construção da democracia. Mais do que isso, agora, no novo bloco político que chegara ao poder, a educação poderia ser entendida como um bem público necessário para a ampliação de direitos, historicamente negados aos cidadãos brasileiros, e construir uma escola “do tamanho do Brasil”, significava instituir no país um espaço público promotor de justiça social, direitos cidadãos, participação e igualdade.

Durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, as políticas sociais sofreram cortes, sobretudo aquelas de caráter universal, perseguindo a focalização em grupos específicos e empurrando setores médios para o mercado.

A partir de 2003, as políticas públicas orientadas na perspectiva de promover uma melhor distribuição de renda e o acesso aos menos favorecidos a uma ampla esfera de direitos, aumentaram significativamente. Isso pôde ser demonstrado pelo aumento progressivo e sistemático do gasto público social durante os dois governos do presidente Lula, chegando a R\$ 638,5 bilhões, 15,24% do Produto Interno Bruto – PIB.

No período em análise (2003-2012), a educação, como política social, sofreu mudanças consideráveis que marcaram a sociedade brasileira. Essas mudanças foram originadas de processos complexos, às vezes ambivalentes ou mesmo contraditórios. Por certo, nesses pouco mais de dez anos, iniciativas foram tomadas para ampliar e assegurar o direito à educação, tanto no que se refere à educação básica, quanto no que diz respeito à educação superior sem acesso e democratização.

Nos governos de Lula (2002-2006; 2007-2010) e no governo Dilma (nos anos de 2011 e 2012), um dos eixos das políticas de educação superior esteve articulado aos programas de ampliação do acesso a este nível de ensino. Todavia, esta expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior para a população mais pobre foi, em boa medida, garantida mediante um aproveitamento das vagas disponíveis nas universidades privadas, cuja ampliação foi resultado das políticas de mercantilização educacional promovidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Na gestão do Ministro da Educação dos governos FHC, Paulo Renato Souza, a quantidade de instituições de ensino superior privadas teve um crescimento de mais de 200%. Já as instituições públicas, por sua vez, passaram de 210, em 1995, a 195, em 2002, quer dizer, diminuíram. O crescimento dos alunos matriculados no ensino superior privado foi significativo, com um aumento de quase 230%. Já com relação aos estudantes das instituições de ensino superior públicas, houve um crescimento de cerca de 50%, muito inferior ao das instituições privadas.

No governo Lula, iniciado em 2002, a primeira ação mais incisiva no sentido da ampliação de vagas no ensino superior, foi a criação do Programa Universidade para Todos – Prouni, por meio da Lei n. 11.096/2005, que concedeu bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, a estudantes brasileiros de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

O Prouni veio direcionado aos estudantes egressos do ensino médio em situação de pobreza. Estes, com a oportunidade de aspirar tanto bolsas integrais, desde que comprovassem renda bruta familiar, por pessoa, de até 1,5 salários-mínimos, como bolsas parciais de 50%, se comprovassem renda bruta familiar de até 3 salários-mínimos por pessoa.

Até 2012 o Prouni atendeu mais de 1 milhão de estudantes, sendo 67% deles com

bolsa integral, conforme Tabela 1, apresentada a seguir:

Tabela 1: Evolução do número de bolsas ofertadas pelo Prouni (2005 a 2012)

Ano	Tipo de bolsa		
	Integral	Parcial	Total
2005	71.905	40.370	112.275
2006	98.698	39.970	138.668
2007	97.631	66.223	163.854
2008	99.495	125.510	225.005
2009	153.126	94.517	247.643
2010	125.922	115.351	241.273
2011	129.672	124.926	254.598
2012	150.870	133.752	284.622

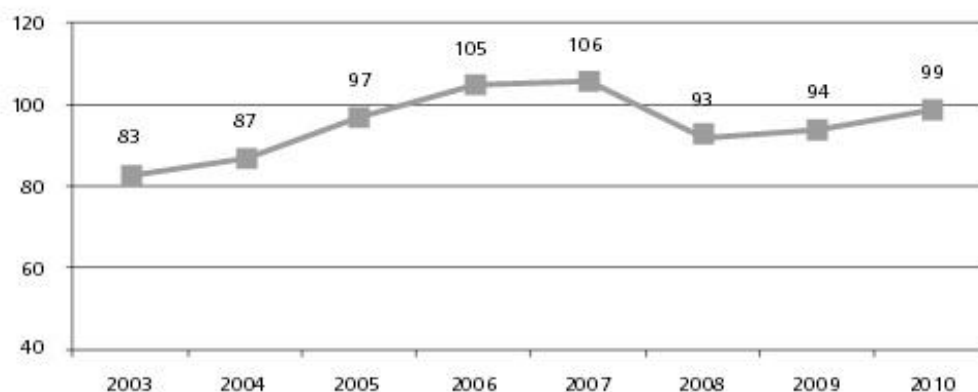
Fonte: MEC.

Observa-se que o Prouni, embora muito criticado por alguns setores da sociedade, veio a contribuir com a expansão do ensino superior privado no Brasil, permitindo ao governo oferecer mais estímulo e subsídios para a privatização do ensino superior no Brasil. Porém, não podemos deixar de considerar sua contribuição para democratizar e dinamizar o acesso a um conglomerado de instituições de ensino superior privadas beneficiadas pelas políticas precedentes. Ainda que com limitações, pode-se considerar que o Prouni abriu a possibilidade de dotar de sentido público e social um segmento do sistema educacional marcado pela especulação, baixa qualidade, interesse de lucro e falta de controle do Estado.

Outra ação do governo Lula, dirigida à ampliação da educação superior, foi a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das universidades Federais – Reuni, tendo como principal objetivo a ampliação do acesso e da permanência dos estudantes de baixa renda, nas instituições universitárias federais. Desta forma, por meio do Reuni, o governo incentivou as universidades públicas no Brasil a promover a expansão acadêmica, física e pedagógica da rede federal de educação superior.

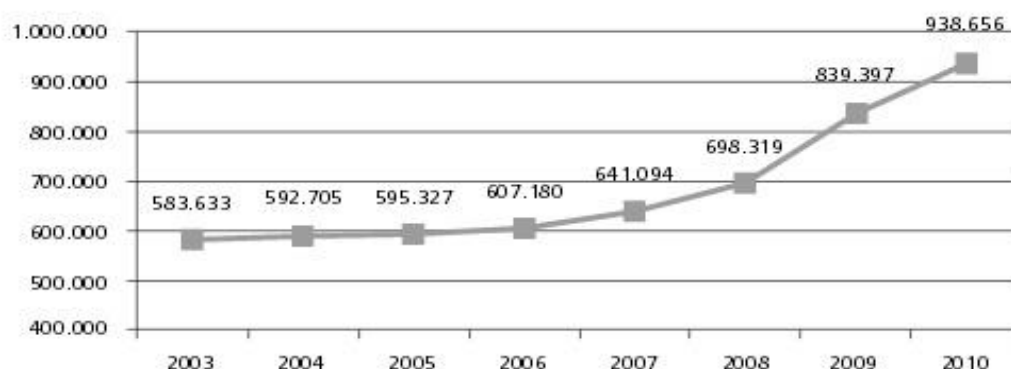
O Reuni, instituído pelo Decreto n. 6.096, em 24 de abril de 2007, veio constituir uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Suas iniciativas contemplavam, tanto o aumento de vagas nos cursos de graduação, quanto a ampliação da oferta de cursos noturnos e a promoção de inovações pedagógicas, assim como o combate à evasão, e ainda diminuir as desigualdades sociais e educacionais no país, demonstradas nas Figuras 1 e 2.

Figura 1: Evolução do número de instituições de ensino superior federal (2003-2010)



Fonte: MEC/Inep.

Figura 2: Evolução do número de matrículas nas instituições de ensino superior federal (2003-2010)



Fonte: MEC/Inep.

Paralelo ao Reuni, outros programas e medidas foram desenvolvidos com o objetivo de democratizar o acesso à educação superior de setores, historicamente excluídos.

As políticas de promoção da igualdade no ensino superior ganharam força com a aprovação e regulamentação da Lei n. 12.711/2012, instituindo cotas nas universidades públicas federais e nos institutos técnicos federais. A nova lei consolida um processo de expansão universitária iniciado há dez anos. O resultado dessas políticas pode ser observado na mudança significativa do perfil dos alunos das universidades federais no Brasil. É o que demonstrou um estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das

Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes. (SADER, 2013, p. 260).

O resultado deste estudo pode ser melhor visualizado nas tabelas a seguir.

Tabela 2: Percentual de estudantes por raça/cor/etnia em 2003-2004 e 2010

Raça/cor/etnia	Pesquisa 2003-2004 (%)	Pesquisa 2010 (%)
Branca	59,4	53,93
Preta	5,9	8,72
Indígena	2	0,93
Amarela	4,5	3,06
Parda	28,3	32,08

Fonte: Andifes e Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), 2004 e 2010.

Podemos observar, conforme demonstrado na tabela 2, que em comparação à pesquisa realizada nos anos de 2003-2004, em 2010 os percentuais de estudantes em referência à raça/cor/etnia se modificaram em todos os segmentos, com destaque no acréscimo do acesso à UFU aos estudantes das raça/cor/etnias identificadas como preta e parda.

Tabela 3: Tipo de escola de ensino médio cursado majoritariamente pelo estudante em 1996-1997, 2003-2004 e 2010

Escola (integralmente ou maior parte)	Pesquisa 1996-1997 (%)	Pesquisa 2003-2004 (%)	Pesquisa 2010 (%)
Pública	45,04	46,2	50,39
Privada	54,96	52,9	49,61
Não se aplica		0,9	

Fonte: Andifes e Fonaprace, 1997, 2004 e 2010.

Já na tabela 3, apresentada acima, este estudo destacou os aumentos gradativos da quantidade de escolas públicas de ensino médio e a diminuição considerável, em porcentagem, das escolas privadas deste segmento, e como este quadro veio sendo revertido se compararmos os dados no período do governo de FHC em relação aos governos Lula e Dilma.

Segundo Sader (2013), o primeiro mandato do presidente Lula foi marcado por obstáculos e dificuldades quanto à ruptura com a reforma educacional recebida do governo anterior. A troca de dois ministros, Cristovam Buarque (2003-2004) e após, Tarso Genro

(2004-2005), limitou possibilidades de desenvolver ações estruturais e regulares, dando origem a iniciativas esparsas e a programas especiais, dirigidos a um público determinado, basicamente à população infantil ou jovem, mais carente. Ainda assim, podemos considerar que a contribuição da educação para a promoção de uma política social mais justa, foi considerável. A taxa de miserabilidade caiu 8% no ano de 2004 com relação a 2003, primeiro ano do mandato do presidente Lula. No mesmo ano, mais de 8 milhões de pessoas saíram da faixa de pobreza. Nesse sentido, podemos inferir que a educação vem colaborando na promoção de políticas sociais encaminhadas aos mais vulneráveis, em articulação a outros programas como o Bolsa Família e os programas para a juventude, como o ProJovem e o Primeiro Emprego, dentre outros.

1.4 A Universidade Federal de Uberlândia frente às políticas de educação superior no período de 2003 a 2012.

A Universidade Federal de Uberlândia, no contexto das políticas de educação superior deste período pesquisado, veio se alinhando no mesmo fluxo da conjuntura nacional. Desta forma, a UFU apresentou ações e dados em consonância com a política nacional de educação superior, em especial no âmbito do Reuni, quando apresentou seu Plano de Expansão para o período de 2008 a 2012. Anterior a este período, as ações instituídas foram limitadas pela ausência de políticas de financiamento que lhes dessem sustentação.

Tendo em vista os recursos apresentados pelo Ministério da Educação – MEC no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas – Reuni, uma Comissão Institucional, designada pelo Reitor, apresentou ao MEC, em dezembro de 2007, o Plano de Expansão para o período de 2008 a 2012, a ser considerado como proposta de participação da UFU no referido Programa. E é a partir de dados extraídos deste documento, que apresentaremos as propostas e indicadores, com objetivos voltados para a ampliação do acesso e permanência na educação superior com a estruturação necessária à sua implantação em consonância com a política nacional.

Esta Comissão Institucional da UFU conduziu seus trabalhos guiando-se por princípios orientadores de uma proposta de expansão qualificada e por critérios sintonizados com um projeto de universidade pública e inclusiva, conforme proposta do Reuni. Assim, a preocupação com a qualidade do ensino oferecida pela UFU, aliada à capacidade de pesquisa de seus docentes e discentes e à capacidade de se manter socialmente referenciada em suas ações extensionistas, bem como a preocupação com as condições de trabalho e com o impacto

das ações no cotidiano da vida universitária, constituíram referências importantes na elaboração do referido Plano.

Este Plano teve suas primeiras considerações situando a UFU como uma Instituição de Educação Superior integrante do Sistema Federal de Ensino, que foi autorizada a funcionar pelo Decreto-Lei nº 762, de 14/08/1969 e foi federalizada pela Lei nº 6.532, de 24/05/1978. O processo de sua criação teve início com a fusão de faculdades isoladas já existentes em Uberlândia: Ciências e Letras, Filosofia, Ciências Econômicas, Direito, Federal de Engenharia, Artes, Odontologia, Medicina Veterinária, Educação Física e Escola de Medicina e Cirurgia. Com a federalização, essas faculdades isoladas foram transformadas em departamentos e passaram a integrar três Centros: o de Ciências Humanas e Artes, o de Ciências Biomédicas, o de Ciências Exatas e Tecnológicas, todos com suporte de estruturas da época adotada.

Foi destacado neste Plano, que esta estrutura acima elencada prevaleceu até o ano de 2000, quando foi implantado o Estatuto que ainda se encontra em vigor na UFU. E que a partir deste mesmo ano, os Centros foram extintos e foram constituídas Unidades Acadêmicas, em cujos âmbitos são exercidas as funções essenciais ao desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, e Unidades Especiais de Ensino, responsáveis pela oferta da Educação Básica e Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Importante destacar que, ainda no ano de 2000, uma nova gestão assumiu a administração da UFU. Esta gestão perdurou por mais de um mandato, alongando-se por 8 anos, tendo sido a única até o momento que conseguiu o primeiro Reitor reeleito na história da UFU.

Nesse período, a UFU, a partir de iniciativas capitaneadas por sua administração superior, veio pautando, nas reuniões dos Conselhos Superiores da Instituição, o tema da qualidade do ensino e da ampliação da oferta de vagas e de cursos, tanto no âmbito da graduação, como da pós-graduação. Em 2006, criou um Campus Avançado, na cidade de Ituiutaba/MG - o Campus do Pontal.

Nessa perspectiva, em 2007, a UFU já se apresentava da seguinte forma, conforme Quadro a seguir:

Quadro 1: Estrutura UFU/2007

ESTRUTURA – UFU / 2007	QTDE
Unidades acadêmicas	28
Unidades Especiais de Ensino	02
Cursos de graduação	57
Cursos de especialização	40
Cursos de mestrado	24
Cursos de doutorado	12
Corpo docente total dos três níveis	1.334
Corpo docente efetivo (titulação: Mestre ou Doutor)	961
Técnicos-Administrativos (áreas administ. e acadêmicas)	1726
Técnicos-Administrativos vinculados ao HCU	1.563

Fonte: UFU

Quanto ao corpo docente da UFU, em 2007, estes eram distribuídos conforme quadro descrito abaixo.

Quadro 2: Corpo Discente – UFU/2007

CORPO DISCENTE – UFU / 2007	QTDE
Graduação presencial	13.450
Graduação à distância	500
Pós-graduação stricto-sensu	1.429
Pós-graduação lato-sensu	407
Residência médica	145
Educação profissional técnica de nível médio (área da saúde)	261
Educação infantil	225
Ensino Fundamental	599
Educação de Jovens e Adultos	150
Línguas Estrangeiras	1.006
Total de alunos	18.172

Fonte: UFU

Portanto, observamos que o tema da expansão de oferta de vagas e da criação de novos cursos na UFU foi objeto de atenção específica muito antes da institucionalização do Reuni,

pois já em 2003 e 2004, diferentes alternativas para a expansão da graduação foram implementadas e com vários resultados positivos, conforme já demonstrados anteriormente. Tais resultados evidenciaram que, na possibilidade de existência de recursos orçamentários capazes de sustentar uma expansão mais qualificada, a Instituição – UFU –, além da abertura de seus campi avançados, apresentava também uma boa disposição para o crescimento, especialmente com a criação de novos cursos. E para tal, a implantação do Reuni na UFU seria fundamental.

Portanto, no ano de 2005, foi iniciado o processo de discussão e elaboração do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE da UFU, cujo período de execução abrangeria os anos de 2008 a 2012, período este apresentado pelo Reuni. Dentre os objetivos apresentados no PIDE/UFU configurou-se a intenção de expandir a oferta de cursos e de vagas e, para concretizá-los, a UFU referenciou-se em valores e/ou princípios orientadores de uma expansão qualificada de vagas e cursos, articulada ao fomento da pesquisa, da extensão e à promoção de todo o desenvolvimento institucional. Dentre tais valores ou princípios foram destacados:

- a Inserção social, remetendo a universidade em sintonia com a sociedade;
- o Ensino público e gratuito, enquanto bem a serviço da sociedade;
- a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: pressuposto básico de melhoria da qualidade ao trabalho acadêmico; e
- a Autonomia universitária, vista enquanto liberdade acadêmica, orientando-se para uma atuação contextualizada, participativa, responsável e transparente, na busca por respostas solutivas às demandas institucionais, locais, regionais e nacionais.

Nesta perspectiva, propostas foram apresentadas pela UFU, tendo por referência e considerando a possibilidade de dotação orçamentária destinada para a reestruturação e expansão das IFES, conforme proposto pelo Reuni, como uma oportunidade de ampliação e execução de seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional. Estas propostas se apresentaram com objetivos de expandir, com qualidade, a oferta de vagas e de cursos; ampliar e aprimorar a produção da pesquisa em diferentes modalidades; intensificar o desenvolvimento de programas e projetos de extensão integrados com as comunidades locais e regionais.

Entretanto, mesmo considerando a importância desses objetivos no cumprimento dessa função social pretendida pela UFU, muitas foram as dificuldades para a concretização desse desafio. As condições infraestruturais se mostraram precárias e o seu quadro de servidores

(docentes e técnicos administrativos), insuficiente.

Os desdobramentos, resultados e desafios enfrentados a partir da implementação do Reuni na UFU, com referência a todas as propostas apresentadas no seu Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão – PIDE, foram descritos no Relatório Final/UFU/Reuni – 2008/2012, emitido pela UFU e encaminhado ao MEC.

Este relatório mostrou, também, que no ano de 2009 a UFU vivenciou uma significativa expansão em seus cursos de graduação. Naquele ano a UFU abriu 4.159 vagas, sendo que desse total 100 vagas eram decorrentes da ampliação de curso já existentes; 210 vagas resultantes de cursos que passaram a ser ofertados em mais de um turno e, ainda, 440 novas vagas em 7 novos cursos que passaram a ser oferecidos por esta Universidade. Com esse crescimento, a UFU alcançou, naquele ano, um total de 14.652 matrículas, distribuídas em 42 cursos nos *campi* instalados na cidade de Uberlândia e 9 cursos instalados no Campus do Pontal na cidade de Ituiutaba. Registre-se, ainda, que nesse mesmo ano, 2.114 alunos concluíram seus cursos de graduação.

Em 2010, foram criadas 70 novas vagas anuais em cursos já existentes, 50 novas vagas em turnos novos e 420 novas vagas em 8 cursos novos, conforme apresentado na Figura 4. Com isso, a UFU disponibilizou 4.047 vagas por ano, oferecendo, naquele ano, a seus 17.887 estudantes, 50 cursos em seus campi de Uberlândia e 11 cursos no Campus do Pontal, em Ituiutaba/MG. Ainda em 2010, a Instituição recebeu cerca de 25.000 inscrições em seus processos seletivos e formou 2.328 profissionais.

Em 2011, a UFU criou dois novos campi fora de sede, sendo um em Monte Carmelo e outro em Patos de Minas, com 3 novos cursos e 180 vagas anuais em cada um deles.

A expansão na pós-graduação no período 2008-2011 obteve uma ampliação de 857 matrículas por ano. A UFU ofereceu em 2009 e 2010, 50 cursos de pós-graduação lato sensu (Especialização) a 584 estudantes, 27 cursos de Mestrado a 1.035 estudantes (325 bolsistas) e 14 cursos de Doutorado a 500 estudantes (148 bolsistas). Ainda em 2011, foram oferecidos 30 cursos de Mestrado a 1.286 estudantes e 14 cursos de Doutorado a 692 Estudantes.

Portanto, a figura 3 apresentada a seguir, demonstra essa evolução da expansão na UFU no período de 2008 a 2011.

Figura 3 - Evolução Expansão UFU (2008-2011)

Figura 3 – Evolução Expandida OIC (2008-2011)

- Número de vagas nos processos seletivos de ingresso à graduação na UFU

2008	2009	2010	2011
2.223	3.669	4.743	5.828

- Número de matrículas nos cursos de pós-graduação – Mestrado e Doutorado

2008	2009	2010	2011
1.233	1.571	2.193	2.473

- Número de campus instalado

2008	2009	2010	2011*
			02

* Monte Carmelo e Patos de Minas.

- Número de docentes contratados

2008	2009	2010	2011	2012*
199	203	80	08	187

*Vagas liberadas para concurso que foram contratados com o temporários em 2011. Fonte: PROREH

- Número de técnicos administrativos contratados

2008	2009	2010	2011
97	105	59	33

- Taxa de conclusão da graduação até, pelo menos, 90%

2008	2009	2010	2011
2.705 (91%)	2.722 (93%)	2.067 (78%)	2.086 (79%)

Fonte: Relatório Final UFU/ Reuni – 2008/2012

Observamos que tal relatório consistiu na disponibilização de números e dados que apontavam um exercício coletivo e iniciativas próprias da Universidade Federal de Uberlândia, nos seus setores e dimensões, para o cumprimento das metas estabelecidas no Reuni. Nesse sentido, foi observado o cumprimento da meta proposta no oferecimento de novas vagas para estudantes de graduação, porém, com a aplicação de aportes financeiros próprios e de emendas parlamentares pleiteadas e contempladas pela UFU, conseguindo assim construir um bloco de salas de aula e ampliar outro, antes mesmo de receber recursos provenientes do Programa Reuni, visto que nas condições reais, a UFU não teria como acomodar os novos estudantes ingressantes com as instalações que possuía. Houve ainda, a adaptação de blocos e construção de um prédio com anfiteatro no campus Umuarama. Já no campus Santa Mônica, foram construídos dois prédios para salas de aulas com anfiteatros, laboratórios especializados para cursos de graduação, a triplicação da Reitoria, liberando espaços antes ocupados pela administração superior em blocos destinados a atividades acadêmicas, redistribuição de espaços já existentes para acomodação de salas de professores,

coordenações e secretarias de cursos. E ainda em fase de construção constam três prédios no Campus Glória.

O Relatório ainda demonstrou algum resultado na meta 5 do Reuni (Políticas de inclusão, Programas de assistência estudantil e Políticas de extensão universitária), indicando a criação do CEPAE – Centro de Ensino, pesquisa e extensão e atendimento em educação especial, ligado à Faculdade de Educação, e da Diretoria de Sustentabilidade Ambiental da Universidade Federal de Uberlândia, vinculada à Prefeitura Universitária, com o objetivo de planejar e executar ações ambientais no âmbito da gestão universitária.

Porém, observa-se que mais dados sobre a expansão da extensão universitária na UFU não foram citados neste relatório, pois não foram mencionadas importantes ações de extensão, como programas e projetos que foram instituídos e outros ainda que estavam em andamento e em pleno crescimento, como exemplo as em articulação da educação superior com a educação básica, sendo uma das áreas de forte atuação da Extensão Universitária da UFU, com a capacitação de professores da rede pública, além de projetos que atuam diretamente com os alunos, gestores e demais profissionais das escolas.

Dessa forma, efetivou-se a instituição do Reuni na Universidade Federal de Uberlândia. Com avanços sim, mas também com certas dificuldades vivenciadas pela UFU, principalmente em relação ao espaço físico para acomodação de novos cursos, e grandes desafios a serem enfrentados, uma vez que a expansão exigiu uma acomodação e realinhamento de procedimentos em relação a diversos setores e divisões no interior da Universidade.

Os elementos até aqui analisados, levam-nos a inferir que mesmo com alguns avanços, na realidade, os governos Lula e Dilma, então em relação ao governo FHC, não promoveram uma contra reforma tão aclamada e esperada pelos brasileiros; nem em relação à situação política do nosso país, nem em relação às políticas educacionais e muito menos em relação ao sentido que a universidade pública vem assumindo na atualidade.

O que observamos é que houve um percurso balizado em ajustes que, com um discurso hegemônico de enfatizar a busca do crescimento econômico com justiça social e a luta por um mundo sem pobreza, demonstram a evolução do neoliberalismo para um capitalismo mais “humanizado”, como descreve Neves (2004, p.24).

As políticas sociais, sobretudo as educacionais, continuam se acomodando nos princípios gerenciais das leis de mercado. Portanto, não foi detectada uma ruptura política, mas uma transição gradativa à reconsideração do papel do Estado.

Desta forma, podemos concluir que o Partido dos Trabalhadores, ora no poder, até

então considerado de “esquerda”, com uma pauta de ações do partido pela luta ao socialismo, durante seus mandatos até o ano de 2012, deu uma boa inclinada à “direita” e estaria substituindo sua pauta inicial, pela conciliação de classes e pela necessidade de construção de um novo contrato social, que estabelece um certo pacto entre as classes sociais (NEVES, 2004 p.28).

A Universidade Federal de Uberlândia, neste contexto, seguiu nesse mesmo fluxo num caminhar similar à concepção de educação superior advindas da política nacional, de acordo com a perspectiva governamental.

Assim, ante todas as considerações tecidas até aqui, entendemos que a universidade pública, inclusive a UFU, apresenta dificuldades no sentido de garantir uma formação capaz de assegurar pensamentos reflexivos e críticos, onde a curiosidade e a produção do conhecimento que levam à descoberta do novo, não sejam inibidas. Fica distante ainda, a pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas, pois ela está atrelada, a todo instante, na situação política vigente de nosso país, sofrendo forte influência e transformação.

Nesse contexto, interessa-nos, agora, apreender a trajetória da extensão universitária e o debate em torno dela, para, a partir daí, pensar a extensão universitária na UFU.

CAPÍTULO 2

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, TRAJETÓRIAS, DEBATES, POLÍTICAS NO PERÍODO DE 2003 A 2012: A EXPERIÊNCIA NA UFU

Neste capítulo 2, é apresentada a trajetória histórica da extensão, suas origens e os sentidos-significados e alguns elementos de seu desenvolvimento histórico. Discutimos a relação universidade sociedade, as experiências de extensão antes de 1964, a extensão durante a ditadura militar e algumas experiências extensionistas dessa fase. Discorremos sobre a extensão nos anos de 1980, o surgimento dos movimentos sociais e novas entidades, e situamos o debate em torno da extensão universitária e as contribuições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex.

Situamos, também, as políticas de extensão no período de 2003 a 2012, a influência do Forproex, apontamos e analisamos os pilares destas políticas de extensão expressos sob alguns aspectos e localizamos algumas iniciativas de programas de extensão que mais impactaram nas Instituições de Ensino Superior – IES.

Por fim, apresentamos a UFU frente a estes pilares das políticas de extensão no período de 2003 a 2012.

2.1 A extensão universitária no Brasil: trajetórias

Os primeiros registros em torno da extensão universitária puderam ser encontrados no período da criação das primeiras Universidades brasileiras: a Universidade do Rio de Janeiro em 1922 e a Universidade de Minas Gerais em 1927. Próximo a esses marcos iniciais, a extensão universitária foi mencionada também no Estatuto da Universidade Brasileira / Decreto-Lei no 19.851, de 1931, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 1961. A extensão aqui estava centrada na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência por meio de cursos e serviços à comunidade.

Todavia, havia indícios de que, mesmo antes dos registros oficiais, ações extensionistas se fizeram presentes por meio de cursos e conferências e prestação de serviços, oferecidos pelas escolas superiores da época. A influência dessas duas vertentes veio originada da Europa, mais especificamente da Inglaterra, e dos Estados Unidos da América.

A trajetória da extensão universitária no Brasil pode ser separada em dois períodos políticos importantes. O primeiro, na fase pré-1964, em que as ideias críticas da universidade

apontavam seu caráter elitista e ornamental, e a sua distância com o desenvolvimento do país, um lugar considerado privilegiado, como já exposto no capítulo anterior.

Em fins dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960, houve um salto qualitativo na concepção de universidade. Avançou-se na noção de educação como prática pela liberdade, inspirada nas experiências de Paulo Freire; nas reflexões e análises sobre conteúdo da cultura brasileira e sua dependência do exterior; a defesa da cultura nacional; os movimentos de cultura popular; os movimentos de educação de adultos e educação de base; a mobilização e o debate público, em nível nacional, na campanha pela aprovação da LDB, em que o tema do ensino público e gratuito, foi uma das bandeiras principais.

A mobilização política deste período e o movimento estudantil tiveram papel significativo, levantando temas, criticando a realidade, organizando campanhas e desencadeando debates sobre missão da universidade na sociedade brasileira. Os aspectos básicos defendidos diziam respeito à necessidade do compromisso da universidade com a transformação estrutural do país e o desafio de fazer com que cada profissão se inserisse nos processos de mudança a partir de suas especificidades.

Santos (2001) e Jezine (2006) acreditavam que a gênese da extensão universitária, numa perspectiva mais crítica no Brasil, confundia-se com a do movimento estudantil tendo em vista que os estudantes sempre se envolveram com as questões, social e política, da sua época. Historicamente, no Brasil Colônia, os jovens lutaram pela abolição dos escravos e pela Proclamação da República; no Estado Novo (1937 – 1945), lutaram pela criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e contra os ideais do nazifascismo; no período da Ditadura Militar (1964 – 1985), a luta pelo combate ao analfabetismo e o regime autoritário; mais recentemente, a luta contra a implantação da política neoliberal que proporcionou a ausência de recursos para as universidades públicas.

Neste contexto, a partir dos anos de 1960, conforme afirma Santos (2001, p.205), para além da vertente economicista e produtivista, o apelo à prática universitária teve outra vertente de orientação social e política: a conclamação da responsabilidade social da universidade em face aos problemas do mundo na atualidade. Esta nova vertente foi considerada enquanto responsabilidade, e não foi assumida em tempos passados, mesmo com a evolução crescente da urgência soluções de problemas de ordem social, e nem mesmo com universidade tendo vindo a acumular conhecimentos valiosos sobre eles.

Assim, neste período, a universidade foi criticada, por raras vezes ter se preocupado em mobilizar conhecimentos acumulados em favor de possíveis soluções para esses problemas sociais, e também por não aspirar e apreender esforços para uma autonomia

institucional na tradição do seu espírito crítico, de discussão livre e desinteressado, a serviço dos interesses dos grupos sociais mais excluídos.

Essa reivindicação da responsabilidade social da universidade assumiu dimensões distintas. Para uns, se tratava de criticar o isolamento da universidade e de a por a serviço da sociedade em geral; para outros se tratava de denunciar esse isolamento aparente e um envolvimento que ele ocultava, em favor dos interesses das classes dominantes.

Neste contexto, o movimento estudantil, a partir de 1964, pôde ser considerado o porta-voz dessas reivindicações mais incisivas no sentido da intervenção social da universidade, pois abraçou a luta pelas reformas sociais conjuntamente às lutas operárias, às greves de professores, à organização das universidades populares. Assim, teve início o segundo período político de desenvolvimento da extensão universitária no Brasil, a partir de 1964, no contexto da ditadura militar, e nos anos que se seguiram, dentro dos movimentos de resistência a esta ditadura e das lutas pela redemocratização do país.

Nos anos de 1960 e 1970, a universidade foi sendo incorporada à lógica da nova ordem política instalada no país com o golpe militar, dentro de um quadro de estado autoritário, contribuindo para inibir as potencialidades desta instituição enquanto espaço da crítica, da problematização, da criativa frente às questões político-sociais brasileiras.

Para tanto, programas, projetos e ações foram implementados no âmbito da extensão universitária como estratégia de, por um lado, assimilar e resignificar algumas das bandeiras e reivindicações presentes entre os estudantes e, por outro, apontar para um relativo *compromisso social* da universidade frente às demandas que se colocavam na sociedade brasileira. Nesse sentido, destacam-se duas iniciativas que tiveram maior impacto nas universidades brasileiras: o Projeto Rondon e os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC.

O Projeto Rondon foi criado em 1966, sob a coordenação do Ministério do Interior. Por meio dele, o estado brasileiro colocava os estudantes a seu serviço no desenvolvimento de ações de diferentes naturezas de apoio a comunidades marginalizadas, em diferentes regiões do país. Esta atividade era considerada como um voluntariado universitário e com suas ideias e ações, que implantava, contribuía no processo de cooptação de estudantes no sentido de que estes aderissem ao modelo desenvolvimentista e tecnicista em vigor.

No mesmo ano e com a mesma diretriz política, foram criados os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. Igualmente vinculados ao modelo desenvolvimentista preconizado pelo regime militar, estes Centros tinham como objetivo oportunizar que estudantes universitários pudessem atuar em comunidades rurais.

Mais tarde, os CRUTAC se constituíram em espaços para treinamento e desenvolvimento de estágios para os estudantes universitários.

Trilhando ações desse molde, em 1968 o regime militar formulou e implementou, por meio da lei n. 5.540/1968, a chamada *Reforma Universitária*. Esta, teve como sustentação o quadro político-institucional imposto pelo Ato Institucional n. 5 e pelo Decreto n. 477/1969, que procuravam, por meio da Reforma Universitária, dar soluções à crise que fora instalada pelo movimento estudantil, na resistência aos ditames do regime militar.

Todavia, cabe ressaltar que no campo da extensão, ou do compromisso social que a universidade deveria ter com a sociedade, com a reforma universitária de 1968 a extensão tornou-se uma exigência em todas as instituições de ensino superior no Brasil, no formato de cursos e serviços ampliados à comunidade. A exemplo disto, podemos destacar a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CINCRUTAC e o Projeto Rondon. Ações estas voltadas para uma concepção de extensão universitária alinhada à perspectiva governamental. A partir dessas experiências, promoveu-se a construção de noções, de práticas e de discursos que colocaram, na extensão universitária, o problema da relação entre a universidade e a sociedade.

Mas mesmo assumindo uma maior presença no interior da universidade, a extensão continuou sendo negligenciada na legislação educacional vigente da época, pois ela ainda continuava desvinculada de qualquer órgão da estrutura universitária. Apenas no decreto nº 252 de 1967, conforme apresentado no parágrafo único do art. 10, foi feita uma referência no sentido de que as universidades “poderiam” ter coordenação própria para atividades de extensão. Portanto, podemos concluir que a extensão aqui, ainda não era pensada como função da universidade, mas como uma forma de execução das atividades de ensino e pesquisa *estendidas* à comunidade. Desta forma, era exercida por meio de cursos, seminários e prestação de serviços, numa perspectiva predominantemente assistencialista.

Chauí (2001, p.47), fez uma crítica a esse momento afirmando que, naquele contexto, reformar significava, por um lado, erradicar a possibilidade de contestação interna e externa e, por outro, atender às demandas de ascensão e prestígio sociais de uma classe média que apoiara o golpe de 1964 e reclamava sua recompensa.

Porém, no interior das universidades, movimentos contra hegemônicos surgiram em resistência a este sistema.

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão. De função inerente à universidade, a extensão começou a ser

percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo. (PNExt, 2000/2001, p.3) .

Portanto, com o fortalecimento da sociedade civil durante os anos de 1980 e o surgimento e desenvolvimento de novos movimentos sociais hegemônicos, foi discutido um novo paradigma para a universidade brasileira, sua relação com a sociedade e o papel da extensão. Com isso, o Projeto Rondon, que até então continuava em franca atividade, tornando-se conhecido em todo Brasil, no final deste período deixou de receber prioridade no Governo Federal, sendo extinto em 1989.

Dessa forma,

[...] a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade. (PNExt, 2000/2001, p.4).

No âmbito das universidades, neste período dos anos de 1980, foram se apresentando alguns marcos significativo.

Em 1981, foi criada a Associação de Docentes de Ensino Superior – Andes, propondo, como temas centrais de reivindicação, a defesa do ensino público e gratuito, a autonomia e a democratização das universidades, a isonomia salarial e o regime jurídico único de trabalho.

Processo semelhante ocorreu com os servidores técnico-administrativos que criaram, ainda durante este período, a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras – Fasubra.

Já os estudantes, que estavam na ilegalidade desde os anos de 64, quanto à situação da entidade que os representava (a União Nacional dos Estudantes - UNE), tiveram sua legalidade estabelecida pela Lei nº 7395, de 31/10/1985.

As lutas dentro das instituições de ensino superior, pela mudança nas relações de poder, tiveram um significativo avanço com a implantação da consulta direta à comunidade universitária para escolha do reitor, apresentando processos diferenciados de instituição para instituição.

Internamente, foram registradas experiências de eleição em outros níveis administrativos, como na direção de unidades acadêmicas, com participação dos diversos segmentos – docentes, discentes e técnicos administrativos – apontando para a consolidação de um processo de democratização interna nas universidades.

As discussões no meio acadêmico, nesse momento, giraram em torno de dois eixos centrais: a autonomia universitária e o compromisso social da universidade. No Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e no próprio Ministério da Educação (MEC), ocorreram discussões que conduziram à tomada de posições formais sobre a questão. O Crub propôs a realização, nas universidades, de discussão sobre problemas locais, regionais e nacionais, através de foros de debates, estudos interdisciplinares e pesquisas, com a participação de estudantes, submetendo seus planos e programas à apreciação de lideranças comunitárias. Nesse sentido, foi-se elaborando uma concepção de autonomia vinculada à ideia de compromisso social com a maioria da população. Nesse contexto, a extensão universitária se apresentou, no dizer de Fagundes, "como um desdobramento dessa universidade que se queria autônoma e que pretendia colocar-se a serviço da sociedade" (FAGUNDES, 1986, p. 108).

Nesse movimento foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Forproex, em 1987; momento considerado um marco na história da extensão universitária, pois a partir dele é que se acentuou a organização, sistematização e intensificação para sua institucionalização. Assim, um novo conceito de Extensão foi delineado:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Isto posto, com uma nova proposta de conceito mais ampliado, a extensão universitária incorporou às suas competências o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Para além da assistência e do seu caráter de prestação de serviço, até então predominantes, a extensão passou a ser tomada também como espaço de produção-difusão e diálogo de saberes. Um importante avanço, uma vez que a partir disso, a extensão pôde ser definida, também, enquanto uma prática acadêmica.

2.2 A extensão em debate: as contribuições do Forproex

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas – Forproex, foi criado e implantado em 06 de novembro de 1987, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, ocorrido na Universidade de Brasília – UnB, tendo como perspectiva a compreensão de extensão indicada anteriormente. Na reunião ocorrida em 26 de novembro de 2010 na Universidade Federal do ABC, no estado de São Paulo, o Fórum aprovou sua proposta de regimento por meio do qual definiu, de modo mais preciso, sua estrutura e funcionamento.

Concebido como uma entidade voltada para a articulação de políticas de extensão, o Forproex foi formado pelos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas, ou órgãos equivalentes, e foi estruturado em torno de uma coordenação geral formada por um Presidente e seu vice e cinco coordenações regionais, correspondentes a cada região geográfica do país. No seu processo de organização foram definidas, também, coordenações temáticas em torno de questões como cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho, saúde.

Quanto aos seus objetivos, eles foram assim sintetizados em seu regimento:

Art. 3º São objetivos do Forproex:

- I. Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras;
- II. Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- III. Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da prática acadêmica;

- IV. Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- V. Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. (FORPROEX, 2010).

Uma das iniciativas do Forproex foi a criação da Rede Nacional de Extensão – Renex . Por meio da Renex, o Fórum pretendia manter cadastro atualizado das instituições integrantes, divulgar ações de extensão entre as universidades participantes e coordenar um Sistema Nacional de Informações de Extensão – SIEX, como banco de dados sobre as práticas de extensão no País.

Com esta configuração, o Fórum de Pró-reitores de Extensão se constitui em um espaço em permanente construção, reconhecido assim no meio acadêmico, na esfera da administração federal e por entidades públicas e privadas, como um interlocutor no debate sobre a extensão.

Dentro deste contexto, o princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão foi se consolidando nas discussões e documentos elaborados, tanto pelo Andes, quanto pela UNE e a Fasubra.

No ano seguinte, em 1988, com a Constituição Federal da República, este princípio foi inscrito na Carta Magna. Neste mesmo ano, um Plano Nacional de Extensão estava a ser elaborado reafirmando, além deste princípio, a perspectiva da extensão universitária articulada a uma ação transformadora com interação social e interdisciplinaridade.

Nesse período, uma importante iniciativa foi a criação, em 1993, do “Programa de Fomento à Extensão” (PROEXTE). Este Programa decorreu da articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação. Por meio dele se pretendia organizar programas para definição de princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão.

Com a criação do Proexte, foram concebidos mecanismos que abriam a possibilidade de articulação entre o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e o próprio MEC.

Apesar dos passos percorridos até aqui, em 1996 o Ministério da Educação interrompeu o Proexte, contribuindo para aprofundar as dificuldades para manutenção dos programas de extensão que haviam se iniciado, o que podemos considerar um grande retrocesso no processo de expansão das ações de extensão até então conquistadas.

Tem-se, aqui, um paradoxo do fomento a programas e projetos de extensão universitária, uma vez que, embora a partir de 1996 vigorasse a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) apresentando indicativos quanto à definição do papel

das universidades no tocante ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, norteados pela indissociabilidade entre eles, ainda assim o Estado interrompeu esta frente de ação e financiamento da extensão.

Mas, neste mesmo ano, demarcando um novo contexto político que se colocava no país com o governo FHC, o Programa Universidade Solidária (UniSol) foi concebido e implantado pelo governo federal como estratégia para envolver a universidade, seus docentes e discentes em programas governamentais voltados para as comunidades mais carentes no país. Este Programa teve seu início em janeiro de 1996, ligado à Casa Civil da Presidência da República. O objetivo era o de promover vivências e intercâmbio de conhecimento entre universitários e comunidades de todo o país, influenciando diretamente no desenvolvimento local, de modo a contribuir no fortalecimento da pesquisa, da extensão universitária e na formação, numa perspectiva cidadã dos futuros profissionais.

Aqui, percebemos uma estratégia política do governo FHC, em que o UniSol veio a contemplar a lacuna decorrente do esvaziamento de programas de extensão de períodos anteriores.

Quanto ao Forproex, a partir de 1996, vislumbrando a captação de recursos, seguiu em busca de interlocução com os demais ministérios, e passou a produzir documentos de referência para consolidação do processo de institucionalização da Extensão, parcialmente apoiada pelo MEC, tendo como marco o lançamento da proposta do Plano Nacional de Extensão – PNExt, formulada pelo Forproex e concebida na perspectiva do fortalecimento da extensão universitária. Nesta proposta do Forproex estavam definidas as diretrizes para a Extensão universitária que visavam, por meio de atividades extensionistas, possibilitar a efetivação de políticas públicas e o exercício da cidadania a partir da sua implementação.

Entre os objetivos da proposta deste Plano estava o de refletir o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. E a adesão de outras instituições de ensino superior deveria necessariamente significar a adesão a esses princípios, objetivos e diretrizes.

A proposta atualizada do Forproex para o Plano Nacional de Extensão, formulada nos anos de 2000-2001, definia as diretrizes para a extensão universitária, em torno de quatro eixos:

- **Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da

população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, é preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar.

- **Interação dialógica:** desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.
- **Interdisciplinaridade:** caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.
- **Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão:** reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. (PNExt. 2000/2001, p. 18/19).

Na aplicação dessa última diretriz abria-se um capítulo especial, o da possibilidade e concretização da participação da extensão universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos. O conceito dessa indissociabilidade estava posto da seguinte forma:

A extensão entendida como prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. (PNExt, 2000/2001, p. 8).

Quanto às áreas do conhecimento, a proposta de PNExt indicava que todas as ações de extensão universitária deveriam ser classificadas em Áreas do Conhecimento, tendo por base as definidas pelo CNPq: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharia /

Tecnologia; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes.

A finalidade desta classificação era a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da extensão universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou grupos que atuavam na mesma área temática. Portanto, as áreas temáticas para classificação das ações de extensão universitária, descritas na proposta do PNExt, foram definidas em 8: Comunicação, Meio Ambiente, Cultura, Saúde, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Educação, Trabalho. Essas áreas temáticas foram subdivididas em 53 Linhas de Extensão que especificavam e detalhavam os temas para a nucleação das ações de extensão e discriminavam as formas de operacionalização.

Quanto aos tipos de ações de extensão, estes foram classificados pela proposta do Plano Nacional de Extensão em: Programa, Projeto, Curso, Evento, Prestação de serviço e Publicação.

Assim, as ações de extensão desenvolvidas pelas instituições de educação superior do país poderiam ser fortalecidas com um Plano Nacional de Extensão, permitindo a institucionalização das ações de extensão desenvolvidas pelas instituições de ensino superior brasileiras, e também a ampliação do orçamento público destinado à extensão universitária.

No âmbito destas formulações do Forproex com vistas à sistematização de um Plano Nacional de Extensão, recebia destaque a preocupação com o desenvolvimento e implantação de um sistema de gestão da extensão, para o registro, de forma padronizada quanto à denominação e classificação, de todas as ações desta natureza. Essa preocupação contribuiu para que algumas instituições desencadeassem os primeiros esforços no sentido do desenvolvimento de sistemas de informação sobre a extensão no âmbito nas universidades públicas.

Em síntese, a criação do Forproex foi um importante passo dado em direção ao avanço das políticas de extensão no Brasil e sua intervenção enquanto entidade legítima de articulação e interlocução para defesa e fortalecimento de ações da extensão. Ele foi e, em boa medida, tem sido crucial no debate político e conceitual da extensão universitária no Brasil. Isto se evidencia ainda mais quando nos debruçamos sobre a trajetória da extensão no período de 2003 a 2012, objeto de análise neste estudo.

2.3 As políticas de extensão no período 2003 a 2012 e suas implicações no contexto da UFU

A partir de 2003, com a eleição de Lula da Silva para Presidência da República, um novo cenário político se apresentava no Brasil e com ele o debate teórico na área da educação superior e da extensão universitária. A partir dos governos Lula (2003-2006; 2007-2014), e em continuidade no governo Dilma (2011-2014), importantes políticas foram implementadas na educação superior, como o Prouni e o Reuni, destacados no capítulo anterior, e também a extensão ganhou forças e suas ações foram intensificadas, em decorrência de várias formulações e proposições do Forproex e de programas implementados a partir de políticas postas pelo governo federal.

Adentremos a este período.

2.3.1 Ferramentas de gestão

Em 2003 o Ministério da Educação apoiou a adaptação e atualização do software Sistema de Informação da Extensão - SIEX, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, para ser utilizado pelas instituições públicas que compõem o Forproex. Dessa forma, começou a ser estruturado um sistema de registro de atividades de extensão no Brasil, que no âmbito do Forproex, foi denominado SIEXBRASIL¹. Esta, inclusive, era uma demanda que se colocava já nas discussões da elaboração da proposta do Plano Nacional de Extensão no final dos anos de 1990.

Por certo, este foi um sistema pioneiro no campo da extensão universitária. Seu lançamento apontava para a possibilidade de se alcançar maior integração das ações de extensão no país, na medida em que se delineava um sistema de informação virtual com perspectiva de se padronizar, nacionalmente, a terminologia aplicada no registro de ações de extensão, o que poderia culminar na criação de um cadastro único da extensão universitária no Brasil. A característica principal desse sistema foi a possibilidade de registro e consulta sobre programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos, promovidos pelas universidades públicas do país.

A partir de 2006, orientado pela experiência em torno do SIEXBRASIL o Forproex propôs modificações neste sistema com vistas a, por um lado, desenvolver estratégias de

¹ A Universidade Federal de Minas Gerais, desde 1993, desenvolveu e vinha utilizando um SIEX – Sistema de Informação de Extensão. Foi inspirado nessa experiência da UFMG que, no âmbito do Forproex, se implementou o SIEXBRASIL.

gestão na área da extensão universitária que atendessem às necessidades das instituições, de forma flexível e adaptável, permitindo sua adequação às realidades locais, e, por outro lado, em consonância com este objetivo, tornar este sistema em *software livre*, para que todas as instituições pudessem desenvolver as funcionalidades que se mostrassem pertinentes.

Nesse sentido, um dos esforços empreendidos pelo Forproex residiu na interlocução com o Ministério da Educação, por meio da SESu, de modo que as modificações no SIEXBRASIL viessem a ser assumidas pelo MEC. Isto porque, com esta condução seria possível construir um sistema de gestão de extensão universitária, não apenas no âmbito de cada instituição, mas um sistema de caráter nacional, que possibilitaria visualizar e acompanhar ações de avaliação, monitoramento das unidades envolvidas e geração de relatórios das ações realizadas e de indicadores de avaliação. Em 2009 o Ministério da Educação apresentou o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), originário do SIEXBRASIL.

Assim como o sistema anterior, o SIGProj se constituiu em um banco de dados, porém este novo sistema foi aberto para poder ser utilizado por toda comunidade acadêmica – docentes, discentes, técnicos. Outra característica deste novo sistema foi que seu desenvolvimento apontou para outras áreas da vida institucional, além da extensão universitária, mais precisamente, também as áreas do ensino e da pesquisa.

A elaboração desta base de dados ocorreu sob a responsabilidade técnica da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), sob a coordenação do MEC. Se sustentou em *software livre* e, desse modo, utilizando somente tecnologias que não exigem licenças específicas. A continuidade em seu desenvolvimento conta com a participação de pesquisadores e discentes das universidades brasileiras por meio da constituição de uma *rede virtual* denominada de “comunidade SIGProj”.

Segundo o MEC, todo esse trabalho em torno do SIGProj tem como objetivo criar ferramentas de gestão por meio das quais seja possível incrementar os processos de planejamento, avaliação e divulgação das diferentes ações de extensão, com a perspectiva de que este mesmo sistema venha a atender também as áreas do ensino e da pesquisa. Ainda de acordo com o MEC, uma ferramenta desta natureza poderá vir a contribuir na divulgação e democratização de dados e informações da vida acadêmica, tanto no âmbito de cada instituição, quanto no âmbito da comunidade externa a estas instituições.

Como se observa, o debate nacional no campo da gestão da extensão produziu ferramentas desta natureza, como o SIGProj, por parte do MEC em articulação com a UFMS, e o SIEXBRASIL, a partir da experiência da UFMG. Todavia, também na UFU, a partir de

1997, se empreendeu esforços institucionais no desenvolvimento de um sistema com estas características e finalidades, também denominado de SIEX, ao qual denominaremos, no âmbito deste estudo, de SIEX/UFU.

Esta experiência possibilitou que a UFU iniciasse um primeiro movimento no sentido do registro e da sistematização das atividades de extensão na instituição. Ao mesmo tempo, contribuiu para uma melhor sistematização destas atividades, por meio da definição de procedimentos e etapas básicas que deveriam orientar a organização da extensão no interior da UFU.

Ao longo dos anos, este sistema foi incorporando funcionalidades e recursos a partir das dificuldades e demandas colocadas pelos seus usuários. Porém, a partir de janeiro de 2011, reconfigurado e modernizado às reais necessidades das ações de extensão na UFU, o novo SIEX/UFU foi implementado e, para tanto, num primeiro momento, foi realizada a migração dos dados relativos às atividades cadastradas no ano de 2010. Nesse processo de migração de dados, todavia, aqueles relativos às atividades de extensão realizadas em anos anteriores não foram transferidos para o novo SIEX/UFU, apesar de ainda ser possível acessá-los por meio eletrônico.

Uma característica do sistema SIEX/UFU, a partir deste de 2011, residiu no fato de que as ações nas áreas de cultura e de assuntos estudantis, também tiveram condições de serem registradas no mesmo.

Outra iniciativa da UFU, em relação ao SIEX/UFU, foi o registro desta marca junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Por meio desta medida, a UFU passou a ter mais segurança e autonomia para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema.

Com efeito, mesmo com os problemas ocorridos no processo de migração dos dados no sistema SIEX/UFU, seu desenvolvimento e patenteamento abriu a possibilidade de se caminhar na direção de uma crescente sistematização, registro e memória das ações de extensão nesta Instituição, o que poderá vir a contribuir no processo de avaliação da extensão no contexto da dinâmica institucional.

Além deste aspecto relativo à gestão, sistematização e organização das ações de extensão por meio do desenvolvimento de ferramentas de gestão nesta área, outro tema que se fez fortemente presente nas políticas e no debate em torno da extensão universitária foi o desafio de colocar esta dimensão do tripé acadêmico – ensino, pesquisa, extensão – em um novo patamar em termos de sua institucionalização.

Por um lado, as experiências de desenvolvimento de sistemas informacionais de registro e gerenciamento das atividades de extensão, como destacado anteriormente,

constituem movimentos e esforços importantes nessa perspectiva.

Por outro lado, o Forproex apontava, em suas discussões, outros elementos que deveriam ser assegurados e considerados com vistas a esta crescente institucionalização.

2.3.2 Institucionalização da extensão e flexibilização curricular

O primeiro registro do Forproex quanto a este tema pode ser encontrado já no documento final de seu I Encontro Nacional, realizado em 1987, em Brasília. Naquele Encontro, o Fórum recém-constituído destacava que:

A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade. (FORPROEX, 1987).

Na sequência do documento em tela, o Forproex já destacava algumas *medidas e procedimentos* para esta institucionalização, os quais foram assim agrupados: *medidas e procedimentos de ordem metodológica, medidas referentes à estrutura universitária e medidas para valorização da extensão regional e nacional* (FORPROEX, 1987, p. 12).

Para cada um destes grupos de medidas, neste mesmo Encontro, o Fórum levantou um conjunto de ações que poderiam ser adotadas. Nas medidas de ordem metodológica foram apresentadas as seguintes sugestões:

1. As Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP), orientarão sua política de extensão objetivando prioritariamente a transformação social que implique na melhoria das condições de vida da maioria da população.
 2. Serão consideradas atividades de extensão, exclusivamente aquelas referenciadas nas diretrizes conceituais deste documento.
 3. Os estágios curriculares e extracurriculares estarão inseridos na política extensionista definida pela Universidade.
 4. Será garantida a participação das comunidades envolvidas no trabalho, na elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidades.
 5. Serão fomentadas ações que propiciem a sensibilização da comunidade acadêmica às atividades de interesse social.
 6. A divulgação dos trabalhos de extensão será estimulada através de publicações e outros meios de comunicação.
- Recomenda-se que as universidades desenvolvam mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade. (FORPROEX, 1987).

Em relação à estrutura universitária, foram indicadas outras 11 medidas:

1. O órgão de extensão em cada IESP deverá se ater exclusivamente a este tipo de atividade, ocupando na estrutura organizacional, o mesmo nível dos órgãos de ensino e pesquisa. A este órgão deverá competir: propor normas e políticas aos conselhos competentes a partir da ampla discussão com a comunidade acadêmica; e fomentar, acompanhar, avaliar, articular e divulgar os trabalhos de extensão em cada IESR.
2. A política de extensão deve ser gerenciada de forma colegiada pelos responsáveis.
3. Caberá aos departamentos acadêmicos a promoção e a execução das atividades de extensão, de forma articulada às de ensino e pesquisa.
4. A extensão deverá ter representação específica nos órgãos colegiados superiores de cada IESP já responsáveis pelas atividades afins.
5. As atividades de extensão deverão ser computadas na carga horária semanal mínima do departamento, bem como constar do plano individual de trabalho dos professores.
6. O trabalho de extensão também será computado para concessão do regime de D.E, de acordo com os planos aprovados por cada departamento.
7. Deve ser observado o grau de envolvimento de cada departamento em atividades de extensão, para fins de atendimento às solicitações de contratação de pessoal.
8. Também deve ser considerada, para efeito da contagem de pontos, a experiência extensionista dos candidatos aos concursos públicos nas IESR.
9. Nas avaliações para a progressão dos docentes, deve-se considerar o seu envolvimento nas atividades de extensão para efeito de pontuação.
10. Deve-se definir mecanismos que incentivem e garantam a participação dos discentes no planejamento e execução das atividades de extensão.
11. . Deve-se ser assegurada a participação de representantes de organizações populares nos conselhos decisórios da universidade. (FORPROEX, 1987).

Já no que se refere à valorização da extensão, foram destacadas apenas 3 propostas:

1. Na estrutura organizacional do MEC, deverá existir um órgão de caráter representativo, responsável pela extensão.
2. Deve-se buscar uma participação formal de representação da área de extensão junto ao CRUB.
3. Criação e fortalecimento dos Fóruns Regionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. (FORPROEX, 1987).

No V Encontro Nacional, em 1991, este tema foi retomado e dele resultou as seguintes recomendações:

1. A Institucionalização deve resguardar a competência dos

departamentos na elaboração de projetos, incentivar a interdisciplinaridade da ação extensionista e preservar as especificidades da atuação de cada universidade;

2. a extensão deve possuir o mesmo nível hierárquico que o ensino e a pesquisa na estrutura administrativa universitária;

3. a definição de mecanismos de operacionalização do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão seja computada para integralização curricular.

4. as Pró-Reitorias de Extensão devem priorizar atividades que subsidiem ou promovam o desenvolvimento de ações subsidiem ou promovam o desenvolvimento de ações interdisciplinares. (FORPROEX, 1991, p.36).

Este tema não foi objeto de discussão nos demais Encontros Nacionais do Fórum nos anos subsequentes². Somente nos Encontros Nacionais do Forproex de 2011 e 2012, esta questão foi novamente retomada.

Em seu XXX Encontro Nacional, em novembro de 2011, o Forproex recomendava:

Elaboração de uma minuta de regulamentação da Extensão como prática acadêmica que mobilize a comunidade universitária para pressionar o poder público e agendar tal demanda.

Organização e sistematização da discussão do modelo de expansão das IES necessariamente contemplando e comprometendo as ações de extensão no escopo dos Planos de Desenvolvimento Estratégicos. (FORPROEX, 2011, p.3).

Por sua vez, na carta de Brasília, elaborada ao final do XXXII Encontro do Forproex, um ano depois, foram definidas as seguintes recomendações:

A necessidade de ampla discussão sobre a extensão e educação à distância com vistas a estabelecer marcos normativos para viabilizar a ação institucional da extensão universitária, em consonância com previsão específica de recursos pedagógicos e financeiros, para atender a expansão dessa modalidade.

Estabelecimento de critérios para que a extensão também possa ser contemplada na concorrência às Bolsas de Internacionalização oferecidas pelos órgãos governamentais. (FORPROEX, 2012, p.2).

Mas além dos registros encontrados nos documentos resultantes dos encontros

² Foram analisados os documentos relativos aos Encontros: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XXIX, XXX, XXXI e XXXII. Quanto aos demais documentos dos outros Encontros até o ano de 2012, estes não foram analisados devido à impossibilidade de acesso aos mesmos, uma vez que eles não se encontram disponíveis para consulta, da página da Renex.

nacionais, outra sistematização importante em torno do tema da institucionalização da extensão, dentro das formulações propostas pelo Forproex, foram encontradas no documento deste Fórum, que tem como título *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Neste documento, um dos aspectos destacados referiu-se à necessidade de envolvimento dos órgãos colegiados nos assuntos da extensão universitária. O Forproex assim se posicionava:

A complexidade das estratégias cresce com as demais proposições, na medida em que se amplia o leque de atores envolvidos com sua formulação e implementação, como é o caso dos colegiados de cursos, das pró-reitorias de graduação, pós-graduação, etc.

Idealmente, seria muito importante que este processo ocorresse, desde o seu início, envolvendo todos os setores acadêmicos e administrativos, uma vez que é exatamente esta prática articulada e orgânica que se pressupõe quando se discute a implementação da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Afinal, não se poderia pensar em ações de extensão sem o envolvimento dos colegiados dos cursos, pois as mesmas, necessariamente, envolvem estudantes na sua execução. (FORPROEX, 2006, p.69/70).

Além disso, o Forproex propunha, também:

1. As ações de extensão devem ser institucionalizadas, com aprovação nos órgãos acadêmicos e registro em sistema de informação aberto à comunidade.
2. A política de institucionalização deve estimular a sistematização de ações de extensão em programas, formato que induz práticas interdepartamentais, interdisciplinares e interinstitucionais; os focos temáticos devem representar linhas de extensão.
3. Os programas e os projetos a ele vinculados, devem ter formalizados, em seu corpo uma “proposta didático-pedagógica”.
4. Os programas e projetos de extensão podem ser formalizados como: disciplinas (obrigatórias, optativas ou eletivas) ou atividades complementares, previamente definidas, ou reconhecidas ao final do tempo de participação.
5. A avaliação das ações de extensão deve considerar as categorias e indicadores destacados no documento de Avaliação Nacional da Extensão Universitária, o conceito de extensão e suas diretrizes como critérios de aprovação, considerando a relevância acadêmica e social, a interdisciplinaridade e a relação dialógica com os setores sociais.
6. (Re)visitar, na ótica da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, experiências como integração docente-assistencial, internato rural, vivências complementares, estágios, estágios de campo, atividade acadêmica a distância, etc.
7. As ações de extensão devem dotar como referência os projetos político-pedagógicos dos cursos da instituição.[...]
8. Concretizar uma maior articulação entre os fóruns de pró-reitores das

universidades públicas.

9. Concretizar uma maior articulação entre os Fóruns, a ABRUEM, a ANDIFES e a SESU/MEC, e demais Secretarias. (FORPROEX, 2006. p. 71-77).

A mobilização do Forproex na direção da institucionalização da extensão universitária teve um marco importante, dentro das políticas educacionais, quando da proposta do Plano Nacional de Educação de 2001. Esta questão é contemplada na seguinte meta relativa à educação superior:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (PNE, 2000/2001).

Com efeito, a incorporação desta meta no PNE deve ser apreendida como uma importante contribuição do Forproex no debate da institucionalização da extensão. Isto porque ela trouxe, ainda, um aspecto que diz respeito à organização curricular dos cursos de graduação no país.

Ao lado, e como um dos esteios do debate sobre esta institucionalização no âmbito do Forproex, estava posto, também, o tema da flexibilização curricular. Vejamos como o Fórum formulava estas questões.

Se retomarmos as *medidas e procedimentos* indicados pelo Fórum em seu I Encontro, lá já era sinalizada a necessidade dos estágios estarem inseridos na política de extensão de cada instituição e a reafirmação de que as atividades de extensão deveriam se articular às de ensino e pesquisa. Porém, no II Encontro Nacional do Forproex, realizado em 1988, o tema da integração da extensão com a pesquisa e o ensino foi retomado, mas com um maior aprofundamento, nos seguintes termos:

Uma condição essencial identificada para se viabilizar a extensão como prática acadêmica é a de que, no âmbito de cada universidade, fosse discutida sua proposta de ação global, definindo suas linhas de ensino e pesquisa, em função das exigências da realidade. Tal discussão teria a participação de todas as Pró-Reitorias e órgãos similares, departamentos, unidades, cursos, professores, alunos e população.

Uma outra medida fundamental seria a revisão do próprio modelo estrutural da universidade.

Estas medidas, de caráter mais amplo e global, teriam como uma das decorrências o reconhecimento curricular programático-administrativo das atividades de docentes e alunos, numa expressão orgânica de ensino e

pesquisa articulada pela extensão.

Neste contexto, o próprio estágio curricular não significaria um momento único de expressão da relação dialética teoria-prática, sendo que esta seria um componente a permear a concepção e o funcionamento dos cursos e da universidade enquanto um todo. (FORPROEX, 1988, p.4).

No III Encontro Nacional a discussão da extensão e sua interface com a organização curricular na universidade foi novamente retomada ao se discutir o princípio da interdisciplinaridade.

A extensão é um dos espaços estratégicos para promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, integrando grupos de áreas distintas do conhecimento, contribuindo à modificação progressiva da forma de fazer ciência e da transmissão desse tipo de saber e revertendo a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade.

De acordo com estas considerações recomenda-se a continuidade dos estudos e debates nas universidades públicas acerca da questão Estudos e debates nas universidades públicas acerca da questão da interdisciplinaridade, objetivando:

- maior institucionalização da interdisciplinaridade, e, como decorrência da ação, operacionalizar condições mais favoráveis a prática da extensão;
- integração do trabalho das Pró-Reitorias ou similares, de forma a obter uma atuação consistente em relação a um projeto acadêmico integrado;
- modernização administrativa coerente com as necessidades de atuação interdisciplinar, dentro da extensão, de forma a permitir avanço e inovação;
- criação de espaços nos diversos cursos regulares para atividades interdisciplinares. (FORPROEX, 1.999, p.25/26).

Outrossim, no documento já citado *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*, a perspectiva da flexibilização curricular recebeu um tratamento teórico no sentido de pensá-la em articulação com o desenvolvimento conceitual e metodológico da extensão e a organização curricular na universidade, sustentada em uma nova compreensão de currículo.

Sobre a ideia da flexibilização curricular e suas implicações no currículo, o Fórum apresentava a seguinte formulação no início deste documento:

- Os princípios da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e os princípios da autonomia universitária (didático-científicas, administrativas e de gestão financeiro-patrimonial) estabelecidos na Constituição Federal de 1998;
- A análise sobre a dimensão que assume uma nova concepção de Currículo, pressupondo a utilização de uma dinâmica flexível, na qual a

interdisciplinariedade e a participação do estudante são fundamentais para a construção da formação crítica e investigativa, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a conquista da cidadania plena (Art. 53 / LDB – 1996);

- A importância da flexibilização para uma nova estruturação curricular, menos rígida e mais adequada às necessidades de formação de profissionais-cidadãos;
- Uma nova estrutura curricular que abandone as práticas vigentes de caráter instrucionista, o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas. (FORPROEX, 2006 p. 15/16).

Ainda sobre o conceito de flexibilização curricular, o Fórum assim se posicionava:

Vale ressaltar que a Flexibilização Curricular traz, também, a ideia da liberdade, dando autonomia ao estudante para construir seu caminho, seu currículo, sua identidade. É necessário o entendimento de que tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é Currículo. Sendo assim, não é algo que possa ser entendido como definitivo, mas como um projeto que se forja no cotidiano, construído reciprocamente pelo professor e pelos estudantes. (FORPROEX, 2006, p.45).

Dentro desta perspectiva, o conceito de currículo foi redimensionado numa concepção mais ampla:

Nesse sentido, o Currículo passa a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, onde as disciplinas deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas, Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica, Os conteúdos das disciplinas não são mais a “essência” de um curso, tornando-se referências para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação.

Quando a Universidade utiliza tais possibilidades, efetiva-se a Flexibilização Curricular, na perspectiva de um currículo que rompe com a predominância de disciplinas, tendo a transdisciplinaridade como eixo de referência. (FORPROEX, 2006, p.46).

O Fórum concluiu, avaliando as possibilidades que a ideia de flexibilização curricular e a ampliação do conceito de currículo podem trazer para a dinâmica da instituição no processo de organização dos projetos pedagógicos de cada curso, que:

A Flexibilização busca, portanto, substituir a lógica tradicional de organização dos currículos, viabilizando um novo desenho curricular

decorrente e balizado por um projeto político-pedagógico cujo compromisso, no âmbito da Universidade, é ser discutido e construído intensa e coletivamente. A Universidade e, conseqüentemente, o Currículo dos seus Cursos transformam-se em espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a crítica, resgatando seu compromisso com a cidadania plena. (FORPROEX, 2006, p. 47-48).

No documento final do XXIX Encontro Nacional do Forproex, realizado entre 15 e 18 de maio de 2011, este tema foi novamente destacado nos seguintes termos:

A incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo inserindo-as de modo qualificado no projeto pedagógico dos cursos. (FORPROEX, 2011, p.2).

Esta formulação é reiterada no documento final do XXXI Encontro Nacional do mesmo Fórum, realizado em 2012 na cidade de Manaus. Neste mesmo encontro o Forproex atualizou e sistematizou uma nova proposta de Política Nacional de Extensão, em que recuperava suas formulações anteriores e, no que se refere à normatização e implementação da extensão universitária, destacava como aspectos a serem priorizados:

- processo de aprovação das ações de extensão;
- processos de monitoramento e avaliação da extensão , inclusive com definição de indicadores;
- formas de financiamento da Extensão Universitária;
- programas de bolsa de extensão para estudantes;
- formas de participação do estudante nas ações de extensão;
- **flexibilização curricular;**
- **integralização curricular de créditos em atividades extensionistas;**
- valorização da participação do docente nas ações extensionistas;
- formas de participação de servidores técnicos administrativos nas ações extensionistas;
- formas de participação da comunidade externa em processos decisórios relacionados com atividades extensionistas específicas. (FORPROEX, 2012, p.24). (*grifos nossos*)

Com efeito, o debate em torno da institucionalização da extensão universitária, no contexto da flexibilização curricular, estava posto já na proposta de Plano Nacional de Extensão (PNExt), formulada pelo Forproex em 1999 e que tinha como uma das diretrizes para organização da extensão a “*institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, de até 2 anos*” (PNExt, 1999-2001, p.4). No entanto, treze anos

depois, este parece ser um desafio ainda a ser enfrentado no campo da extensão universitária.

Como se depreende, aqui, mais uma vez, o Forproex assume um lugar de vanguarda neste debate, uma vez que no âmbito deste Fórum o tema da articulação entre extensão e currículo no ensino de graduação há muito vinha sendo debatido. Porém, a discussão sobre flexibilização curricular e suas formas de implementação no processo de institucionalização da extensão, estão longe de terem consensos consolidados em torno delas. Há, ainda, muitas divergências e impasses e, até mesmo, resistências para sua efetivação no âmbito das instituições de ensino superior. Isto pode ser confirmado ao voltarmos nosso olhar para a UFU.

Mesmo que se reconheça algum nível de esforço para institucionalização da extensão no âmbito da UFU, articulada a uma organização curricular dos cursos de graduação mais flexível, nos termos até aqui destacados, os passos dados por esta Instituição ainda são tímidos.

Somente em 2009, o conselho máximo da UFU, o Conselho Universitário – CONSUN, veio a definir a Política de Extensão desta Universidade, por meio da Resolução CONSUN nº 04, de 27 de março de 2009. Especificamente, no que se refere aos conceitos, definições, princípios, objetivos e diretrizes gerais para extensão, esta regulamentação da UFU seguiu os posicionamentos e indicações encontrados nos documentos do Forproex.

Quanto à articulação da extensão com o ensino, a Resolução CONSUN nº 04/2009 abriu a possibilidade de a extensão poder compor os currículos dos cursos ofertados pela UFU. Nesse sentido, no § 1º, do art. 4º está previsto que:

§1º As atividades de extensão poderão ser equiparadas ao estágio regulado pela legislação pertinente, desde que previsto no projeto pedagógico do curso, ou como estágio previamente aprovado pelos respectivos colegiados, desde que constem dos projetos de extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2009).

Além disso, neste mesmo ato normativo, em seu art. 7º, são definidos os requisitos para que a extensão possa ser considerada enquanto “*atividade acadêmica complementar*”, nos seguintes termos:

Art. 7º A extensão enquanto atividade acadêmica complementar dos cursos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, deve ser submetida aos processos regulares de controle acadêmico da UFU. São eles:

- I- orientação e acompanhamento sistemático das atividades pelos(s) coordenador(es) do projeto;
- II- registro de frequência e do programa de atividades, em formulário próprio elaborado pela Diretoria de Extensão;
- III- avaliação do processo e dos resultados do projeto;
- IV- elaboração de relatório sobre o trabalho desenvolvido;
- V- concessão de certificados, pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX, aos participantes do projeto, e
- VI- registro no histórico escolar do estudante, com eventual atribuição de carga horária, quando couber, nos termos previstos no projeto pedagógico, conforme parâmetros e procedimentos definidos pelo colegiado. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2009).

Esta resolução previu, também, que as atividades de extensão desenvolvidas pelo corpo docente e técnico administrativo da UFU devem constar nos respectivos Planos de Trabalho (art. 11). Estabeleceu, ainda, que “*a extensão deve ter equivalência à pesquisa e ao ensino, para efeito de avaliação do desempenho acadêmico*” (art. 12).

Por certo, estes são passos importantes no sentido de se alcançar uma maior institucionalização da extensão na dinâmica de funcionamento da UFU. Mas outros dois aspectos contemplados nesta Resolução ainda merecem destaque.

O primeiro aspecto foi a oficialização do *Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria* (Parágrafo Único, art. 5º), como canal de interlocução com a sociedade para captação das demandas sociais junto à universidade. O segundo aspecto foi a previsão de que caberia às Unidades Acadêmicas da UFU constituírem suas coordenações de extensão e definirem a competência e forma de funcionamento das mesmas (§ 4º, art. 10). No ano seguinte, o Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – CONSEX, por meio da Resolução Nº 01/ 2010, definiu as “*diretrizes para constituição da Coordenação de Extensão nas Unidades Acadêmicas da UFU*”. O processo de constituição destas Coordenações está em andamento, mas, até o momento, nenhuma Unidade Acadêmica teve aprovada, pelos Conselhos Superiores da UFU, qualquer proposta de instalação de uma coordenação de extensão no seu âmbito.

Todavia, no que se refere às normas de graduação da UFU, os temas da flexibilização curricular e da institucionalização da extensão nos currículos de graduação não são abordados, como foi possível ser constatado ao analisarmos a Resolução Nº 15/2011, do Conselho de Graduação.

Elementos como estes é que nos levam a afirmar a timidez da UFU na institucionalização da extensão universitária, articulada a uma organização curricular flexível, como sinalizado nos documentos do Forproex. Todavia, a UFU, frente ao contexto mais

amplo das políticas de extensão implementadas no período em análise, continuou construindo trilhas no campo da extensão universitária. A participação da Universidade em programas governamentais definidos no contexto das políticas implementadas a partir de 2003, no contexto do governo Lula, foi uma das trilhas percorridas.

2.3.3 A UFU e a sua participação em programas governamentais: Programa Brasil Alfabetizado, Projeto Rondon e Programa de Bolsas de Extensão

Um dos programas governamentais prioritários no primeiro mandato do governo de Lula da Silva (2003-2006) foi o Programa Brasil Alfabetizado – PBA, que continua em ação até os dias atuais.

Este programa se voltava para o enfrentamento da diminuição do analfabetismo no país entre as pessoas com mais de 15 anos, ou seja, aquelas que não conseguiram se alfabetizar dentro da idade escolar obrigatória. Os gráficos abaixo sintetizam indicadores relativos à taxa de analfabetismo no Brasil no período de 1996 a 2012:

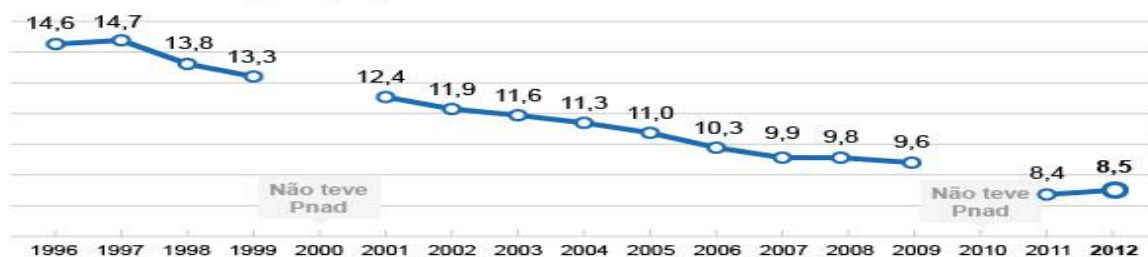
Gráfico 1: Analfabetismo no Brasil

Analfabetismo no Brasil

% de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas

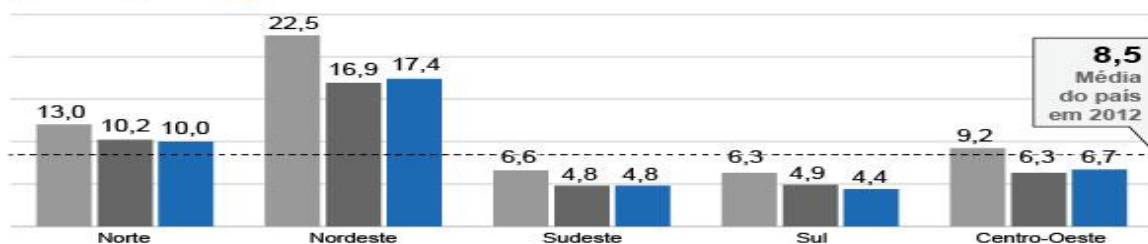
Taxa de analfabetismo

Houve estagnação na queda do número de analfabetos no Brasil. Há 300 mil novos analfabetos em relação à pesquisa de 2011



Analfabetismo por região

■ 2004 ■ 2011 ■ 2012



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011-2012

Segundo o MEC, a concepção deste programa, ao mesmo tempo em que se voltava para um grave problema no campo educacional brasileiro, o qual já havia sido tratado em outros governos por meio de outros programas³, agora pretendia articular o enfrentamento do analfabetismo a outras ações na perspectiva da construção da cidadania e da inclusão social.

Lançado no segundo semestre de 2003, o Programa Brasil Alfabetizado recolocou a alfabetização de jovens e adultos como prioridade na agenda educacional do País. Ao tomar esta iniciativa, o governo federal chamou para si a responsabilidade política e constitucional de induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional para a oferta de alfabetização de qualidade. Desta forma, o Programa Brasil Alfabetizado adotou uma concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos. Nesta perspectiva republicana e democrática, a alfabetização de jovens e adultos deixou de ser vista como uma ação periférica e compensatória, e passou a constituir-se um dos eixos estratégicos da política educacional do país, integrando-se a outras políticas públicas voltadas para a inclusão dos grupos sociais historicamente excluídos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p. 6-7).

No delineamento e implementação deste Programa, num primeiro momento, estava prevista a participação dos estados, Distrito Federal e municípios, ao lado de instituições de ensino superior, públicas e privadas, sem fins lucrativos; organizações não governamentais – ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, que desenvolvessem e executassem projetos de alfabetização de jovens e adultos. Estes participantes do Programa poderiam receber assistência técnica e financeira do MEC, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para, entre outras despesas de custeio e manutenção, também o pagamento de ajuda de custo dos alfabetizadores, a partir de valores definidos em resoluções do FNDE.

Neste momento de implantação do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, a Universidade Federal de Uberlândia – UFU participou como instituição formadora de alfabetizadores que atuavam no Programa e também como responsável por algumas turmas de alfabetizandos.

Esta participação se deu por meio da extensão universitária, se constituindo em um canal para aglutinação de esforços em torno de uma ação extensionista que, naquele

³ Na história da educação brasileira, no período pós-1964, podem ser localizados os seguintes programas com vistas à erradicação do analfabetismo: Mobral (1967-1985); Fundação Educar (1985-1990); Alfabetização Solidária (1995-2003).

momento, foi importante mecanismo de fortalecimento e visibilidade da extensão no âmbito da UFU.

A partir de 2007, tendo em vista mudanças que ocorreram na gestão do PBA, a UFU deixou de atuar nesta área. Estas mudanças decorreram das novas orientações adotadas pelo MEC, por meio do FNDE, no que se referia ao repasse de recursos financeiros que, com a Resolução/FNDE/CD Nº 033, de 03 de julho de 2007, passariam a ser feitos somente para os estados, Distrito Federal e municípios que aderissem ao Programa.

Até 2006 a UFU formou 200 alfabetizadores e 2800 alfabetizandos.

Outra ação extensionista na UFU, implementada no período em análise, refere-se à sua participação no Projeto Rondon, desde sua retomada em 2005.

Esta frente de trabalho assumida pelo Governo Federal, agora sob a coordenação do Ministério da Defesa, traz os seguintes objetivos orientadores, dispostos na sua página oficial na *Web*:

- contribuir para a formação do universitário como cidadão;
- integrar o universitário ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas sobre a realidade do País;
- consolidar, no universitário brasileiro, o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais;
- estimular, no universitário, a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas. (PROJETO RONDON, 2014).

No âmbito dos registros oficiais, a matriz discursiva encontrada nesta nova fase do Projeto Rondon, afirma que esta iniciativa governamental estaria estruturada na direção de se romper com a perspectiva predominante da prestação de serviços e do assistencialismo. Nesse sentido, segundo seu site oficial:

Hoje, o Projeto encontra-se em processo de consolidação, com uma procura cada vez maior pelas universidades e pelos universitários. O Rondon é mais que um projeto educacional e social, é uma poderosa ferramenta de transformação social, na medida em que conscientiza jovens que terão nas mãos o destino deste país e da importância do seu papel de protagonista na busca de uma sociedade mais justa. (PROJETO RONDON, 2014).

A participação das instituições de ensino superior nas operações, dentro do Projeto Rondon, se dá por meio da apresentação de propostas de trabalho em resposta aos convites

divulgados pelo Ministério da Defesa, por meio de sua página eletrônica, que se dividem em dois grandes conjuntos de ações: conjunto A e conjunto B.

No conjunto A, as ações contempladas se referem às seguintes áreas: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde; e no conjunto B, as áreas consideradas são: Comunicação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Trabalho.

Ainda de acordo com a página oficial do Projeto Rondon, nesta nova etapa, as ações do Projeto alcançaram, até o ano de 2013, por meio de 137 ações, 272 instituições; 778 municípios e 17.300 rondonistas, como são chamados os alunos que participam destas ações.

Na UFU, a participação de docentes e discentes tem sido sistemática e crescente. Em todos os anos, a partir de 2005, a Universidade encaminhou propostas dentro dos conjuntos de temas nas áreas previstas nos convites divulgados pelo Ministério da Defesa.

No período de 2005 a 2012 o UFU participou das seguintes ações:

Quadro 3: Participação da UFU nas operações do Projeto Rondon – 2005 a 2012

PERÍODO/ANO	OPERAÇÃO	MUNICÍPIO/ESTADO
Janeiro/2005	Operação Amazonas	Tefé / AM
Fevereiro/2006	Operação Amazônica	Caapiranga / AM
Janeiro e Fev./2007	Operação Amazônia Oriental	São Francisco do Brejão / MA
Julho/2007	Operação Inverno	São Francisco do Brejão / MA
Julho/2008	Operação Norte de Minas	Comercinho/MG– Região de Salinas
Janeiro/2009	Operação Centro Norte	Sítio D’abadia / GO
Janeiro e Fev./2009	Operação Verão	Comercinho / MG
Julho/2009	Operação Nordeste Sul	Serra Redonda / PB
Janeiro e Fev./2010	Operação Centro Nordeste	Murici / AL
Julho/2010	Operação Rei do Baião	Cedro / PE
Janeiro/2011	Operação Carajás	Axixá do Tocantins / TO
Janeiro/2011	Operação Zabelê	Itainópolis / PI
Janeiro e Fev./2011	Operação Rio dos Siris	Pedrinhas de Sergipe / SE
Julho/2012	Operação Açaí	Ipixuna do Pará / PA

Fonte: Arquivos DIVCO/PROEX/UFU.

Nestas ações participaram os seguintes cursos, com os respectivos discentes:

Quadro 4: Discentes/ UFU participantes do Projeto Rondon – 2005 a 2012

Ciências Humanas		Ciências Médicas e da Saúde	
Geografia	11	Medicina	4
Ciências Sociais	9	Odontologia	7
Psicologia	7	Enfermagem	16
Pedagogia	3	Educação Física	4
História	2	Nutrição	1
		Engenharias e Computação	
Linguagens e Artes		Engenharia Mecânica	1
Letras	1	Engenharia Química	2
Artes Cênicas	1	Ciências Sociais Aplicadas	
Artes Plásticas	1	Direito	6
Artes Visuais	1	Arquitetura e Urbanismo	1
Ciências Agronômicas e Veterinárias		Gestão e Negócios	1
Agronomia	7	Ciências Biológicas	
Medicina Veterinária	4	Biologia	4
TOTAL DE DISCENTES			94

Fonte: Arquivos DIVCO/PROEX/UFU.

Quanto à participação docente/UFU nessas operações, estiveram envolvidos professores das seguintes Unidades Acadêmicas:

Quadro 5: Docentes/UFU participantes do Projeto Rondon – 2005 a 2012

UNIDADE ACADÊMICA	TOTAL DE DOCENTES
ESTES – Escola técnica de Saúde	07
FAMED – Faculdade de Medicina	03
IARTE – Instituto de Artes	02
IB – Instituto de Biologia	01
ICIAG - Instituto de Ciências Agrárias	02
IG – Instituto de Geografia	01
INCIS – Instituto de Ciências Sociais	02
TOTAL	18

Fonte: Arquivos DIVCO/PROEX/UFU

No período analisado por esta pesquisa, a participação da UFU no Projeto Rondon, como demonstrado nos quadros supracitados, ocorreu de modo que houve o envolvimento e a participação de diversas unidades acadêmicas, tanto com seus respectivos docentes, quanto

com discentes de diversos cursos de graduação. Assim, ficou explicitado a importância do compromisso dessa Universidade para com o Projeto Rondon e a participação de seus docentes e discentes na perspectiva de uma formação ética e socialmente referenciada.

Os dados coletados demonstraram também, que assim como no Programa Brasil Alfabetizado, a participação da UFU também no Projeto Rondon contribuiu expressivamente no incremento de ações extensionistas no âmbito desta Universidade.

Ainda no contexto das políticas educacionais articuladas à extensão universitária, merece destaque a publicação da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009 e o Decreto 7.416 de 30/12/2010.

Na lei 12.155 de 2009, o seu Art. 9º dispôs que

Art. 9º Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE autorizado a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a projetos e programas de ensino e extensão voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo. (BRASIL, 2009).

Já no seu Art. 10 e no Art. 12, ditou que,

Art. 10. Ficam as instituições federais de educação superior, autorizadas a conceder bolsas a estudantes matriculados em cursos de graduação, para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, que visem: (Regulamento)

I - à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e

II - ao desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade.

Art. 12. As bolsas previstas nos arts. 10 e 11 adotarão como referência os valores das bolsas correspondentes pagas pelas agências oficiais de fomento à pesquisa, bem como as condições fixadas em regulamento do Poder Executivo, que disporá, no mínimo, sobre: (Regulamento)

I - os direitos e obrigações dos beneficiários das bolsas;

II - as normas para renovação e cancelamento dos benefícios;

III - a periodicidade mensal para recebimento das bolsas;

IV - as condições de aprovação e acompanhamento das atividades, programas e projetos no âmbito das instituições de educação superior ou pesquisa;

V - a avaliação das instituições educacionais responsáveis pelos cursos;

VI - a avaliação dos bolsistas; e

VII - a avaliação dos cursos e tutorias. (BRASIL, 2009).

Nestes artigos ficaram assim autorizadas, as instituições federais de educação superior,

a conceder bolsas de extensão a estudantes matriculados em cursos de graduação. Além disso, ficaram definidos os valores referência das bolsas de extensão em correspondência às pagas pelas agências oficiais de fomento à pesquisa e procedimentos normativos de acompanhamento.

Importante analisar aqui que foram destacados alguns dos aspectos norteadores da extensão universitária conforme proposta do Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Forproex ainda no ano de 1999. São eles: a relação universidade e sociedade, nos remetendo ao princípio da interação dialógica; a equiparação de valores referenciais das bolsas de extensão com as de pesquisa, nos remetendo à valorização da extensão em consonância com o ensino e a pesquisa, reforçando o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Quanto ao Decreto 7.416 de 30/12/2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento, tanto de atividades de permanência, quanto das atividades de extensão, o seu Art. 1º foi descrito da seguinte forma:

Art. 1º A concessão das bolsas previstas nos arts. 10 e 12 da Lei no 12.155, de 23 de dezembro de 2009, por instituições federais de educação superior a estudantes de cursos de graduação para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária, será promovida nas modalidades de:
I - bolsas de permanência, para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e
II - bolsas de extensão, para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar e fortalecer a interação das instituições com a sociedade. (*grifos nossos*). (BRASIL, 2010).

Como podemos perceber, este artigo reforçou o já ditado na Lei 12.155/2009, fazendo uma menção quanto ao esclarecimento dos tipos de modalidades que podem receber a concessão de bolsas, e ainda destacou a preocupação com a relação universidade-sociedade.

Já no Art. 6º, em seu parágrafo único, deste mesmo Decreto, ficou definido que,

Art. 6º A concessão das bolsas de extensão referidas no art. 1º, inciso II, observará disciplina própria da instituição, aprovada pelo órgão colegiado competente para a extensão e por seu órgão colegiado superior, para fomentar a extensão, em articulação com o ensino e a pesquisa, visando a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, por meio de processo interdisciplinar educativo, cultural e científico.
Parágrafo único. As atividades de extensão devem, preferencialmente, estar inseridas em programas e projetos estruturados, com base em linhas de trabalho acadêmico definidas e que integrem áreas temáticas estabelecidas pela instituição, garantindo a continuidade das atividades no tempo e no

território, sempre com a participação de estudantes, articulando-se com as práticas acadêmicas de ensino e pesquisa. (BRASIL, 2010).

Observamos nesta citação acima, a premissa da concessão dessa modalidade de bolsa (extensão) submetida às normativas internas aos órgãos pertinentes à extensão, de cada instituição de ensino superior. Agora, reforçou o princípio da indissociabilidade já dito na Lei 12.155 e ainda destacou outros: o do impacto social e o da interdisciplinaridade, também elencados na proposta de Plano Nacional de Extensão, desde o ano de 1999.

Fazendo uma análise geral, consideramos este um importante momento para avanço e conquista no campo da institucionalização da extensão universitária do país.

Neste mesmo ano, em 2009, no âmbito da UFU, o Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – CONSEX aprovou a Resolução Nº 04/2009, que dispõe sobre as normas que regulamentaram a concessão de bolsas para discentes e dentre elas as da extensão.

No Art. 2º desta Resolução, ficou expresso o conceito de bolsas de extensão:

Art.2º A Bolsa de Extensão é um recurso financeiro proporcionado pela Universidade ao discente da UFU vinculado a um programa, projeto ou atividade de extensão, orientado e acompanhado por um docente ou técnico administrativo da UFU, com saber comprovado na área pertinente, no efetivo exercício de suas funções. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2009).

No mais, esta normativa ditou os procedimentos pertinentes ao estabelecimento de bolsistas de extensão no âmbito da UFU com sua sistematização interna quanto à organização, tramitação, direitos e obrigações do bolsista, e do orientador (coordenador).

As análises desenvolvidas nesta seção evidenciam que ainda é tímido o avanço das políticas de extensão no Brasil quanto à sua institucionalização. Ainda falta uma política de extensão mais consolidada. Somente em 2009 a extensão universitária começou a ser tratada de modo mais institucionalizado, apesar de ainda não se ter regulamentado um Plano Nacional de Extensão. E observa-se que ainda é bem recente a institucionalização da Lei de bolsas de extensão. Portanto, a implementação da extensão no país continua a ser realizada, predominantemente, por meio de ações e projetos específicos.

Por sua vez, como bem demonstramos, no âmbito da UFU, esta realidade se repete. No processo de expansão da UFU, esta dimensão da vida acadêmica foi negligenciada. Foi também somente em 2009 que esta Instituição começou a definir regulamentação mais

estruturada em relação à extensão com a aprovação da sua Política Institucional de Extensão e da regulamentação da concessão de bolsas extensionistas para seus discentes. Mas ainda não se conseguiu consolidar uma política institucional de extensão.

Todavia, faz-se necessário continuar nossas análises sobre os caminhos da extensão universitária no período de 2003 a 2012, tendo em vista o Programa de Extensão Universitária – Proext, que foi implementado no contexto das políticas de educação superior no país nesse mesmo período, de modo a apreender suas implicações no contexto da UFU. Sobre isso trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O PROEXT: DIMENSÕES, CONTORNOS E A PARTICIPAÇÃO DA UFU

Em 2003 o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Ensino Superior – SESu/MEC, passou a desenvolver o Programa de Apoio à Extensão Universitária - Proext. Como vimos no capítulo anterior, dez anos antes, em outro contexto, o governo federal havia implantado um programa voltado para a extensão universitária, que recebera uma denominação similar, porém aquela iniciativa se sustentou apenas por 3 anos.

Neste contexto, novamente a extensão universitária nas universidades públicas passou a contar com uma possibilidade de captação de recursos para seu desenvolvimento. Interessamos, neste capítulo, nos determos sobre este novo programa de modo a apreender suas dimensões, contornos e significados frente às políticas de extensão e para a educação superior e, por desdobramento, suas implicações no contexto da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, no período de 2003 a 2013.

Para tanto, num primeiro momento foram elencados elementos relativos aos dados do Proext a nível nacional. Num segundo momento, voltamos nosso olhar para a UFU, no contexto do Proext. Nesse sentido, foram coletados dados relativos às propostas UFU aprovadas no Proext.⁴ A implementação do Proext, a partir de 2003, num primeiro momento, se deu sustentada, especificamente, em editais que eram publicados periodicamente para convocação das universidades federais com vistas à submissão de propostas de trabalhos de extensão universitária, dentro de áreas ou temas definidos pelo MEC nestes editais. A partir de 2005 os editais começaram a contemplar a possibilidade de outras universidades públicas, de governos estaduais e/ou municipais, também poderem submeter propostas de extensão no âmbito do Proext.

A partir de 2008, o Proext foi regulamentado por meio do Decreto Nº 6.495, de 30 de junho de 2008, porém sua implementação continuou se dando sustentada nos editais que eram publicados pelo MEC/SESu. Segundo consta na página oficial do Programa, “[o PROEXT] tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas”. Ainda de acordo esta mesma página oficial, este Programa “*abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social*”(PROEXT, 2014). A análise destes editais e do

⁴ Ao longo deste estudo não foi possível localizar nos arquivos da UFU e também junto à Secretaria de Educação Superior do MEC as propostas submetidas como resposta dessa Instituição aos editais Proext de 2003 a 2012; por isso foram consideradas nesta pesquisa apenas as propostas aprovadas.

arcabouço normativo que orienta e fundamenta o Proext, se constitui em uma importante fonte de dados para apreender e compreender os caminhos, não apenas deste Programa, mas, também, da própria extensão universitária frente às políticas educacionais e frente às políticas institucionais das universidades públicas brasileiras.

Desse modo, vale à pena nos debruçar sobre estes documentos. Avancemos em nossas análises.

3.1 O Proext e sua regulamentação: o Decreto nº 6.494/2008

Iniciaremos nossas análises a partir do Decreto nº 6.495/2008, apesar de ele ter sido regulamentado cinco anos após o primeiro edital do Proext. Isso porque este Decreto nos fornece elementos importantes que sintetizam bases conceituais e organizacionais que devem ser consideradas nas análises desta ferramenta de implementação de política de extensão nas universidades públicas brasileiras.

Seu artigo 1º está assim formulado:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Extensão Universitária - PROEXT, destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade. (BRASIL, 2008).

Como se observa, o Proext delimita, de forma clara, seu grande objetivo geral, que estaria na direção de contribuir na viabilização de condições para realização de projetos de extensão em universidades públicas. Este aspecto nos remete à discussão quanto à destinação de recursos públicos para o fomento à extensão universitária, neste caso, a extensão no âmbito da educação pública.

De outra parte, já neste objetivo geral do Proext, é sinalizada a perspectiva de fazer com que as instituições públicas de ensino superior se voltem para o contexto em que se inserem.

Estes aspectos são retomados quando da definição dos objetivos complementares do Proext apresentados no Parágrafo Único deste artigo:

Parágrafo único. São objetivos do Proext:

I - centralizar e racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação;

- II - dotar as instituições públicas de ensino superior de melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão, permitindo planejamento de longo prazo;
- III - potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações de extensão, projetando-as para a sociedade e contribuindo para o alcance da missão das instituições públicas de ensino superior;
- IV - fomentar programas e projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas;
- V - estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior;
- VI - contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares;
- VII - propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico; e
- VIII - fomentar o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno. (BRASIL, 2008).

A partir destes objetivos, o Decreto prevê que o apoio técnico e financeiro à projetos de extensão se daria por meio de editais de chamada pública, o que, aliás, já era uma prática que já vinha sendo experimentada no âmbito do próprio Proext, desde 2003.

Inspirado nessa mesma experiência, o Decreto definiu algumas condições mínimas para participação no Proext (§ 2º do art. 2º):

- § 2º São condições mínimas para participação nas chamadas públicas do PROEXT:
- I - os projetos de extensão deverão se ater exclusivamente aos temas estabelecidos no edital específico;
 - II - os projetos deverão obedecer às diretrizes de natureza acadêmica e de relação com a sociedade;
 - III - as equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos deverão ser compostas majoritariamente por professores e estudantes de graduação da própria instituição; e
 - IV - a coordenação da equipe executora deverá ficar a cargo de um docente do quadro efetivo da instituição na qual o programa ou projeto for desenvolvido. (BRASIL, 2008).

Por fim, dentre outros aspectos, o Decreto 6.495/2008 prevê, ainda, a possibilidade de o Ministério da Educação poder se organizar com outros Ministérios na implementação de ações no âmbito do Proext, conforme art. 4º:

Art. 4º Poderão ser realizadas parcerias com outros Ministérios para o estabelecimento de ações conjuntas no âmbito do PROEXT em áreas de atuação específica, observando-se as diretrizes gerais fixadas pelo Ministério

da Educação. (BRASIL, 2008).

Quanto aos recursos financeiros para o apoio à projetos de extensão no âmbito do Proext, em princípio, o Decreto não prevê novas fontes para estes recursos, uma vez que “*as despesas do PROEXT correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação*”. Caberia ao MEC “*compatibilizar a quantidade de projetos a serem aprovados com as dotações orçamentárias existentes*” (BRASIL, 2008). Apenas quando ocorresse articulação ou parceria com outro Ministério, e que o órgão parceiro do MEC deveria, também ele, alocar recursos no Programa.

Parágrafo único. Na hipótese do art. 4º deste Decreto, as despesas do PROEXT correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas a cada um dos Ministérios parceiros, na medida dos encargos assumidos, ou conforme pactuado no ato que formalizar a parceria. (BRASIL, 2008).

Os marcos legais do Proext, no âmbito do Decreto 6.495/2008, nos fornecem elementos importantes para análise, não apenas deste Programa, mas também do lugar e sentido que a extensão universitária assume na condução, pelo executivo federal, das políticas de educação superior implementadas no período de 2003 a 2012.

Todavia, também os editais vinculados ao Proext publicados neste mesmo período (2003-2012),⁵ fornecem dados para aprofundarmos estas análises. Adentremos a eles.

3.2 Por dentro do Proext: uma análise a partir dos editais no período de 2003 a 2012

Organizaremos nossos dados em torno de seis grandes eixos que estruturam os editais para que possamos fazer esta análise. São eles: conceitos em torno da extensão universitária; ministérios e outros órgãos que estabeleceram parcerias com MEC no âmbito do Proext; áreas temáticas contempladas; recursos financeiros; resultados; objetivos e diretrizes orientadoras.

Os editais lançados, no âmbito do Proext, previam a possibilidade de submissão de dois tipos de propostas extensionistas: *programas* e *projetos*, sendo que, com relação aos recursos financeiros destinados para cada modalidade ou tipo de proposta, estes se diferenciavam, recebendo, os programas, valores mais elevados. No primeiro edital, lançado

⁵ Ao contrário dos anos anteriores, no ano de 2012 o edital publicado foi numerado se referindo ao ano de execução orçamentária das propostas apresentadas, qual seja, o ano de 2013. Portanto, o Edital mencionado como 2013 “PROEXT 2013” foi, na verdade, publicado no ano de 2012, dentro do período considerado neste estudo.

em 2003, a definição destes dois tipos de propostas não evidenciava uma formulação muito clara no sentido de estabelecer a distinção conceitual entre eles.

No período de 2004 a 2009 *programas* e *projetos* estavam assim definidos:

Entende-se como **programa** um conjunto de projetos e/ou outras atividades de extensão, vinculados, de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes, e voltados a um objetivo comum;

Entende-se como **projeto** um conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, que visem alcançar determinados objetivos num período de tempo pré-estabelecido. (EDITAL N° 006/2009 – MEC/ SESu)..

Todavia, nos editais lançados entre 2010 e 2012, a definição de *projeto* não se alterou. No entanto, foram introduzidas mudanças importantes no conceito de *programas*, ao mesmo tempo em que nesses editais passou a constar o conceito de *extensão*, nos seguintes termos:

Entende-se como **Extensão** o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, orientado pelo princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.

Entende-se como **Programa de Extensão** o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. (EDITAL N°05/2010 – MEC/SESu).

Chama a atenção, aqui, como no processo de desenvolvimento do Proext, a partir da análise dos editais publicados para chamamento das instituições públicas para apresentação de propostas de extensão, gradualmente, as definições dos conceitos foram se consolidando no debate sobre a extensão universitária no campo educacional brasileiro, e mais especificamente, no âmbito do Forproex, aos poucos foram sendo incorporados na formulação e fundamentação deste Programa de apoio à extensão.

Quanto às parcerias estabelecidas com outros ministérios ou órgãos públicos, num primeiro momento, no período de 2003 a 2008, o Proext foi viabilizado exclusivamente com recursos do Ministério da Educação. A partir de 2009, nos editais publicados, passou-se a contar com a participação de outros Ministérios, conforme quadro que se segue:

Quadro 6: Ministérios/ Órgãos parceiros por Edital/ ano (2009 a 2012).

ANO EDITAL	MINISTÉRIOS/ÓRGÃOS PARCEIROS	QTDE
2009	Ministério da Educação e SESu/DIFES Ministério da Cultura Ministério do Trabalho e Emprego Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,	4
2010	Ministério da Educação e SESu/DIFES Ministério da Cultura Ministério da Pesca e Aquicultura Ministério da Saúde Ministério das Cidades Ministério do Desenvolvimento Agrário Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome Ministério do Trabalho e Emprego Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	10
2011	Ministério da Educação e SESu/DIFES Ministério da Ciência e Tecnologia Ministério da Cultura Ministério da Pesca e Aquicultura Ministério da Saúde Ministério das Cidades Ministério do Desenvolvimento Agrário Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome Ministério do Trabalho e Emprego Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Secretaria de Direitos Humanos Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Secretaria de Políticas para as Mulheres	13
2012	Ministério da Educação e SESu/DIFES Ministério da Cultura, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário,Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério dos Esportes, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres	16

Fonte: Editais Proext

No que se refere às áreas temáticas a definição sobre quais delas seriam contempladas, em cada edital teve uma evolução similar ao quadro das parcerias estabelecidas pelo MEC no âmbito da Esplanada dos Ministérios. Os temas contemplados no período de 2003 a 2008 se circunscreveram ao campo de atuação do Ministério da Educação e suas Secretarias.

Quadro 7: Áreas temáticas contempladas por Edital/ano (2003 a 2007).

ANO EDITAL	ÁREAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS
2003	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alfabetização de jovens e adultos, locais e regionais. 2. Políticas de promoção sociais: atenção integral à família, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, atenção à pessoa idosa, atenção à pessoa portadora de deficiência, populações indígenas e quilombolas. 3. Articulação com a educação básica por meio de elaboração de cursos de educação continuada e produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas, priorizando a alfabetização e o letramento. 4. Formação e educação permanente de pessoal para o sistema educacional.
2004	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento. 2. Formação permanente de pessoal para o sistema educacional, com articulação com a educação básica por meio de elaboração de cursos de educação continuada, produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas ou outras ações. 3. Políticas de desenvolvimento social: atenção integral à família, combate à fome, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, atenção à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência, às populações indígenas e quilombolas.
2005	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento. 2. Formação permanente de pessoal para o sistema educacional articulado com a educação básica, por meio da elaboração de cursos de educação continuada, produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas ou outras ações. 3. Políticas de direitos humanos e desenvolvimento social, tais como: <ol style="list-style-type: none"> i. atenção integral à família; ii. combate à fome; iii. erradicação do trabalho infantil; iv. combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; v. juventude e desenvolvimento social; vi. geração de trabalho e renda em economia solidária; vii. promoção e/ou prevenção à saúde; viii. violência urbana; ix. desenvolvimento urbano; x. atenção à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência e às populações indígenas e quilombolas.
2006	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de professores para o sistema educacional; 2. atenção integral à família; 3. combate à fome; 4. erradicação do trabalho infantil; 5. combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; 6. juventude e desenvolvimento social; 7. geração de trabalho e renda em economia solidária; 8. promoção e/ou prevenção à saúde; 9. violência urbana; 10. direitos humanos; 11. educação de jovens e adultos; 12. atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.
2007	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação de professores que atuam no sistema educacional; 2. educação de jovens e adultos; 3. juventude e desenvolvimento social; 4. geração de trabalho e renda em economia solidária; 5. promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; 6. atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.

Fonte: Editais Proext

No ano de 2008, as áreas temáticas contempladas no edital foram exatamente as mesmas que no ano anterior.

A partir de 2009, há um crescimento significativo das áreas temáticas e subáreas, contempladas nos editais que se seguiram. Os quadros apresentados nas páginas a seguir evidenciam este crescimento.

Quadro 8: Linhas temáticas contempladas por Edital/ano 2009.

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2009	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
<p>Linha Temática 1:</p> <p>Educação, Desenvolvimento Social e Saúde.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. qualificação de professores que atuam no sistema educacional; 2. educação de jovens e adultos; 3. geração de trabalho e renda; 4. juventude e desenvolvimento social; 5. .promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; 6. atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.
<p>Linha Temática 2:</p> <p>Gestão Cultural, Economia da Cultura e Desenvolvimento das Linguagens Artísticas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. memória social; 2. economia da cultura e empreendimentos culturais autogestionários; 3. leitura e cidadania; 4. inovação de linguagem; 5. produção de conteúdo audiovisual e meios de comunicação universitária.
<p>Linha Temática 3:</p> <p>Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. mapeamento do patrimônio cultural brasileiro, material e imaterial, articulado com as metodologias utilizadas pelo IPHAN, sendo o Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) para os bens de natureza imaterial, e o Sistema Nacional de Conhecimento e Gestão do Patrimônio Material (SIGC) para os bens de natureza material; 2. digitalização, restauros, disponibilização, pesquisa, produção de registros e arquivos de relevância histórica e cultural e produção de material de referência, incluindo produção de conteúdo áudio-visual e mídias alternativas; 3. desenvolvimento de projetos de restauro e conservação do patrimônio cultural com destinação para uso e/ou planos de gestão – demonstrando a viabilidade econômica e social; 4. desenvolvimento de projetos de socialização de sítios arqueológicos existentes com destinação de uso e/ou planos de gestão demonstrando viabilidade econômica e social; 5. economia da cultura, com ênfase na preservação e apropriação do patrimônio através de empreendimentos preferencialmente autogestionários;
<p>Linha Temática 4:</p> <p>Trabalho, Emprego e</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. apoio técnico e financeiro para propostas de manutenção de incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários;

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2009	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários	<ol style="list-style-type: none"> 2. assessoria à empreendimentos econômicos solidários incubados; 3. articulação de políticas públicas de fomento à economia solidária e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; 4. geração de trabalho e renda, através da incubação de empreendimentos econômicos solidários, dentro dos princípios de autonomia que possam influenciar transformações mais amplas; 5. formação de docentes, técnicos e discentes em economia solidária; 6. geração de trabalho e renda em saúde mental e economia solidária; 7. construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários.

Fonte: Edital 2009- Proext

Quadro 9: Linhas temáticas contempladas por Edital/ano 2010.

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2010	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
<p>Linha Temática 1:</p> <p>Educação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. qualificação de professores que atuam no sistema educacional; 2. educação de jovens e adultos; 3. juventude; 4. terceira idade; 5. atenção às populações indígenas e quilombolas; 6. diversidade e direitos humanos; 7. educação sócio-ambiental e cidadania.
<p>Linha Temática 2:</p> <p>Cultura e Arte</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. desenvolvimento de programas e projetos de formação e aprimoramento de gestores e produtores culturais por meio da pesquisa-ação, cursos e/ou oficinas. 2. programas, projetos, estudos de sustentabilidade, análises de contextos locais e regionais das cadeias produtivas das linguagens técnico-artísticas e de patrimônio e que apontem para criação de Incubadoras Culturais Universitárias centradas na economia da cultura. 3. mapeamento e diagnóstico de processos e equipamentos culturais que contribuam para o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (com vistas ao Plano Nacional de Cultura - PNC) e que apontem para a criação de Observatórios Culturais Universitários. 4. desenvolvimento de programas e projetos artísticos e educativos de dinamização de equipamentos culturais com ênfase nos equipamentos universitários explicitando a destinação de uso e/ou planos de gestão demonstrando viabilidade social e econômica. 5. encontros com formato de compartilhamento teórico-artístico discutindo temas a partir da confrontação de duas instâncias: as reflexões teóricas e as produções artísticas (peças teatrais, espetáculos de música, dança, produção de conteúdo audiovisual, exposições de artes, intervenções urbanas, arquitetura, performances etc.) que instiguem a experimentação estética e a reflexão crítica.

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2010	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
	6. projetos de implantação de programas de rádio e TV universitária com conteúdos culturais e educativos, regionais e nacionais, com vistas à democratização do acesso a informação.
<p>Linha Temática 3:</p> <p>Pesca artesanal e aquicultura familiar</p>	<ol style="list-style-type: none"> alfabetização de jovens e adultos para pescadores artesanais e aquicultores familiares; capacitação e assessoramento para a autogestão de empreendimentos ligados à pesca artesanal e à aquicultura familiar; apoio ao desenvolvimento e transferência de tecnologias de Boas Práticas nos diversos elos da cadeia produtiva da pesca artesanal e aquicultura familiar; educação ambiental e desenvolvimento/ adequação participativa de tecnologias de base ecológica voltadas à atividade de pesca artesanal e da aquicultura familiar; valorização do trabalho da mulher nas atividades ligadas à pesca artesanal e aquicultura familiar; promoção da saúde do(a) trabalhador(a) da pesca artesanal e da aquicultura familiar; inclusão digital e iniciação à informática para pescadores(as) artesanais e aquicultores(as) familiares; resgate e valorização de técnicas tradicionais de manejo e produção aquícola/pesqueira, adequadas às espécies, culturas e regiões.
<p>Linha Temática 4:</p> <p>Promoção da Saúde</p>	<ol style="list-style-type: none"> promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; saúde da mulher; saúde do homem; saúde do idoso; saúde do jovem e adolescente; saúde da criança; saúde mental; saúde do trabalhador; saúde das pessoas com deficiências; sistema previdenciário; AIDS; tabagismo; alimentação saudável; vacinação; diabetes; medicamentos; transplante de órgãos e tecidos.
<p>Linha Temática 6:</p> <p>Desenvolvimento Agrário</p>	<ol style="list-style-type: none"> apoio à agricultura familiar (como definido na Lei nº 11.326) objetivando a transição agroecológica para sistemas de produção de base ecológica; capacitação de técnicos das entidades de assistência técnica e extensão rural em manejo ecológico dos solos; formação de docentes, técnicos e discentes em agricultura familiar e agroecologia; sistematização de experiências inovadoras em extensão rural junto a agricultura familiar; formação continuada de docentes de extensão rural de instituições de ensino superior e médio.

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2010	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
<p>Linha Temática 7: Redução das desigualdades sociais e promoção da Inclusão produtiva</p>	<p>1. Apoio a projetos de inclusão produtiva para famílias ou grupos de pessoas inscritas no Cadastro Único – CadÚnico do Governo Federal.</p>
<p>Linha Temática 8: Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. apoio técnico e financeiro para propostas de manutenção de incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários; 2. assessoria à empreendimentos econômicos solidários incubados; 3. geração de trabalho e renda, através da incubação de empreendimentos econômicos solidários, dentro dos princípios da sustentabilidade e da autonomia que possam influenciar transformações mais amplas; 4. formação de docentes, técnicos e discentes em economia solidária; 5. geração de trabalho e renda em saúde mental e economia solidária por meio da incubação de empreendimentos econômicos solidários.
<p>Linha Temática 9: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. mapeamento do patrimônio cultural brasileiro, material e imaterial, considerando as metodologias utilizadas pelo IPHAN, o Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), e o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG); 2. identificação, organização, tratamento e digitalização de arquivos e registros de relevância histórica e cultural para acesso e/ou produção de instrumentos de pesquisa e difusão de acervos e conhecimentos, incluindo produção de conteúdo áudio visual e mídias alternativas; 3. elaboração de projetos de restauro e conservação do patrimônio cultural protegido que prevejam usos com relevância social, incluindo a elaboração de projetos habitacionais em imóveis privados para população de baixa renda; 4. projetos de socialização de sítios e acervos arqueológicos com planos de gestão integrados demonstrando a sustentabilidade do projeto; 5. projetos de educação patrimonial que realizem, promovam e fomentem ações educativas que articulem as áreas de patrimônio cultural, meio ambiente, desenvolvimento urbano, turismo e cidadania, dentre outros campos da ação pública; 6. projetos de capacitação técnica para gestores e profissionais do patrimônio cultural que promovam o fortalecimento dos órgãos de patrimônio e da sociedade civil organizada.
<p>Linha Temática 10: Garantia dos Direitos das Mulheres em situação de violência</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança Pública e Justiça: Garantia dos Direitos das Mulheres em situação de violência; 2. Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência sob a ótica do Acesso aos Direitos das Mulheres em situação de violência.

Fonte: Edital 2010- Proext

Quadro 10: Linhas temáticas contempladas por Edital/ano 2011.

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2011	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
Linha Temática 1: Educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. qualificação de professores que atuam no sistema educacional; 2. educação de jovens e adultos; 3. juventude; 4. atenção às populações indígenas e quilombolas; 5. diversidade e direitos humanos; 6. educação sócio ambiental e cidadania.
Linha Temática 2: Tecnologias para o Desenvolvimento Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento e aplicação de Tecnologia Social, Tecnologias Assistivas e Tecnologia de Informática; 2. assessoria técnica visando a agregar valor aos produtos ou serviços para dinamizar as atividades produtivas; 3. formação de docentes, técnicos e discentes no desenvolvimento de tecnologias sociais, tecnologias assistivas e tecnologias da informação para empreendimentos urbanos e rurais; 4. desenvolvimento e aplicação de tecnologias para a produção e comercialização de alimentos orgânicos/ecológicos e agroecologia – processos de implementação para a produção, transformação e comercialização de produtos orgânicos/ecológicos; 5. assessoria técnica para a cadeia de resíduos sólidos urbanos visando soluções de problemas tecnológicos.
Linha Temática 3: Cultura e Arte	<ol style="list-style-type: none"> 1. desenvolvimento de programas e projetos de formação e aprimoramento de gestores e produtores culturais por meio da pesquisa-ação, cursos e/ou oficinas; 2. mapeamento e diagnóstico de processos e equipamentos culturais que contribuam para o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (com vistas ao Plano Nacional de Cultura - PNC) e que apontem para a criação de Observatórios Culturais Universitários; 3. programas, projetos, estudos de sustentabilidade, análises de contextos locais e regionais das cadeias produtivas das linguagens técnico-artísticas e de patrimônio e que apontem para criação de Incubadoras Culturais Universitárias centradas na economia da cultura; 4. desenvolvimento de programas e projetos artísticos e educativos de dinamização de equipamentos culturais com ênfase nos equipamentos universitários explicitando a destinação de uso e/ou planos de gestão demonstrando viabilidade social e econômica; 5. encontros com formato de compartilhamento teórico-artístico discutindo temas a partir da confrontação de duas instâncias: as reflexões teóricas e as produções artísticas (peças teatrais, espetáculos de música, dança, produção de conteúdo audiovisual, exposições de artes, intervenções urbanas, arquitetura, performances etc.) que instiguem a experimentação estética e a reflexão crítica; 6. projetos de implantação de programas de rádio e TV universitária com conteúdos culturais e educativos, regionais e nacionais, que contemplem recursos de acessibilidade com vistas à democratização do acesso a informação.

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2011	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
<p>Linha Temática 4:</p> <p>Pesca artesanal e aquicultura familiar</p>	<ol style="list-style-type: none"> alfabetização de jovens e adultos e/ou elevação de escolaridade, para pescadores profissionais, levando-se em consideração o período do defeso local na definição da metodologia e cronograma; qualificação de educadores que atuam em comunidades pesqueiras; capacitação e assessoramento para a autogestão de empreendimentos produtivos ligados à pesca artesanal e à aquicultura familiar, fomentando a inclusão produtiva dos beneficiários e priorizando os equipamentos e estruturas implantados com apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA; fomento à organização social de pescadores artesanais e aquicultores familiares, por meio do apoio à formação e estruturação de associações, cooperativas, comitês, fóruns e redes; desenvolvimento de atividades de inclusão digital para pescadores artesanais e aquicultores familiares, por meio de ações que promovam e facilitem a utilização dos telecentros da pesca maré e telecentros BR já implantados, utilizando a tecnologia de software livre; desenvolvimento/adequação participativa e socialização de tecnologias que promovam boas práticas de produção nos diversos elos da cadeia produtiva da pesca artesanal e aquicultura familiar; educação ambiental, desenvolvimento/adequação participativa e socialização de tecnologias de base ecológica voltadas à pesca artesanal e aquicultura familiar; valorização do trabalho da mulher na pesca artesanal, aquicultura familiar e atividades relacionadas; promoção e facilitação do acesso às políticas públicas e direitos dos aquicultores familiares e pescadores artesanais; desenvolvimento de ações voltadas à revitalização da frota pesqueira artesanal, visando o aumento da qualidade do pescado, a economicidade da atividade e a melhoria das condições de trabalho a bordo; inclusão do pescado na alimentação escolar e acesso dos pescadores artesanais e aquicultores familiares ao mercado institucional, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros; promoção de processos e estratégias relacionados à saúde ocupacional e segurança do trabalhador da pesca e aquicultura, visando estimular a adoção de hábitos e atitudes benéficas.
<p>Linha Temática 5:</p> <p>Promoção da Saúde</p>	<ol style="list-style-type: none"> promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; saúde da mulher; saúde do homem; saúde do idoso; saúde do jovem e adolescente; saúde da criança; saúde mental; saúde do trabalhador; saúde das pessoas com deficiências; sistema previdenciário; AIDS; tabagismo, álcool, drogas, crack; alimentação saudável; vacinação;

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2011	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
	15. diabetes; 16. medicamentos; 17. transplante de órgãos e tecidos; 18. órteses e próteses 19. violência contra a criança; 20. urgência e emergência; 21. acesso, qualidade e continuidade dos cuidados no SUS.
Linha Temática 6: Desenvolvimento Urbano	1. Sistemas de Informações Geográficas 2. Cadastro Territorial Multifinalitário 3. mobilidade urbana: 4. acesso à terra urbanizada 5. saneamento ambiental: 6. habitação
Linha Temática 7: Desenvolvimento Rural	1. desenvolvimento de ações de experimentação, validação e disponibilização de tecnologias apropriadas ao público da extrema pobreza rural da agricultura familiar a partir dos princípios da pesquisa-ação participativa; 2. organização de agricultores familiares da extrema pobreza com inclusão produtiva e econômica com base em sistemas sustentáveis e em mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), considerando as realidades socioculturais, econômicas, políticas e ambientais dos agricultores familiares no espaço rural; 3. formação de docentes, agentes de assistência técnica e extensão rural e discentes para atuação na Erradicação da Pobreza Rural; 4. desenvolvimento de programas e projetos de profissionalização de agricultores familiares e empreendimentos familiares com base na geração e apropriação da renda dos processos produtivos; 5. formação em desenvolvimento rural com base em agriculturas de base ecológica para docentes, agentes de assistência técnica e extensão rural e discentes; 6. sistematização de experiências inovadoras em extensão rural junto a agricultura familiar; 7. desenvolvimento de processos de convivência com o semiárido e Amazônia; 8. implantação ou consolidação de núcleo multidisciplinar nas instituições de ensino com o objetivo de discutir processos pedagógicos de ensino e aprendizagem de extensão com ênfase nas pedagogias de extensão rural.
Linha Temática 8: Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza	1. Promoção da inclusão produtiva; 2. Promoção da segurança alimentar e nutricional e do direito à alimentação adequada e fomento à produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos.
Linha Temática 9: Geração de Trabalho e Renda por meio do apoio e	1. apoio à incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES), o que compreende atividades sistemáticas de formação e assessoria técnica e de gestão que percorrem desde o surgimento do empreendimento até sua consolidação ou conquista de

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2011	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários	<p>condições necessárias para a autonomia organizativa e a viabilidade econômica;</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. apoio à incubação de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários vinculadas a instituições de ensino e a governos municipais e estaduais, o que compreende atividades sistemáticas de formação e assessoramento realizadas por uma incubadora já existente com a finalidade de disseminação de conteúdos e metodologias de incubação; 3. apoio à criação de novas incubadoras de empreendimentos econômicos solidários nas instituições de ensino, o que compreende apoio para estrutura e funcionamento da nova incubadora; 4. formação de docentes, técnicos e discentes em economia solidária e/ou tecnologias sociais que potencializem o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias apropriadas à economia solidária, compreendidas como produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com os EES e que representem efetivas soluções às suas demandas socioeconômicas; 5. apoio à incubação ou assessoria a cooperativas sociais, compostas por pessoas com transtorno mental, deficiências física, mental e/ou sensorial, dependentes químicos, apenados, egressos do sistema prisional, jovens em situação de risco ou em cumprimento de medidas sócio-educativas; 6. apoio às atividades de organização da comercialização de empreendimentos econômicos solidários, compreendida como: implantação de bases de serviço de apoio à comercialização dos produtos e serviços dos EES; a constituição ou fortalecimento de redes de cooperação econômica entre os EES; realização de atividades de formação e assessoramento técnico para adequação do EES aos princípios e critérios o comércio justo e solidário; estudos aplicados de oportunidades de mercado; orientações e assessoramento sistemático para acesso às compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar etc.), entre outras iniciativas.
<p>Linha Temática 10</p> <p>: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. mapeamento, pesquisa-ação e produção de conhecimento acerca dos bens culturais de natureza material e imaterial; 2. documentação, por meios técnicos adequados, dos bens culturais de natureza material ou imaterial referentes à memória e identidade dos variados segmentos da população brasileira, incluindo registros fotográficos, audiovisuais, musicais, textuais, ou iconográficos; 3. promoção da transmissão intergeracional de saberes por detentores de saberes vinculados aos bens culturais reconhecidos em âmbito comunitário; 4. promoção do reconhecimento e valorização de detentores de conhecimentos e formas de expressões culturais tradicionais, e apoio às condições de produção e reprodução desses bens; 5. identificação, organização, tratamento, descrição e digitalização de arquivos de relevância histórica e cultural, para acesso e/ou produção de instrumentos de pesquisa-ação e difusão de conhecimentos, incluindo produção de material de referência, relativo ao acervo, em mídias alternativas e em formato audiovisual; 6. socialização do patrimônio arqueológico que primem pela sustentabilidade, governança e vinculação social das ações de gestão

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2011	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
	<p>de sítios e acervos;</p> <p>7. educação patrimonial que realize, promova e fomenta ações educativas que articulem as áreas de patrimônio cultural, meio ambiente, desenvolvimento urbano, turismo e cidadania, dentre outros campos da ação pública;</p> <p>8. escolas e/ou professores da rede pública de ensino (municipal, estadual e federal) com foco no patrimônio cultural brasileiro;</p> <p>9. produção de materiais didáticos (publicações, audiovisuais entre outros) com foco no patrimônio cultural;</p> <p>10. regularização fundiária e/ou elaboração de propostas para restauração ou adaptação de bens em áreas tombadas, para famílias de baixa renda;</p> <p>11. apoio à organização comunitária, cooperativismo, criação de conselhos municipais, com o objetivo de promover a preservação do patrimônio cultural;</p> <p>12. registro, divulgação e salvaguarda dos saberes vinculados às técnicas tradicionais de construção;</p> <p>13. capacitação de profissionais de nível superior e/ou de mão de obra para serviços de restauração de patrimônio edificado, arqueológico ou de bens móveis.</p>
<p>Linha Temática 11:</p> <p>Direitos Humanos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação em Direitos Humanos 2. Centro de Referência em Direitos Humanos 3. Promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT. 4. Registro Civil de Nascimento 5. Direitos Humanos da Pessoa Idosa 6. Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas 7. Defensores de Direitos Humanos 8. Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 9. Marco Legal Brasileiro e Internacional na área da pessoa com deficiência.
<p>Linha Temática 12:</p> <p>Promoção da Igualdade Racial</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação 2. Saúde 3. desenvolvimento econômico-social e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão étnico racial. 4. Política Cultural com recorte étnico racial 5. Direitos Humanos e segurança pública 6. Infraestrutura 7. Povos Indígenas
<p>Linha Temática 13:</p> <p>Mulheres e relações de gênero</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Direito das mulheres e relações de gênero 2. mulheres rurais e ribeirinhas; 3. mulheres no mercado de trabalho; 4. mulheres jovens; 5. orçamento público com perspectiva de gênero.

Fonte: Edital 2011- Proext.

Quadro 11: Linhas temáticas contempladas por Edital/ano 2012.

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2013	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
Linha Temática 1: Educação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação de jovens e 2. Juventude. 3. Educação Escolar Indígena 4. Educação Escolar Quilombola 5. Educação para Relações Étnico-raciais 6. Educação do Campo 7. Educação em Direitos Humanos 8. Educação Socioambiental 9. Educação Especial na Perspectiva Inclusiva 10. Saúde na Escola 11. Educação Integral e Intersetorialidade 12. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional 13. Educação Infantil: 14. Apoio à Gestão de Redes de Educação Públicas 15. Apoio à Gestão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica – EPT. 16. Proteção do Conhecimento e Transferência de Tecnologia em Instituições de Ensino Públicas 17. Formação de Trabalhadores.
Linha Temática 2: Cultura e Arte	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cultura e Contemporaneidade: 2. Arte e Educação 3. Economia da Cultura
Linha Temática 3: Pesca e Aquicultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação: 2. Organização social e políticas públicas: 3. Fortalecimento da cadeia produtiva:
Linha Temática 4: Saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Medicina de Família e Comunidade: 2. Promoção da saúde 3. Saúde da mulher 4. Saúde do homem: 5. Saúde do idoso 6. Saúde do jovem e adolescente 7. Saúde da criança 8. Saúde mental 9. Saúde do trabalhador: 10. Saúde das pessoas com deficiências: 11. Aids e DSTs: 12. Assistência farmacêutica 13. Transplante de órgãos e tecidos 14. Urgência e Emergência: 15. Saúde indígena 16. Vigilância em saúde 17. Sistema Único de Saúde 18. Reabilitação

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2013	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
Linha Temática 5: Desenvolvimento Urbano	<ol style="list-style-type: none"> 1. Geotecnologias 2. Cadastro Territorial Multifinalitário 3. Mobilidade Urbana 4. Acesso à Terra Urbanizada 5. Saneamento Ambiental 6. Trânsito
Linha Temática 6: Desenvolvimento Rural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sistemas Produtivos Sustentáveis 2. Mercado Institucional de Alimentos 3. Agricultura Familiar e Juventude 4. Estágios Interdisciplinares de Vivência em Comunidades Rurais – EIV.
Linha Temática 7: Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proteção Social Não Contributiva e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): 2. Transferência Condicionada de Renda: 3. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): 4. Inclusão Produtiva: 5. Controle Social de Programas de Desenvolvimento Social
Linha Temática 8: Geração de Trabalho e Renda por meio do apoio e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) e assessoria a cooperativas sociais 2. Incubação de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários: 3. Políticas Públicas e Fortalecimento de redes e cadeias de produção e comercialização solidárias:
Linha Temática 9: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação do patrimônio: 2. Articulação para a Política Nacional de Patrimônio Cultural: 3. Preservação do Patrimônio Cultural: 4. Promoção, Educação e Informação para o Patrimônio Cultural:
Linha Temática 10: Direitos Humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação e Cultura em Direitos Humanos: 2. Centro de Referência em Direitos Humanos: 3. Promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT 4. Registro Civil de Nascimento: 5. Direitos Humanos da Pessoa Idosa 6. Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas 7. Defensores de Direitos Humanos: 8. Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 9. Marco Legal Brasileiro e Internacional na área da pessoa com deficiência 10. Diversidade Religiosa:

LINHAS TEMÁTICAS CONTEMPLADAS – EDITAIS PROEXT – Edital 2013	
Linhas temáticas Contempladas	Sub-temas
Linha Temática 11: Promoção da Igualdade Racial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação: 2. Saúde: 3. Desenvolvimento socioeconômico 4. Política Cultural Étnico racial: 5. Direitos Humanos e segurança pública 6. Desenvolvimento dos Povos Indígenas
Linha Temática 12: Mulheres e relações de gênero	<ol style="list-style-type: none"> 1. Direito das mulheres e relações de gênero 2. Mulheres rurais, ribeirinhas 3. Mulheres no mercado de trabalho 4. Orçamento público com perspectiva de gênero
Linha Temática 13: Esporte e Lazer	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esporte e lazer: 2. Esporte paraolímpico 3. Tecnologias de esporte e lazer 4. Jovens atletas 5. Gestão de políticas públicas de esporte e lazer
Linha Temática 14: Comunicação	Inclusão digital
Linha Temática 15: Inclusão produtiva e desenvolvimento regional: Rotas de Integração Nacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inclusão Produtiva nos APL 2. APL de ovinocaprinocultura: 3. APL de piscicultura 4. APL de apicultura 5. Gemas, joias e geo turismo 6. Economia criativa
Linha Temática 16: Justiça e direitos do indivíduo privado de liberdade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação no Sistema Prisional 2. Sistema prisional e saúde: 3. Sistema prisional e urbanismo: 4. Sistema prisional e Direitos Humanos

Fonte: Edital 2013- Proext.

Os dados até aqui apresentados, quanto às temáticas contempladas nos editais do Proext, ao lado das parcerias estabelecidas pelo MEC com outros órgãos federais, nos possibilitam situar aspectos importantes quanto ao papel e contornos que a extensão universitária foi assumindo no âmbito das instituições públicas de ensino superior.

Nesse sentido, nas temáticas concernentes aos editais no período de 2003 a 2008, quando o MEC ainda não havia estabelecido parcerias com outros órgãos ou ministérios, é

possível constatar que estas temáticas envolviam áreas de atuação sob a responsabilidade das suas próprias Secretarias e órgãos internos. Com efeito, temas como *cursos de formação continuada de professores, produção de material pedagógico na área de alfabetização e letramento e formação de profissionais para os sistemas educacionais – municipais e estaduais de ensino*, estavam diretamente vinculados aos desafios e necessidades identificadas, especialmente, pela então Secretaria de Educação Infantil e Ensino Fundamental – SEIF, mais tarde, Secretaria de Educação Básica – SEB, daquele Ministério.

Por sua vez, temáticas como *educação e alfabetização de jovens e adultos* e aquelas relativas às chamadas *políticas de promoção social*, como indicada nos quadros acima, estavam sob a coordenação e responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, instituída no MEC no contexto do primeiro mandato de Lula da Silva.

Nesta mesma direção, também outra área específica de atuação política do MEC recebeu destaque nos editais do Proext nestes primeiros seis anos de seu desenvolvimento, qual seja, a área da educação especial, que pode ser localizada na temática relativa “*atenção à pessoa portadora de deficiência*”. Entra em cena, aqui, a Secretaria de Educação Especial – SEESP deste mesmo Ministério.

Estas análises nos possibilitam inferir que, por meio do Proext, o MEC começou a construir uma importante estratégia para fazer com que as áreas prioritárias de suas políticas pudessem alcançar, mais rapidamente e em maior escala, diferentes segmentos da educação pública no país. Com a participação das universidades públicas no Proext, as temáticas que estavam postas na plataforma política do campo da educação no governo Lula, encontraram um terreno fértil para fazer com que tais temáticas alcançassem as redes públicas de ensino em nível estadual, do Distrito Federal e municipal e seus sujeitos: professores, funcionários, alunos e comunidade escolar em geral.

Do mesmo modo, quando nos detemos aos dados apresentados nos quadros de números 8, 9, 10 e 11 desta pesquisa, observamos que processo semelhante, com os mesmos contornos, porém de modo bem mais alargado, ocorreu na medida em que parcerias foram sendo estabelecidas entre o MEC e outros Ministérios e órgãos públicos federais.

Com efeito, é possível observar que a ampliação das temáticas contempladas nos editais do Proext, no período de 2009 a 2012, evoluiu na mesma proporção que as parcerias estabelecidas. A análise comparativa entre os quadros relativos às parcerias e às áreas temáticas mostra a articulação entre os dados apresentados.

Se até então as universidades públicas, por meio da extensão universitária fomentada

no âmbito do Proext, vinham contribuindo na implementação de políticas públicas na área de educação, agora elas passaram a desempenhar esse mesmo papel nas áreas da cultura; trabalho e emprego; agricultura, pesca e aquicultura; saúde; cidades; desenvolvimento agrário; combate à fome; direitos humanos; esportes; igualdade racial; mulheres; comunicações, dentre outros.

Esta evolução crescente das temáticas consideradas no Proext se ampliava do mesmo modo que se ampliavam as parcerias do MEC com outros Ministérios. O mesmo pode ser visto em relação aos recursos financeiros destinados a este programa.

Vejamos alguns dados relativos à evolução dos recursos do Proext.

No período de 2003 a 2012, o quadro que se segue evidencia uma evolução dos recursos destinados a este Programa:

Quadro 12: Desenvolvimento das parcerias no Proext X recursos recebidos.

Desenvolvimento das parcerias no ProExt e montante de recursos recebidos											
PARCEIROS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL EM MILHÕES
1. MEC	R\$ 4,5	R\$ 4,5	R\$ 6	R\$ 4,5	R\$ 6	R\$ 8	R\$ 12,2	R\$ 7,15	R\$ 10,72	R\$ 11,75	R\$ 75,3
2. MINC							R\$ 3	R\$ 2,5	R\$ 5,21	R\$ 7,1	R\$ 17,8
3. MTRABALHO							R\$ 3	R\$ 4,8	R\$ 5,25	R\$ 6,1	R\$ 19,2
4. IPHAN							R\$ 1	R\$ 2,4	R\$ 6,76	R\$ 4,84	R\$ 15
5. MPA								R\$ 2,14	R\$ 2,62	R\$ 3,23	R\$ 8
6. MSÁUDE								R\$ 7	R\$ 8,7	R\$ 11,25	R\$ 27
7. MCIDADES								R\$ 2,14	R\$ 5,12	R\$ 4	R\$ 11,3
8. MDA								R\$ 2,6	R\$ 4,82	R\$ 7,2	R\$ 14,6
9. MDS								R\$ 2	R\$ 2,54	R\$ 4	R\$ 8,5
10. SPM								R\$ 2	R\$ 4,35	R\$ 2,42	R\$ 8,8
11. MCTI									R\$ 6,54		R\$ 6,5
12. SDH									R\$ 4,82	R\$ 4,7	R\$ 9,5
13. SEPIR									R\$ 2,5	R\$ 3,11	R\$ 5,6
14. ESPORTES										R\$ 3,14	R\$ 3,1
15. COMUNICAÇÃO										R\$ 4	R\$ 4
16. JUSTIÇA										R\$ 1,6	R\$ 1,6
17. INTEGRAÇÃO										R\$ 1,5	R\$ 1,5
TOTAL EM MILHÕES	R\$ 4,5	R\$ 4,5	R\$ 6,0	R\$ 4,5	R\$ 6,0	R\$ 8,0	R\$ 19,2	R\$ 35,0	R\$ 70,0	R\$ 80,0	R\$ 237,3

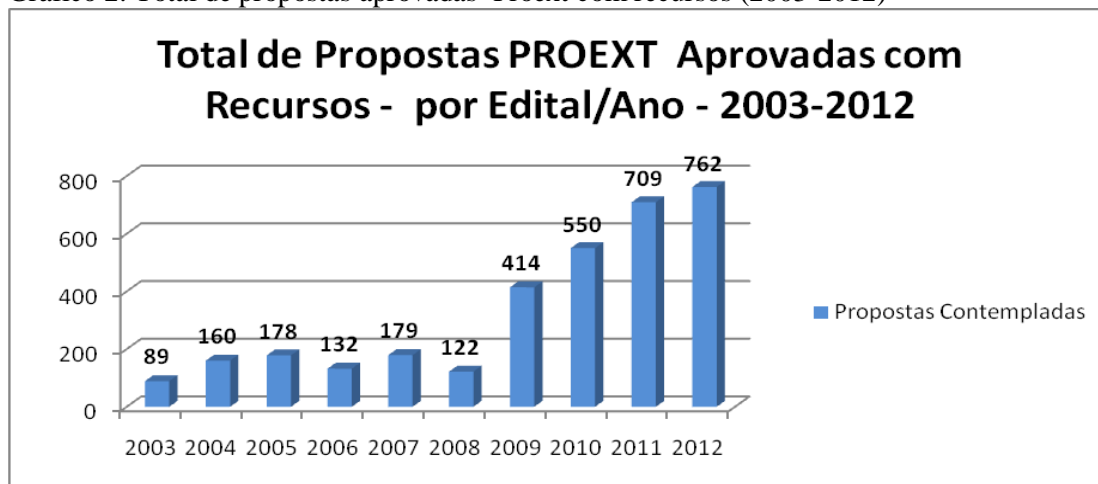
Fonte: MEC

Como se observa, mesmo no período em que os recursos para o Proext eram oriundos especificamente do MEC, a evolução foi sempre crescente, com exceção no ano de 2006. De outra parte, à medida que parcerias e articulações foram se constituindo entre este Ministério e outros, federais, além de um grande incremento imediato de recursos financeiros no Programa, a cada ano, cada órgão, ampliou o montante destinado ao Proext.

Quando analisamos os resultados dos editais, publicados pelo MEC, compreendemos

que do mesmo modo, o crescimento no volume de recursos investidos foi determinante para igual evolução no número de propostas apoiadas pelo Proext. Eis o que nos informa o gráfico que se segue:

Gráfico 2: Total de propostas aprovadas Proext com recursos (2003-2012)



Fonte: Proext

Ao lado dos elementos até aqui analisados, cabe nos debruçar, também, sobre os objetivos e diretrizes, que orientam o Proext entre 2003 e 2012. De um lado, estes objetivos estão definidos no Decreto que os regulamentaram, mas, de outro, o olhar atento ao que está posto nos objetivos de cada edital, possibilita demarcar com maior precisão dimensões e significados priorizados neste Programa. Voltemos, pois, aos editais e aos objetivos e diretrizes neles apresentados.

Quanto aos objetivos do Proext, no período de 2003 a 2008, é possível constatar que eles giravam em torno de três grandes eixos que se repetiram ao longo destes seis primeiros anos. Esta recorrência está posta na própria formulação do texto destes editais. Em síntese, estes eram os três eixos definidos nos editais correspondentes a este período:

- *Apoiar as universidades públicas federais para desenvolvimento de programas/projetos de extensão que contribuam à implementação de políticas públicas;*
- *Potencializar e ampliar patamares de qualidade desses projetos, pela ação típica da natureza e missão da universidade pública, dirigindo recursos para atividades específicas dos programas e projetos ;*
- *Dotar as Instituições Federais de Ensino Superior Públicas de melhores*

condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados no programa.

A partir de 2009 estes objetivos se mantiveram, porém dois novos aspectos passaram a ser considerados:

- *Estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior;*
- *Contribuir para a melhoria da qualidade de educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares.*

Para confirmação destes dados, apresentamos no quadro abaixo os objetivos que constavam no edital do Proext no ano de 2008, os quais se repetiram nos anos anteriores e, paralelamente, os objetivos que estavam registrados no edital do mesmo Programa divulgado no ano de 2012, sendo que estes objetivos tinham a mesma redação encontrada nos editais lançados nos anos de 2009, 2010 e 2011. Destacamos em itálico, aqueles objetivos que foram inseridos nos editais a partir de 2009.

Quadro 13: Objetivos constantes nos Editais/ano 2003 a 2012.

OBJETIVOS CONSTANTES NOS EDITAIS 2003-2008	OBJETIVOS CONSTANTES NOS EDITAIS 2009-2012
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dotar as instituições federais e estaduais de ensino superior de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados nesse programa; ✓ Apoiar as instituições federais e estaduais de ensino superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, conforme o enquadramento da instituição, que contribuam para a implementação de políticas públicas; ✓ Potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão das instituições de ensino superior públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar as Instituições Públicas de Ensino Superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, conforme o enquadramento da instituição, que contribuam para a implementação de políticas públicas. ✓ Potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão das instituições de ensino superior públicas. ✓ <i>Estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.</i> ✓ <i>Contribuir para a melhoria da qualidade de educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares.</i> ✓ Dotar as Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão para os fins prioritários enunciados nesse programa.

Fonte: Editais Proext.

Fazendo a análise dos objetivos expostos nos editais Proext, os dados apontam para observações importantes:

- Reitera a preocupação, tanto com o aprimoramento das propostas e ações de extensão com relação à sua natureza, quanto com relação dessas propostas e ações estarem em consonância com a concepção da missão da universidade. Porém, não é apresentado que missão seria essa;
- Propõe melhorar e dotar, as instituições públicas de ensino superior, de condições de gestão de extensão capazes de atender suas demandas no debate quando da discussão da Institucionalização da extensão no âmbito do Proext;
- Explicita a relação entre ações extensionistas enquanto ferramentas de apoio para implementação de políticas públicas;
- Indica relação Proext e superação do caráter assistencialista e prestação de serviços predominantes nas práticas de extensão universitária, apontando para a perspectiva da formação do espírito crítico para o exercício da cidadania;
- Destaca a dimensão social do papel da universidade ao apontar a preocupação com o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade da educação; e
- Evidencia a extensão universitária como espaço de troca de saberes acadêmicos e populares.

Se, por um lado, as análises dos objetivos constantes nos editais nos possibilitaram apreender alguns significados e dimensões postos para a extensão universitária no âmbito e a partir do Proext, por outro lado, o olhar sobre as diretrizes que orientavam estes editais nos possibilita aprofundar nestas análises. Continuemos nosso estudo.

Na maioria dos editais, divulgados no período de 2003 a 2012, estas diretrizes estavam divididas em três dimensões: acadêmica; relação com a sociedade e metodológica ou de estruturação da proposta.

No que se refere às diretrizes acadêmicas, em todos os editais constavam os seguintes pontos:

- ✓ cumprimento do preceito da indissociabilidade extensão-pesquisa-ensino;
- ✓ impacto na formação do estudante – técnico-científica, pessoal e social, existência de projeto didático-pedagógico que facilite a flexibilização e a integralização curricular, com atribuição de créditos acadêmicos, sob orientação docente/tutoria e avaliação;
- ✓ interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico.(EDITAL Nº004/2004 – MEC/ SESu)

Cabe ressaltar que, no primeiro edital do Proext, em 2003, na segunda diretriz acadêmica não constava a frase “*impacto na formação do estudante – técnico-científica, pessoal e social*”, que foi acrescida nos editais dos anos subsequentes.

A partir do edital de 2004, foi acrescentada uma nova diretriz acadêmica, somando-se às demais que foram mantidas: “*Geração de produtos ou processos como publicações, teses, monografias, abertura de novas linhas de extensão e de pesquisa*”.

A partir de 2008, soma-se às diretrizes de natureza acadêmica mais um aspecto: “*integração com o ensino de graduação*”, o qual se manteve nos editais publicados nos anos subsequentes.

Em 2009 foram apontadas duas novas diretrizes acadêmicas que, no entanto, não se repetiram em outros editais posteriores:

- ✓ previsão nos Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI) e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) para que atividades de Extensão Universitária realizadas por alunos sejam computadas na integralização curricular de seus respectivos cursos; e
- ✓ existência no projeto/programa de ações articuladas envolvendo ações na educação (Educação de Jovens e Adultos, Formação de Professores, Educação Ambiental, etc.) . (EDITAL Nº 006/2009 – MEC/ SESu).

Quanto às diretrizes relativas à *relação com a sociedade*, foram destacados os seguintes aspectos:

- ✓ Impacto social, pela ação de superação dos problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.
- ✓ Relação multilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais. Contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas

prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional. (EDITAL Nº 006/2009 – MEC/ SESu).

Nos editais divulgados nos anos de 2003 e 2004, num item denominado “*metodologia*”, foram definidas as diretrizes de natureza metodológica que deveriam orientar a elaboração das propostas que seriam submetidas ao edital. Não havia um detalhamento mais claro sobre o que seria esta *metodologia*, mas, ainda assim, indicavam como *diretriz metodológica* para estas propostas a necessidade de explicitarem elementos como: fundamentação conceitual e metodológica; pertinência e adequação dos objetivos propostos com detalhes quanto ao desenvolvimento da proposta e caracterização da equipe, para evidenciar adequação da mesma à proposta.

A partir do edital de 2005 os editais divulgados deixaram de falar em “*metodologia*” e passaram a tratar da “*estruturação da proposta*”. Neste tópico eram indicados os documentos que deveriam ser apresentados no encaminhamento das propostas submetidas em cada edital. Até o ano de 2008, os documentos das propostas apresentadas para concorrer aos editais do Proext eram encaminhados por meio impresso, apesar de serem cadastradas por meio de arquivo eletrônico enviado *on line*. A partir de 2009, estes documentos das propostas passaram a ser encaminhadas por meio do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj).

No que se refere a esta “*estruturação da proposta*”, foram sendo incluídas pequenas alterações nos editais divulgados, de modo que, no ano de 2012, no edital 2013 divulgado, este item estava assim discriminado:

3.3 De estrutura da proposta

3.3.1 Os documentos integrantes da proposta deverão atender às seguintes exigências:

3.3.2 Preenchimento do formulário de proposta, disponível no site <http://sigproj.mec.gov.br>;

3.3.3 Explicitação detalhada dos fundamentos teóricos que a orientaram, bem como caracterização e justificativa;

3.3.4 Clareza e precisão dos objetivos definidos;

3.3.5 Explicitação dos procedimentos metodológicos;

3.3.6 Indicação do público-alvo e do número estimado de pessoas beneficiadas;

3.3.7 Cronograma de execução;

3.3.8 Descrição do processo de acompanhamento e avaliação, com a explicitação dos indicadores e da sistemática de avaliação;

3.3.9 Comprovação da experiência acadêmica da equipe executora (as equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos programas e projetos deverão ser compostas majoritariamente por professores e estudantes de graduação da própria instituição);

3.3.10 A coordenação da equipe executora deverá estar a cargo de um docente, com o título de Doutor ou Mestre, pertencente ao quadro efetivo da instituição proponente, e que deverá obrigatoriamente ter o seu Currículo Lattes preenchido e atualizado;

3.3.11 O docente poderá coordenar somente uma proposta, não estando impedido de participar de outras propostas como membro da equipe;

3.3.12 Detalhamento da infraestrutura existente e da infraestrutura a ser adquirida para a execução da proposta;

3.3.13 Respeitados os limites estabelecidos nos itens 2.4, 2.6 e 2.7, discriminar conforme o modelo disponível em <http://sigproj.mec.gov.br>, os valores da proposta orçamentária;

3.3.14 Apresentação das justificativas, das rubricas e itens contemplados na proposta orçamentária. (EDITAL Nº 002/2013 – MEC/ SESu).

O olhar sobre estas diretrizes nos possibilita trazer à tona alguns elementos importantes sobre os caminhos da extensão universitária no contexto do Proext. Um primeiro elemento refere-se ao fato de que, neste Programa, vários princípios relativos à extensão foram sendo, gradualmente, assimilados no processo de sua formulação e desenvolvimento.

Nesse sentido, foi possível encontrar em todos os editais, princípios orientadores que há muito vinham sendo formulados e reivindicados no debate da extensão universitária, como exemplo: a indissociabilidade ensino- pesquisa- extensão; a interdisciplinaridade nas ações extensão; a articulação com os projetos pedagógicos dos cursos na perspectiva da flexibilização e integralização curricular; a interação dialógica entre saber popular e saber acadêmico; o impacto social da extensão.

Ao lado desses aspectos, observa-se, também, a preocupação no sentido de que a extensão apresentasse resultados quanto à “*geração de produtos ou processos*” de natureza acadêmica. Com esta diretriz, em certa medida, os tipos de *produtos* esperados das e nas ações de extensão se aproximavam dos *tipos produtos* inerentes às atividades de ensino e pesquisa. Isso evidencia, ainda, um esforço de identificação da extensão como atividade acadêmica que poderia ter elementos ou resultados comuns àqueles que já estavam consolidados no ensino e na pesquisa.

De outra parte, o olhar sobre as diretrizes que orientaram o Proext, no período de 2003 a 2012, evidencia como foram se desenvolvendo processos de gestão cada vez mais estruturados, exigindo que as propostas elaboradas fossem sistematizadas em modelos sempre mais padronizados, até se chegar à possibilidade de planejamento, organização e monitoramento das ações de extensão, por meio de um sistema eletrônico de informações e gestão.

3.3 O Proext no contexto da UFU

Diante do panorama geral do Proext apresentado em âmbito nacional e suas implicações no período 2003-2012, no contexto da UFU, o resultado da seleção das propostas submetidas pela UFU, se desdobrou da seguinte forma. Com relação às propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext referente aos Editais 2003-2008, foram percebidas das seguintes formas:

Conseguimos identificar em nossas fontes de dados que houve 1 (uma) proposta da UFU aprovada neste Edital 2003, porém não conseguimos descrever tal proposta e nem informar o valor contemplado, uma vez que em documento oficial do MEC consultado, encontrava-se corrompido.

Quanto ao resultado, já no edital de 2004, a participação da UFU com propostas contempladas, foi apresentada da seguinte forma:

Quadro14: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital /2004.

EDITAL	TIPO	NOME	VALOR (R\$)
2004	Programa	Formação continuada de professores , especialistas e gestores ensino básico das redes educacionais públicas -	75.000,00
	Projeto	Arte na praça: uma ação educativa e sócio cultural	15.800,00
TOTAL	2	Tema: Educação 1- Formação continuada professores 1- Cultura	90.800,00

Fonte: MEC

Portanto, o resultado do Edital de 2004, apresentado no quadro acima, demonstra que duas propostas foram contempladas pela UFU, sendo uma na temática da educação , com foco na formação continuada de professores, e outra na temática na cultura. Em comparação com o resultado nacional, observamos que das 156 propostas aprovadas contempladas com recurso, a UFU teve 2. Dos recursos totais disponibilizados, que foram R\$ 4,5 milhões, a UFU conseguiu captar R\$90.800, 00.

No Edital de 2005 o resultado da quantidade de propostas aprovadas foi igual ao do ano anterior. Vejamos:

Quadro 15: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital /2005.

EDITAL	PROPOSTAS	NOME	VALOR (R\$)
2005	Projeto	Desenvolvimento e Consolidação da Cooperativa de Pedreiros, Carpinteiros, Eletricistas, Encanadores, Pintores, Armadores e Serventes de Uberlândia – COOPECAR por meio do processo de Incubação de Cooperativas Populares da UFU/Sociedade Civil -	22.000,00
	Projeto	Projeto: UFU Atividades Físicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Idosos -	13.000,00
TOTAL	2	Tema: Desenvolvimento Social 1 - Trabalho e geração de renda 1- Atenção à pessoa idosa	35.000,00

Fonte: MEC

Neste resultado do Edital de 2005, observamos que a temática das duas propostas contempladas pela UFU foi no âmbito do desenvolvimento social : uma com foco na geração de trabalho e renda em economia solidária, e a outra com foco na atenção à pessoa idosa. Em comparação com o resultado nacional, das 178 propostas aprovadas contempladas com recurso, a UFU teve 2. Dos recursos totais disponibilizados, que foram R\$ 6 milhões, a UFU conseguiu captar R\$ 35.000,00; valor bem inferior ao do ano anterior.

Não muito diferente do Edital anterior, no ano de 2006, o resultado foi apresentado conforme quadro a seguir.

Quadro 16: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital /2006

EDITAL	PROPOSTA	NOME	VALOR (R\$)
2006	Projeto	Projeto Ações integrais e integradas de saúde em crianças na idade escolar (6 a 12 anos) do assentamento Rio das Pedras – UBERLANDIA/MG	29.962,00
	Programa	Programa de formação continuada de profissionais do ensino básico em Exercício nas redes educacionais públicas	78.000,00
TOTAL	2	Temas: Desenvolvimento Social 1 – Promoção à Saúde Educação 1- Formação continuada de professores	107.962,00

Fonte: MEC

O resultado do Edital de 2006 apresentado acima demonstrou que a temática das duas propostas contempladas pela UFU foi: Desenvolvimento social, com foco na saúde, e Educação, com foco na formação continuada de professores. Em comparação com o resultado nacional, das 132 propostas aprovadas contempladas com recurso, a UFU teve 2. Porém, em comparação ao resultado do ano anterior, dos recursos totais disponibilizados neste edital, que somaram R\$ 4.5 milhões, a UFU conseguiu captar R\$ 107.962,00, ou seja, quase 3 vezes mais que o ano de 2005.

Continuemos nossas análises:

Em 2007, o resultado do Edital deste ano publicado, demonstra uma singela graduação do número de propostas aprovadas pela UFU e do valor captado, como demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 17: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital/ 2007

EDITAL	PROPOSTA	NOME	VALOR (R\$)
2007	Programa	Programa de formação continuada de profissionais do ensino básico em Exercício nas redes educacionais públicas	60.000,00
	Programa	Programa de ações integrais e integradas de saúde e ambiente para crianças e adultos de comunidades urbanas e rurais do município de Uberlândia/MG	64.000,00
	Projeto	Economia solidária para empreendimentos rurais em assentamento pré-assentamentos	15.000,00
TOTAL	3	Temas: Educação 1 – Formação continuada de prof. Desenvolvimento Social 1- Promoção à saúde 1 – Trabalho e geração de renda	139.000,00

Fonte: MEC

Diante do exposto, os dados do resultado do Edital/ 2007 demonstrou que as temáticas das propostas contempladas pela UFU foram: uma na Educação, com foco na formação continuada de professores; duas no desenvolvimento social, sendo, uma com foco na promoção à saúde e a outra, com foco no trabalho e geração de renda. Em comparação com o resultado nacional, das 179 propostas aprovadas contempladas com recurso, a UFU teve 3. Dos recursos totais disponibilizados, que foram R\$ 6 milhões, a UFU conseguiu captar R\$139.000,00.

A participação da UFU no edital de 2008 tendeu a um crescimento, tanto do número de propostas aprovadas, quanto do montante captado. Vejamos no quadro a seguir:

Quadro 18: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital /2008

EDITAL	PROPOSTA	NOME	VALOR (R\$)
2008	Programa	Programa de Formação Continuada de Profissionais do Ensino Básico em Exercício nas Redes Educacionais Públicas -	50.000,00
	Programa	Programa de Ações Integradas e Integradas de Saúde e Ambiente para Crianças e Adultos de Comunidades Urbanas e Rurais dos Municípios de Uberlândia e Araguari/MG -	65.500,00
	Projeto	Economia Solidária em Áreas Urbanas e Rurais: Processos em Andamento -	29.903,00
	Projeto	Vida Ativa AFRID: Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade -	30.000,00
	Projeto	Desenvolvimento Territorial e Novos Arranjos Sócio produtivos na Comunidade Rural Córrego do Açude (Ituiutaba-MG) -	28.482,40
	Projeto	Rede Fitocerrado: Identificação de Práticas Populares na Cidade de Uberlândia/MG com Plantas Medicinais e Atividades de Capacitação Através de Cursos e Oficinas -	24.189,00
TOTAL	6	Temas: Educação 1 – Formação continuada de prof. Desenvolvimento Social 1- Atenção à pessoa idosa 2- Promoção à saúde 2 – Trabalho e geração de renda	228.074,40

Fonte: MEC

Podemos observar, que nos dados apresentados quanto ao resultado do Edital 2008, o número de propostas contempladas pela UFU dobraram. Quanto às temáticas, foram: uma proposta na Educação, com foco na formação continuada de professores; 5, no desenvolvimento social, sendo uma com foco na atenção à pessoa idosa, duas com foco na promoção à saúde e a outra duas com foco no trabalho e geração de renda. Em comparação com o resultado nacional, das 122 propostas aprovadas contempladas com recurso, a UFU teve 6. Dos recursos totais disponibilizados, que foram R\$ 8 milhões, a UFU conseguiu captar uma quantia que foi aumentada, também, volumosamente: R\$228.074,40.

A partir do Edital /2009, conforme já explicitado no tópico anterior, com a institucionalização do Proext e o crescente aumento no número de parceiros, os temas foram substituídos por linhas temáticas. Consequentemente, aumentaram também os recursos, gerando aumento nos pleitos e multiplicando, em muito, as propostas aprovadas contempladas

com recursos. Portanto, toda essa evolução do Proext proporcionou mudanças na sistematização dos próximos editais e na divulgação de seus respectivos resultados. Assim, a partir daqui, os dados serão demonstrados em formato diferente dos anteriores, conforme publicados pelo MEC.

No ano de 2009, no resultado do Edital do Proext, apesar de ter sido demonstrado de forma diferenciada em relação aos anteriores, veremos o que podemos constatar apreciando o quadro abaixo.

Quadro 19: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital /2009.

Ano/ Total	Linha Temática	Número de projetos/programas aprovados	Valor disponibilizado por área temática (em R\$)
2009	Linha1: Educação, Desenvolvimento Social e Saúde	4	324.178,38
	Linha 2: Gestão Cultural, Economia da Cultura e Desenvolvimento das Linguagens Artísticas	2	59.100,60
	Linha 4: Trabalho, emprego e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários	2	129.984,00
Total:		8	513.262,98

Fonte: MEC

Nossas análises apontam em demonstrar que neste ano de 2009, 8 propostas foram contempladas pela UFU, com três temáticas diferentes. Em comparação com o resultado nacional, das 414 propostas aprovadas contempladas com recurso, a UFU obteve 8. Dos recursos totais disponibilizados, que foram R\$ 19,2 milhões, a UFU conseguiu captar uma quantia considerada o dobro do edital anterior: R\$513.262,98.

Podemos assimilar, nesse sentido que, o número de propostas aprovadas neste edital de 2009, não acompanhou proporcionalmente o salto quantitativo do montante de recursos captados, e isso poderia ser em decorrência de a UFU ter conseguido aprovar um maior número de propostas na modalidade de programa, e menor quantidade de propostas na modalidade de projetos.

No ano de 2010, este cenário foi novamente repetido, porém numa evolução mais ascendente, como demonstrado no seguinte quadro:

Quadro 20: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital/ 2010

Ano/ Total	Linha Temática	Número de projetos/programas aprovados	Valor disponibilizado por área temática (em R\$)
2010	Linha 1: Educação	3	277.160,50
	Linha 2: Cultura e Arte	2	159.547,37
	Linha 3: Pesca Artesanal e aquicultura familiar:	2	167.343,00
	Linha 4: Promoção da Saúde	1	119.419,69
	Linha 5: Desenvolvimento Urbano	2	269.429,67
	Linha 7: Redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva	1	119.574,60
	Linha 8: Geração de Trabalho e renda por meio da Incubação de Empreendimentos econômicos Solidários.	3	219.500,42
	Linha 9: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	1	43.264,00
Total:		15	1.375.239,25

Fonte: MEC

Os resultados do Edital /2010 apontam que a quantidade de propostas contempladas pela UFU evoluiu para o número de 15 e em oito linhas temáticas diferentes. Analisando estes dados, em comparação com o resultado nacional, das 550 propostas aprovadas contempladas com recurso, a UFU obteve 15. Dos recursos totais disponibilizados, que foram R\$ 35 milhões, a UFU conseguiu captar uma quantia considerada quase o triplo do edital anterior: R\$1.375.239,25. Ou seja, mais que duplicou, tanto em número de propostas aprovadas, quanto no valor captado para o desenvolvimento destas.

Em 2011, a participação da UFU no Proext, conforme resultado do Edital deste mesmo ano, demonstrou uma evolução em ritmo ainda mais crescente, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 21: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital /2011

Ano/ Total	Linha Temática	Número de projetos/programas aprovados	Valor disponibilizado por área temática (em R\$)
2011	Linha 1: Educação	1	144.460,30
	Linha 5: Promoção da Saúde	2	494.331,10
	Linha 6: Desenvolvimento Urbano	5	495.034,02
	Linha 7: Desenvolvimento Rural	2	270.146,23
	Linha 8: Redução das Desigualdades Sociais e combate à extrema pobreza	1	50.000,00
	Linha 9: Geração de Trabalho e renda por meio do apoio e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários	2	250.000,00
	Linha 10: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	4	299.954,16
	Linha 11: Direitos Humanos	1	150.000,00
	Linha 12: Promoção da Igualdade Racial	1	123.092,70
	Linha 13: Mulheres e relações de Gênero	2	186.713,00
Total:		21	2.463.731,51

Fonte: MEC

Os resultados do Edital de 2011 demonstram as 21 propostas contempladas pela UFU. Agora nas mais variadas linhas temáticas. Em análise com o ano anterior, enquanto o resultado nacional aprovou 709 propostas, a UFU conseguiu ser aprovada com 21 propostas. Desta forma, dos recursos totais disponibilizados, que foram R\$ 70 milhões, a UFU conseguiu captar uma quantia ainda mais elevada que a do edital anterior: R\$ 2.463.731,51 .

No último Edital analisado nesta pesquisa, o do ano de 2012, o resultado do Edital 2013 (assim intitulado em sua publicação), demonstrou a participação da UFU conforme quadro a seguir.

Quadro 22: Propostas de extensão aprovadas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e contempladas com recurso do Proext - Edital /2013

Ano/ Total	Linha Temática	Número de projetos/programas aprovados	Valor disponibilizado por área temática (em R\$)
2013	Linha 1: Educação	3	340.688,00
	Linha 2: Cultura e Arte	2	99.539,00
	Linha 4: Saúde	3	245.301,40
	Linha 5: Desenvolvimento Urbano	2	198.702,00
	Linha 7: Redução das Desigualdades sociais e combate à extrema pobreza	1	49.964,00
	Linha 8: Geração de Trabalho e Renda por meio do apoio e fortalecimento de EES.	2	300.000,00
	Linha 9: Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	2	196.022,50
	Linha 10: Direitos Humanos	1	150.000,00
	Linha 12: Mulheres e Relações de Gênero	1	150.000,00
	Linha 16: Justiça e direitos do indivíduo privado de Liberdade	1	140.159,00
Total		18	1.870.375,90

Fonte: MEC

Diante do exposto, o quadro acima confirmou a participação da UFU em todos os Editais do Proext já publicados até este ano de 2012 e, mais uma vez, com propostas contempladas somando-se 18, nas mais variadas linhas temáticas. Nossas análises nos possibilitam constatar que, em relação ao resultado nacional neste ano, das 781 propostas aprovadas contempladas com recurso, a UFU foi contemplada com 18. Dos recursos totais disponibilizados pelo Proext, que foram R\$ 80,25 milhões, constatamos que a UFU captou uma quantia um pouco menor que a do edital anterior: R\$ 1.870.375,90.

Para uma total visualização de todos os dados de todas as propostas da UFU aprovadas com recursos dos resultados dos Editais no período de 2003 a 2012, e sua relação com os resultados gerais a nível nacional, apresentamos o quadro a seguir :

Quadro 23: Panorama geral X Participação UFU no Proext (2003 a 2012).

EDITAIS	LINHA TEMÁTICA/ QUANTIDADE PROPOSTAS UFU APROVADAS		RECURSOS CAPTADOS PELA UFU POR EDITAL (R\$)	TOTAL PROPOSTAS APROVADAS PROEXT	RECURSOS TOTAIS POR EDITAL PROEXT (R\$)
2003	Educação	01	-	89	4.500.000,00
	Total	01	-		
2004	Educação	01	75.000,00	156	4.500.000,00
	Cultura	01	15.800,00		
	Total	02	90.800,00		
2005	Saúde	01	13.000,00	178	6.000.000,00
	Geração de trabalho e renda	01	22.000,00		
	Total	02	35.000,00		
2006	Educação	01	78.000,00	132	4.500.000,00
	Saúde	01	29.962,00		
	Total	02	107.962,00		
2007	Educação	01	60.000,00	179	6.000.000,00
	Saúde	01	64.000,00		
	Geração de trabalho e renda	01	15.000,00		
	Total	03	139.000,00		
2008	Educação	01	50.000,00	122	8.000.000,00
	Saúde	03	119.689,00		
	Geração de trabalho e renda	02	58.385,40		
	Total	06	228.074,40		
2009	Educação	04	324.178,38	414	19.200.000,00
	Cultura e arte	02	59.100,60		
	Geração de trabalho e renda	02	129.984,00		
	Total	08	513.262,98		
2010	Educação	03	277.160,50	550	35.000.000,00
	Cultura e arte	02	159.547,37		
	Pesca e aquicultura	02	167.343,00		
	Promoção da saúde	01	119.419,69		
	Desenvolvimento urbano	02	269.429,67		
	Redução Desigualdades sociais	01	119.574,60		
	Geração de trabalho e renda	03	219.500,42		
	Preservação do Patrimônio Cultural bras.	01	43.264,00		
	Total	15	1.375.239,25		
2011	Educação	01	144.460,30		
	Promoção da saúde	02	494.331,10		

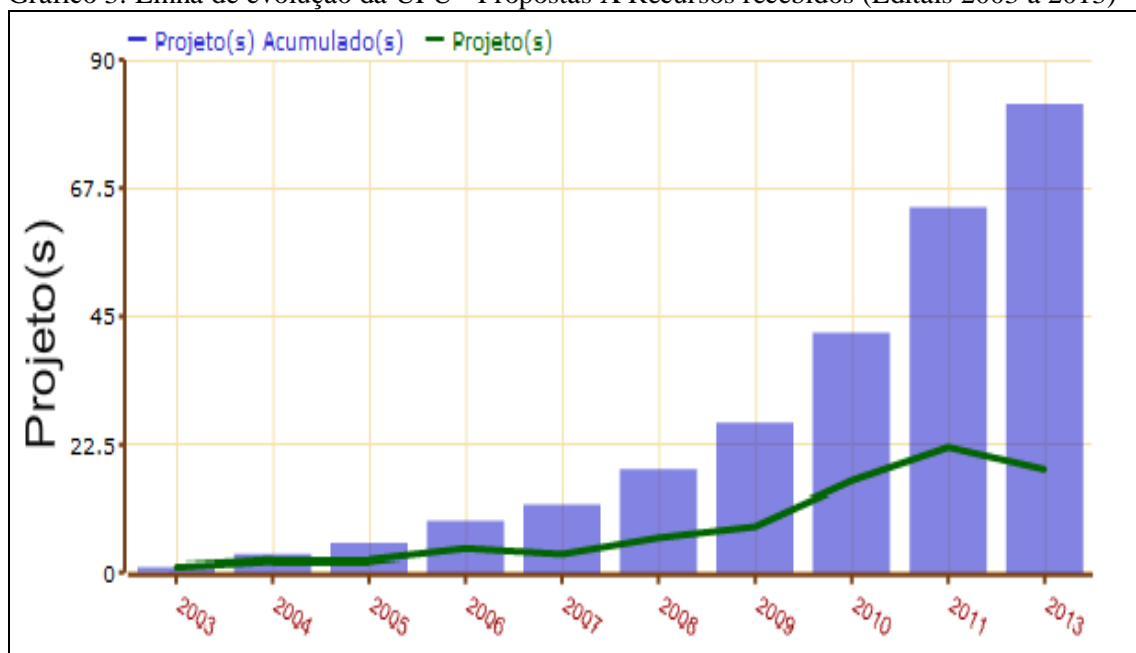
EDITAIS	LINHA TEMÁTICA/ QUANTIDADE PROPOSTAS UFU APROVADAS		RECURSOS CAPTADOS PELA UFU POR EDITAL (R\$)	TOTAL PROPOSTAS APROVADAS PROEXT	RECURSOS TOTAIS POR EDITAL PROEXT (R\$)
	Desenvolvimento urbano	05	495.034,02	709	70.000.000,00
	Desenvolvimento rural	02	270.146,23		
	Redução Desigualdades sociais	01	50.000,00		
	Geração de trabalho e renda	02	250.000,00		
	Preservação do Patrimônio Cult. bras.	04	299.954,16		
	Direitos Humanos	01	150.000,00		
	Promoção da igualdade racial	01	123.092,70		
	Mulheres e relações de gênero	02	186.713,00		
	Total	21	2.463.731,51		
2013	Educação	03	340.688,00	781	80.250.000,00
	Cultura e arte	02	99.539,00		
	Promoção da saúde	03	245.301,40		
	Desenvolvimento urbano	02	198.702,00		
	Redução Desigualdades sociais	01	49.964,00		
	Geração de trabalho e renda	02	300.000,00		
	Preservação do Patrimônio Cult. bras.	02	196.022,50		
	Direitos Humanos	01	150.000,00		
	Mulheres e relações de gênero	01	150.000,00		
	Justiça e direitos do indiv. privado lib.	01	140.159,00		
	Total	18	1.870.375,90		
TOTAL GERAL		78	6.823.446,04	3.310	237.450.000,00

Fonte: MEC

Sintetizando os dados, apresentamos, a seguir, o panorama geral da participação da UFU no Proext.

A linha de evolução da UFU - Propostas X Recursos recebidos pode ser visualizada conforme gráfico a seguir.

Gráfico 3: Linha de evolução da UFU - Propostas X Recursos recebidos (Editais 2003 a 2013)

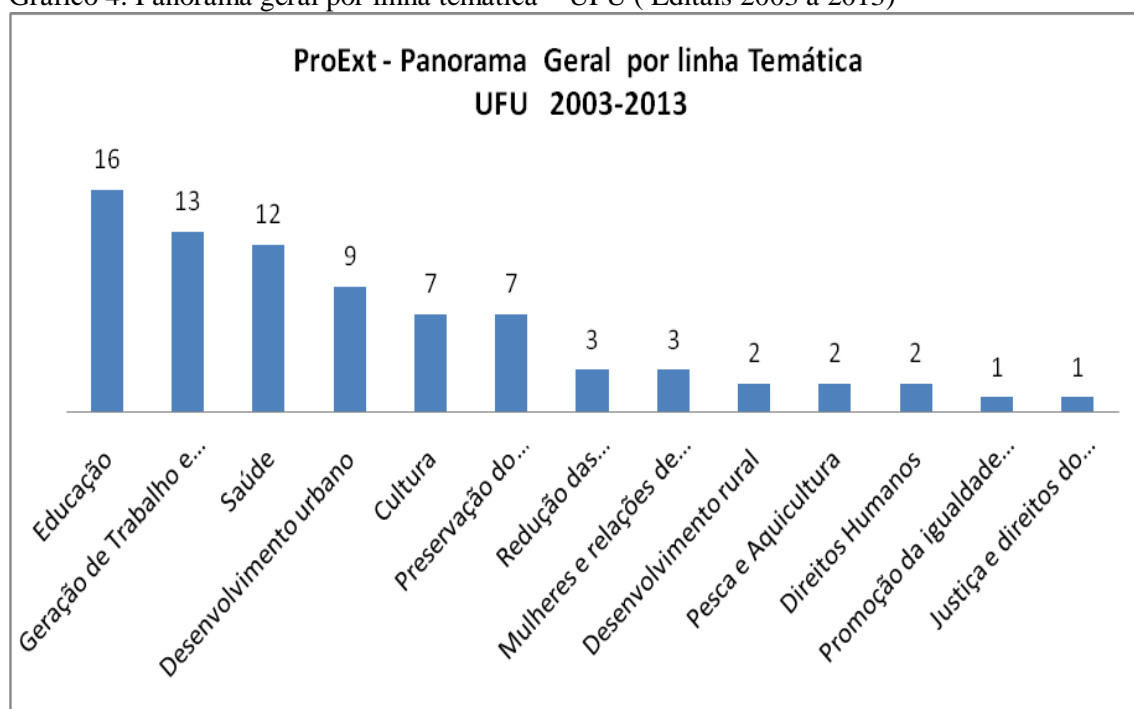


Fonte: MEC

Esta linha de evolução veio confirmar o já exposto anteriormente durante as análises dos resultados dos Editais: o gradual crescimento da quantidade de propostas da UFU aprovadas com recursos do Proext até o ano de 2006, se estabilizando em 2007 e voltando num crescimento mediano até o ano de 2009. A partir de 2010 foi identificada uma evolução mais íngreme até 2011, onde teve uma pequena queda para o ano de 2012.

Já o gráfico 4, demonstrado a seguir, traz o cenário geral, por linha temática, de todas as propostas aprovadas no âmbito da UFU até o ano de 2012.

Gráfico 4: Panorama geral por linha temática – UFU (Editais 2003 a 2013)



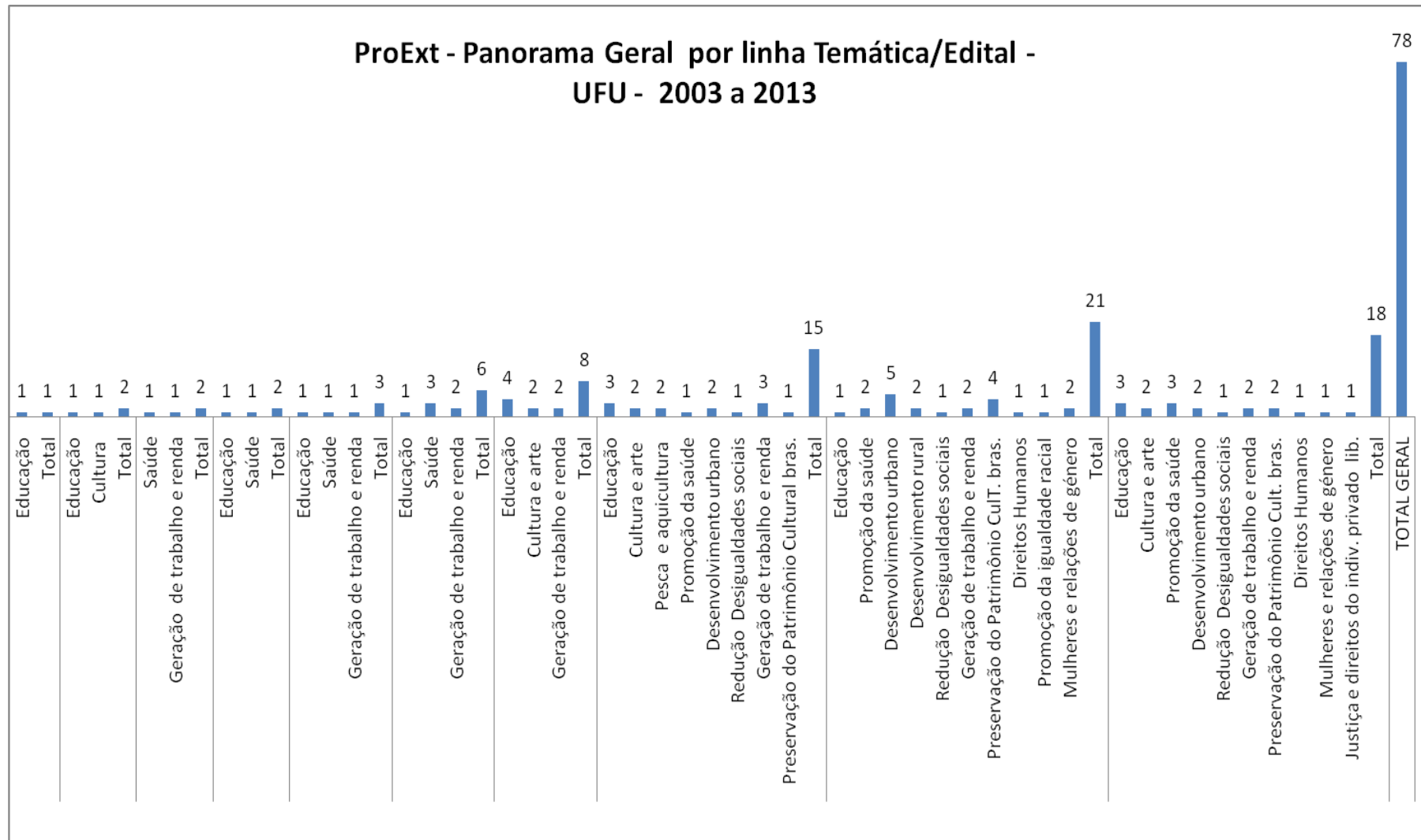
Fonte: MEC

Analisando o gráfico 4 apresentado, referente ao número de propostas UFU aprovadas por Linha temática/ Editais Proext de 2003-2013, este apontou que as linhas temáticas que mais aprovaram propostas foram: A Linha Educação, liderando em primeiro lugar, seguida pela linha Geração de Trabalho e Renda. Em terceiro lugar ficou a Linha Promoção da Saúde; em quarto lugar, a Linha Desenvolvimento Urbano. Dividindo o quinto lugar, nesse *ranking*, ficaram as Linhas Cultura e Arte, e a Linha Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Como demonstrado, o restante das propostas aprovadas pulverizaram-se dentre as outras linhas.

Identificamos também as Linhas temáticas que não tiveram propostas contempladas pela UFU, que foram : a Linha Esporte e Lazer, a Linha Integração Nacional e a Linha Comunicação. Linhas estas que se apresentaram pela primeira vez neste Edital de 2013.

Para uma melhor visualização, detalhamos ainda mais esse panorama, apresentando o gráfico abaixo que aponta por quais trajetórias as propostas da UFU no contexto do Proext vieram sendo desenvolvidas por ano/Linha temática.

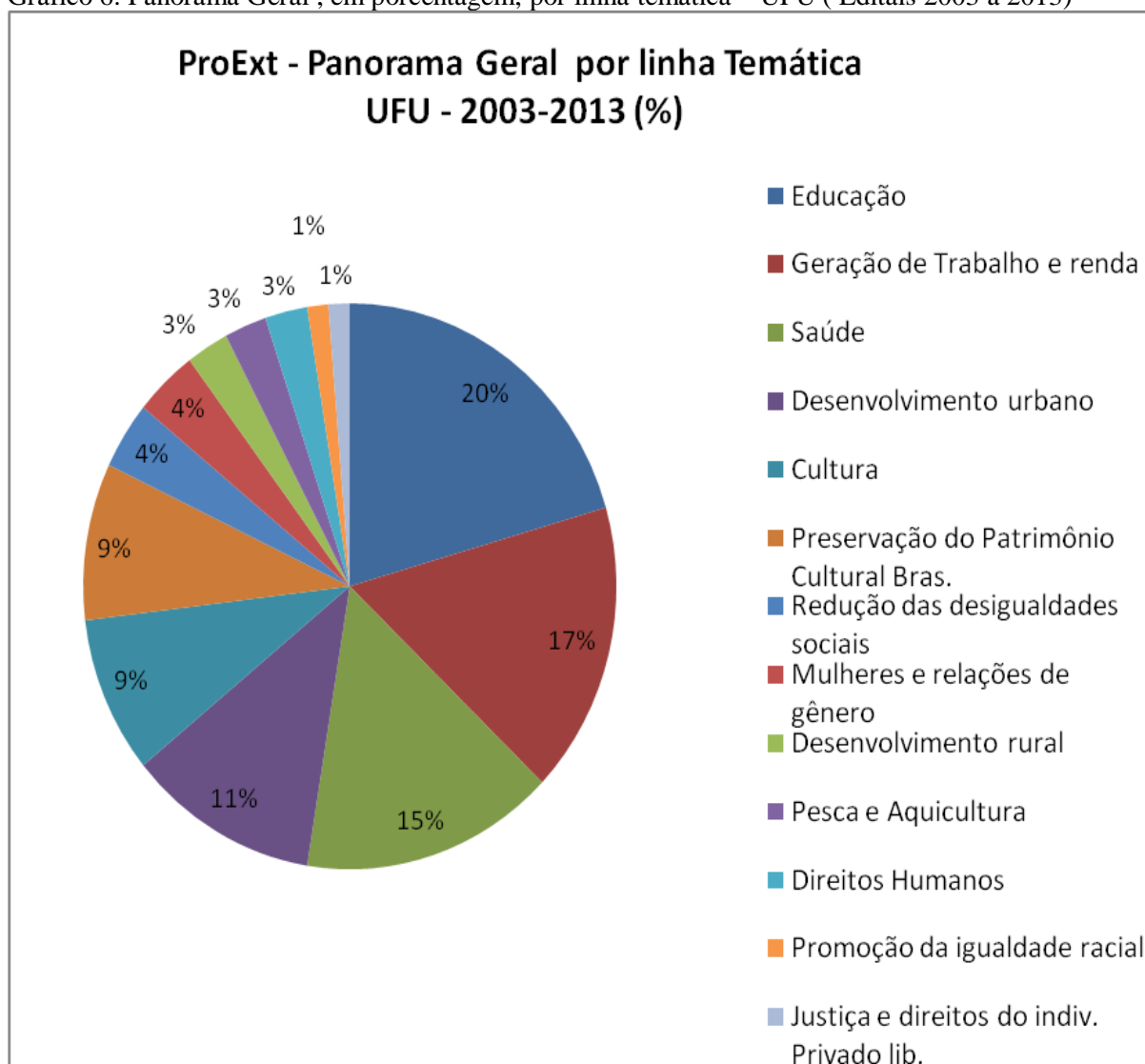
Gráfico 5: Proext - Panorama geral por linha temática/edital - UFU (Editais 2003 a 2013)



Fonte: MEC

Já o cenário geral da participação da UFU no Proext, em relação à quantidade de propostas X linhas temáticas, demonstrou por quais caminhos os programas e projetos de extensão universitária da UFU no contexto do Proext estiveram sendo desenvolvidos. É o que mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 6: Panorama Geral, em porcentagem, por linha temática – UFU (Editais 2003 a 2013)



Fonte: MEC

Diante do exposto, podemos constatar que a Universidade Federal de Uberlândia, no âmbito local e regional (incluindo aqui os campi Pontal em Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo), mediante a missão que lhe foi conferida, de implementar políticas públicas aos segmentos da sociedade atendidos por esta Instituição, por meio do Proext, entre 2003 a 2012, atingiu seu objetivo, sendo que a educação abriu o *Ranking*, demonstrando que 20% de todos os programas e projetos de extensão desenvolvidos na UFU, no âmbito do Proext,

foram aplicados nessa temática. Merece destaque também, com 17%, as ações de extensão desenvolvidas na perspectiva da geração de trabalho e renda; em 3º lugar, as ações de extensão em saúde, perfazendo 15% do total e em 4º lugar, o desenvolvimento urbano, com 11%. Em 5º lugar, aparecem as ações de extensão em cultura e preservação do patrimônio cultural brasileiro, com 9%.

E assim, apresentamos os caminhos percorridos pela UFU no contexto do Proext.

Mas há ainda alguns outros aspectos que o caminho percorrido, ao longo desse estudo, nos possibilita considerar. O que faremos na parte que se segue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo se propôs a analisar o Programa de Extensão Universitária – Proext no contexto das políticas educacionais para a educação superior, no contexto das transformações no papel e significado da universidade na atualidade, e seus desdobramentos na UFU, no período de 2003 a 2012. Um grande desafio que, ao ser enfrentado, possibilitou compreender os caminhos e contornos da extensão universitária no processo de desenvolvimento institucional da UFU.

Para tal, fez-se necessário analisar as políticas educacionais no período de 2003 a 2012 no contexto da sociedade brasileira, de modo a compreender sua articulação com as transformações na universidade e, mais especificamente, na UFU, neste mesmo período. Ao procedermos esta análise, situamos o debate em torno da extensão universitária, nos detendo de modo mais específico nas formulações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras – Forproex, o que possibilitou apreender suas implicações nas políticas de extensão universitária de um modo geral e, também, no âmbito da própria UFU. Neste movimento, conseguimos localizar o Proext no debate das políticas de extensão e suas implicações na UFU.

As análises sobre a trajetória da Universidade, suas funções, contradições e crises que a permeiam nos possibilitaram a compreender que esta instituição é parte de um contexto mais amplo, que a determina. Todavia, pelas contradições postas por esse mesmo contexto, a universidade poderia contribuir tanto na manutenção quanto na transformação da sociedade. Um fator condicionante desta situação corresponderia ao mimetismo cultural característico dela e ao seu caráter dependente; o outro estaria relacionado aos seus próprios limites institucionais, tanto das suas estruturas e funções, quanto da atuação dos segmentos da comunidade universitária e de seus gestores.

Analisando ainda alguns elementos no âmbito do debate sobre a universidade, foi identificado um processo de sua passagem da condição de instituição à de organização, no contexto de mudança da sociedade sob o domínio do capital, desenvolvendo-se sob alguns modelos. Modelos estes, que na atualidade remeteram a universidade a uma perspectiva mais operacional ou gerencial, reconfigurada também pela globalização neoliberal.

Desta forma, os modelos de universidade que vêm sendo assumidos, acabam por fragilizar a ideia de educação enquanto produtora de conhecimentos, fortalecendo-se num sentido de ser mais concebida enquanto uma estratégia de intervenção e de regulação de meios ou instrumentos para a obtenção de objetivos determinados. Nesses modelos de

universidade não há muito tempo para o exercício da reflexão, da crítica, da descoberta, da criatividade.

De outra parte, as análises das políticas educacionais no contexto do governo de FHC (1995 - 2002), evidenciaram que um conjunto de novas organizações e entidades de caráter social, porém de natureza privada, foram se constituindo, dando forma ao chamado Terceiro Setor. Verificou-se a reconfiguração do setor privado com função pública, porém com o Estado ainda tendo um papel como o regulador, promotor, provedor e legislador nas políticas públicas. O Plano Diretor da Reforma do Estado, formulado e encaminhado no governo FHC, tentava situar a educação superior no setor de serviços, ao mesmo tempo em que transferiu algumas das funções do Estado para este denominado Terceiro Setor. A universidade, neste contexto, sofreu uma grande transformação no seu significado, passando a ser percebida na condição de organização, numa perspectiva mercadológica, de prestadora de serviço.

Por sua vez, o governo Lula (2003-2010), e na sua esteira, os dois primeiros anos do governo Dilma (2011-2012), mesmo com a *bandeira* do crescimento econômico com justiça social e o combate à pobreza, num momento em que vários setores da sociedade aclamavam por uma contra reforma em relação ao governo FHC, esta não se consolidou. Não houve contra reforma nem em relação à situação política do nosso país, nem em relação às políticas educacionais e muito menos em relação ao sentido que a universidade pública vem assumindo na atualidade.

As políticas sociais, sobretudo as educacionais, continuam se acomodando nos princípios gerenciais das leis de mercado. Percebemos que o que ainda está em percurso são contratos de ajustes permitindo uma transição à reconsideração do papel do Estado e a evolução do neoliberalismo no sentido de se alcançar um capitalismo mais humanizado.

A Universidade Federal de Uberlândia – UFU, no contexto das políticas de educação superior, neste mesmo período, seguiu nesse mesmo fluxo, caminhando dentro de uma concepção de educação superior advinda da política nacional, de acordo com a perspectiva governamental. Porém, foram observadas iniciativas próprias internas, para acomodar e realinhar suas necessidades mais veementes e ainda empreender esforços para a expansão da UFU nas suas demandas mais urgentes, muito antes da proposta do Governo Federal em instituir o Programa Reuni.

Neste contexto, entendemos que a UFU, desde 2003, veio contribuindo com importantes iniciativas próprias, instituindo ações para proporcionar, tanto a melhoria na oportunidade de acesso e permanência dos seus discentes, como na melhoria das condições estruturais para exequibilidade dessas ações.

Entendemos também, que a universidade pública, incluindo aqui a UFU, vem apresentando dificuldades no sentido de garantir uma formação acadêmica capaz de assegurar e fortificar o pensamento reflexivo, crítico, em que a curiosidade e a produção do conhecimento levam à descoberta do novo. Fica ainda distante a pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinada, pois ela está atrelada, a todo instante, com a situação política vigente de nosso país, sofrendo forte influência e transformação.

As análises da trajetória e dos debates em torno da extensão universitária no período pesquisado evidenciaram que alguns elementos foram se consolidando. A extensão universitária incorporou o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Isso significou que, para além da assistência e do seu caráter de prestação de serviço, a extensão passou a ser definida enquanto prática acadêmica e pôde ser tomada como espaço de produção, difusão e diálogo de saberes.

De outra parte, o Forproex veio assumindo um lugar de vanguarda no debate em torno da extensão universitária, nas suas formas de implementação no processo de institucionalização, porém ainda está bem distante a consolidação de consensos em torno deles. Nessa perspectiva, as contribuições do Forproex no debate das políticas de extensão universitária no país, se delinearam na premissa de refletir o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia, ao mesmo tempo em que contribui para com uma formação ética e socialmente referenciada. Portanto, o Forproex, veio se constituindo numa entidade legítima de articulação e interlocução para defesa e fortalecimento das ações da extensão universitária nesse país.

O impacto das ações extensionistas apresentadas nesta pesquisa, em parceria com o Estado e desenvolvidas pelas instituições de ensino superior, evidenciaram que ainda é tímido o avanço das políticas de extensão no Brasil quanto à sua institucionalização. Ainda falta uma política de extensão mais consolidada, regulamentada, pois, foi apenas a partir do ano de 2009 que a extensão universitária começou a ser tratada de modo mais institucionalizado. Ainda é bem recente a institucionalização da Lei de bolsas de extensão. Além disso, a implementação da extensão no país continua a ser realizada, predominantemente, por meio de ações e projetos específicos.

A participação da UFU frente aos pilares das políticas de extensão acompanhou a realidade nacional. Mesmo reconhecendo algum nível de esforço para institucionalização da extensão no âmbito da UFU, articulada a uma organização curricular mais flexível nos cursos

de graduação, em termos gerais, os passos dados ainda se mostraram acanhados. No processo de expansão da UFU, conforme os documentos pesquisados, esta dimensão da vida acadêmica foi significativamente negligenciada. E também, somente a partir de 2009 que esta instituição começou a definir regulamentações internas mais estruturadas em relação à extensão, especialmente com a aprovação da sua Política Institucional de Extensão e a regulamentação da concessão de bolsas extensionistas para seus discentes.

Por último, a análise do Proext também contribuiu para se apreender e compreender elementos importantes em torno da extensão universitária frente às políticas de educação superior em geral. Por meio deste Programa, num primeiro momento, o MEC veio construindo uma importante estratégia para fazer com que as áreas prioritárias de suas políticas pudessem alcançar, mais rapidamente e em maior escala, diferentes segmentos da educação pública no país. A partir do incremento de novas parcerias e de mais recursos e, por desdobramento, a ampliação de variadas áreas temáticas, o Proext veio ganhando outra dimensão, possibilitando o alcance de implementação de várias políticas públicas nos mais variados segmentos da sociedade por meio das instituições públicas de ensino superior.

Enquanto ferramenta de apoio para implementação de políticas públicas, o Proext veio reafirmando a preocupação com a natureza das ações de extensão e de estas estarem em consonância com a concepção e missão da universidade. Veio, também, estabelecer a extensão enquanto espaço de troca de saberes e prática acadêmica, apontando para a perspectiva da formação do espírito crítico para o exercício da cidadania, destacando a dimensão social da universidade na perspectiva de sua responsabilidade também com o desenvolvimento social e da melhoria da qualidade da educação superior no Brasil.

Os impactos do Proext na extensão universitária da UFU demonstraram que este programa tem possibilitado novas iniciativas no meio acadêmico desta instituição, oportunizando o desenvolvimento de ações de extensão nas mais diversas áreas temáticas, com destaque para as propostas nas áreas de inclusão social. Além disso, levou a UFU a desenvolver um trabalho alinhado com as políticas públicas nas mais variadas temáticas além da educação o que vem a contribuir para uma formação acadêmica mais qualificada.

Por outro lado, este modelo de articulação do Estado com as universidades, pode conduzir a um certo grau de engessamento de algumas ações extensionistas desenvolvidas no âmbito das instituições públicas de ensino superior, e isto não é diferente na UFU, pois exclui o desenvolvimento de ações com especificidades e com as reais necessidades de cada instituição e/ou região atendida, não ofertadas ainda pelo Proext, uma vez que este Programa é regulado e legislado com determinações estabelecidas pelo Estado. Nesse sentido, em certa

medida, o Proext pode vir a contribuir para fragilizar a autonomia universitária no campo das práticas de extensão universitária.

Esta estratégia de, por meio de programas como o Proext, o Estado recolocar no espaço público a implementação de determinadas políticas, acaba por apontar para outra direção de esta implementação se dar não apenas por meio do chamado Terceiro Setor, mas também, passando fazer parte dessa responsabilidade do desenvolvimento social do país, as instituições públicas de ensino superior no Brasil.

Em síntese, com estas análises, respondemos as questões postas para este estudo. No entanto, outras inquietações permanecem e se fazem presentes, seja para o desenvolvimento de novas pesquisas, seja na nossa atuação enquanto profissional na educação superior na área da extensão universitária.

Nesse sentido, entendemos que, enquanto participantes deste processo, podemos contribuir na construção de um novo olhar, um pensar crítico e, principalmente, com um agir de forma a produzir e fazer avançar práticas de formação acadêmica que venham a se constituir em uma chave de leitura para a informação e para a transformação dos sujeitos, em cidadãos dignos, pensantes e criadores do seu próprio destino. Esta seria a possibilidade da prática de uma educação transformadora, educação esta que pode ser exercida e disseminada também por meio da extensão universitária. Esse é nosso grande desafio.

Por fim, vale registrar que esta pesquisa soprou dentro de mim as flores de dente-de-leão. Flores estas que não estimulam a posse nem o apego. Simbolizam a disseminação de ideias e do conhecimento. Ao assoprá-las as pessoas desejam ver suas sementes se desprendendo e voando livremente, numa nova sementeira. Quando entramos em contato com elas, queremos compartilhar, interagir uns com os outros, experimentar. E este é meu desejo, uma meta a alcançar, um mar a desvendar. Minha pretensão neste momento: o plantio, para uma nova colheita e mais tarde, talvez, um novo semear.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, B. F. F. Comentários aos artigos 205 a 216 da Constituição Federal, I. In: COSTA M.; FERRAZ, A. C. C. (org.), *Constituição Federal interpretada*. 4ª ed. Barueri: Manole, 2013.
- ANTUNES, R. *O continente do labor*. Campinas: Boitempo. São Paulo. 2011.
- BERNARDO, J. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.
- BOBBIO, N. *Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.53 a 13.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em Educação*. Trad. Maria João Alvarez, Sara B. Santos e Telmo Baptista. Porto: Editora Porto, 1994.
- BRANDÃO, C. R. *A Educação Popular na Escola Cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, C. R. *Criar com o outro – o educador do diálogo*. Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 7, nº1, jan/dez. 2008.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos, 318).
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 20).
- BRASIL. *Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em: 10 nov. 13.
- BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 17 set. 11.
- BRASIL, *Decreto nº 6.495, de 30/06/2008* - Institui o Programa de Extensão Universitária PROEXT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.
- BRASIL, *Lei nº 12.155, de 23/12/2009*. Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT; altera as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12155.htm> Acesso em: 22 jan. 2014.

BRASIL, *Decreto nº 7.416, de 30/12/10*. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm> Acesso em: 22 jan. 2014.

BRASIL. *Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=121>> Acesso em: 25 jan. 2014.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 8.035/2010*. Aprova o Plano Nacional de educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 01 jul 2013.

BRESSER-PEREIRA L. C. *Do estado patrimonial ao gerencial*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73estadopatrimonial-gerencial.pdf>> Acesso em: jul.2013.

BUARQUE, C. *A aventura na universidade*. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CALDERÓN, A. I.; SAMPAIO, H. (Orgs.). *Experiências Universitárias, Experiências Solidárias*. 2. ed. São Paulo: Olhos d'água, 2001. – (Coleção socializando experiências, 2).

CANIVEZ, P.; ABREU, E. S. *Educar o cidadão?* Trad. Cláudio Santoro. São Paulo: Papirus, 1991.

CHAUÍ, M. S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, M. S. *A Universidade pública sob nova perspectiva*. In Revista Brasileira de Educação. Anped. Número 24. Set/Out/Nov/Dez, Poços de Caldas, 2003.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

COELHO, I. M. *Realidade e utopia na construção da Universidade*. Goiânia: Editora UFG, 1996. Pag. 126-129.

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. . *Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004*. In: Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. 2^a ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. Belo Horizonte: Coopmed, 2007 90 p. (Coleção Extensão Universitária, 5).

CORRÊA, E. J. (Org.) *Extensão Universitária: Organização e Sistematização*. In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Belo Horizonte: Coopmed, 2007 (Coleção Extensão Universitária, 6).

DOURADO, L. F. ; OLIVEIRA, J. F. *Universidade Pública: políticas e identidade institucional*. Campinas/São Paulo: Autores Associados. Goiânia/GO: Ed. UFG, 1999.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. UNB, Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2014.

II ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Estratégia de articulação com o ensino e a pesquisa Extensão, pesquisa e compromisso social Conceito de sala de aula Extensão, estágio e crédito curricular. Projetos e atividades de extensão*. UFMG, Belo Horizonte: 23 e 24, maio 1988. Disponível em: <www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> Acesso em: 25 jan. 2014.

III ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. *A relação universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços*. Belém, 23 a 25 jul. 1989. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1989-III-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2014.

IV ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. *As perspectivas da extensão universitária nos anos 90 Educação e alfabetização Metodologia em extensão universitária*. UFSC, Florianópolis, 06 a 09, maio 1990. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1990-IV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2014.

V ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática*. UFMA, São Luís, 12 a 14 de Junho de 1991. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1991-V-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2014.

VI ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Universidade e cultura*. UFSM, Santa Maria, 21 a 25, abril 1992. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1992-VI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2014.

VII ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. *Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária*. UFMT, Cuiabá, 15 a 18 de junho de 1993. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1993-VII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2014.

VIII ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. *Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da*

soberania nacional. UFES, Vitória, 10 a 13 de maio de 1994. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1994-VIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2014.

IX ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. *Articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimento regionais e nacionais*. UFCE, Fortaleza, 14 a 16 de junho de 1995. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1995-IX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2014.

XXIX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. *Carta de Maceió*. Alagoas, 15 e 17 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/2011-XXIX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2014.

XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Carta de Porto Alegre*. Porto Alegre, 7 e 8 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/2011-XXX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2014.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. *Carta de Manaus*. Manaus, Amazonas, entre os dias 02 e 04 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-06-28-31o-Encontro-Nacional-Manaus.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2014.

XXXII ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX -25 ANOS FORPROEX. *Carta de Brasília*. Brasília, entre os dias 04 e 06 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/2012-XXXII-Encontro-Nacional-Brasilia.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2014.

ENGELS, F. *A origem da propriedade privada e do Estado*. 2ª ed. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAGUNDES, J. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS - FORPROEX. *Regimento*. (Aprovado em 26/11/2010) Disponível em: <http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18> Acesso em: 5 mar.2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS . Brasília: MEX/SESu, 2006.

GOLDEMBERG, J. et al. *Ações afirmativas nas universidades brasileiras*. ACIESP. Disponível em: <<http://www.acadciencias.org.br/>> Acesso em: 28 jun. 2013.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

HOBBS, T. M. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Abril, 1974.

JEZINE, E. M. *A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Campinas, SP: Unicamp, 2011. Disponível em: <[HTTP://navegandopublicacoes.net](http://navegandopublicacoes.net)>. Acesso em: 12 mar. 12.

LIMA, A. B.; PALAFOX, G. H. M. (Org). *Estado & Políticas Públicas Em Tempos de Reformas*. Campinas, SP: Alínea, 2010.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p.21-75.

MEDICI, R. Gramsci e o Estado: Para uma releitura do problema. *Revista Sociol.Polít.* [online]. 2007, n.29, p. 31-43. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a04n29.pdf>>. Acesso em: 12 mar.12.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição*. Trad.: Paulo César Castanheira, Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MICHALISZYN, M. S.; TOMASINI, R. *Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Resolução 33/2007. *Estabelece critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2007*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/resolucoes-2007?start=40>> Acesso em: jan, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR-DESUP. *Programa de Apoio à Extensão Universitária, Voltado às Políticas Públicas – PROEXT 2003/SESu-MEC*. Brasília, 10 jul. 2003. Acervo próprio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – DEPEM. *EDITAL nº 004 de 25 de agosto de 2004*. Programa de apoio à

extensão universitária, voltado para as políticas públicas– PROEXT 2004/SESu-MEC. Acervo próprio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – DEPEM. *EDITAL 008/2005*. Programa de apoio à extensão universitária voltado para as políticas públicas. PROEXT/2006 /SESu/MEC. Acervo próprio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – DEPEM. *EDITAL 15/2006*. Programa de apoio à extensão universitária. Brasília, set. 2006. PROEXT 2006 /SESu/MEC. Acervo próprio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO E PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – DEPEM. *EDITAL 006/2007*. Programa de apoio à extensão universitária. Brasília, 20 jun. 2007. PROEXT 2006 /SESu/MEC. Acervo próprio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE IFES – DIFES. *EDITAL Nº 09/2008*. Programa de Extensão Universitária PROEXT 2008 – MEC/SESu/DIPES. Disponível em: <www.mec.gov.br/> Acesso em: 07 fev. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE IFES – DIFES; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *EDITAL Nº 06*. Programa de Extensão Universitária PROEXT 2009 – MEC/SESu. Disponível em: <www.mec.gov.br/> Acesso em: 07 fev. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE IFES – DIFES. *EDITAL Nº 05/2010*. Programa de Extensão Universitária PROEXT 2010 – MEC/SESu. Disponível em: <www.mec.gov.br/> Acesso em: 07 fev. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE IFES – DIFES. *EDITAL Nº 04/2011*. Programa de Extensão Universitária PROEXT 2011 – MEC/SESu. Disponível em: <www.mec.gov.br/> Acesso em: 07 fev. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS . *Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores*. Brasília, Abril de 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817>. Acesso em: 28 jan. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE IFES – DIFES. *EDITAL Nº*

02. Programa de Extensão Universitária PROEXT 2013 – MEC/SESu. Disponível em: <www.mec.gov.br/> Acesso em: 07 fev. 2014.

NEVES, L. M. W. (Org.). *Reforma Universitária do Governo Lula*. Reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

OLIVEIRA, D. A. *As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências*. RBPAAE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, S. J. *Desenvolvimento das políticas de extensão e o pensamento social: um estudo de caso na Universidade Estadual de Goiás – Programa Escreve Goiás – Projeto Vaga Lume / Silma Julia de Oliveira*. Anápolis: Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2009.

PAOLI, M. C. Empresas e Responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PARO, V. H. *Educação para a democracia : o elemento que falta na discussão da qualidade de ensino*. In: _____. *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001, p. 33-48.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC*. Edição Atualizada, Brasil, 2000/2001.

PROEXT. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12241&Itemid=487>. Acesso em: 22 jan.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Brasil sobe quatro posições no novo IDH; avanço é o mais expressivo de 2009 a 2010*. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3596&lay=pde>. Acesso em: 06 out.2011.

PROJETO RONDON. Disponível em: <<http://projetorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/9752/area/C/module/default>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RENEX. Disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf>>. Acesso em: 05 jan.2014.

SADER, E. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, A.R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina,2007.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: O Social e o político na pós-modernidade*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B. S. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. *Novas faces da educação superior no Brasil*. 2ª ed. Ver. São Paulo: Cortez. Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

TAVARES, M.G. M. *Extensão Universitária: novo paradigma de universidade?* Maceió: EDUFAL, 1997.

TEIXEIRA, A. L. R. Memória do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares do ano de 2008. In: *Revista de Educação Popular*. Uberlândia, v.7, nº 1, jan/dez. 2008.

TRIGUEIRO, M. G. S. *Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Plano de Expansão da Universidade Federal de Uberlândia – período 2008-2012*. Disponível em: <http://www.ufu.br/expansaoufu/documentos_importantes/plano_expansao_uvu.pdf> Acesso em: 22 jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Relatório de Gestão UFU – 2000-2008*. Acervo da autora.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Resolução 04/2009 do Conselho de Extensão, cultura e Assuntos Estudantis (CONSEX)*. Dispõe sobre as normas que regulamentam a concessão de bolsas de extensão, alimentação, moradia e transporte para discentes, na Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.proex.ufu.br/menu-primario/legislacao-extensao>> Acesso em: jan.2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Resolução 15/2011 do Conselho de Graduação (CONGRAD)*. Aprova as normas gerais de graduação da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.famat.ufu.br/sites/famat.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Grad1511_NormasdaGraduacao-resumo_0.pdf> Acesso em: jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Resolução 04/2009 do Conselho Universitário (CONSUN)*. Estabelece a Política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.proex.ufu.br/menu-primario/legislacao-extensao>> Acesso em: jan.2014

WANDERLEY, L. E. W. *O que é Universidade*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

ZAGO, J. O. L. *A implementação do Programa Expansão (2003) e do REUNI (2007) na UFTM e seus desdobramentos*. Dissertação apresentada na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia, 2013.